CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE CAMPOS
Universidade da Tecnologia e do Trabalho
MEC/SETEC

CURSO DE LICENCIATURA EM GEOGRAFIA

LAGOA DO VIGÁRIO:
Um tesouro formal engolido pela informalidade

DAYANA RODRIGUES COUTINHO VILAÇA

Campos dos Goytacazes/ RJ
2008

DAYANA RODRIGUES COUTINHO VILAÇA

LAGOA DO VIGÁRIO:
Um tesouro formal engolido pela informalidade

Monografia apresentada, para apreciação, ao Curso de Licenciatura em Geografia do CEFET Campos como requisito parcial para conclusão do curso de Licenciatura em Geografia.

Orientador: Prof ^{o} Hélio Gomes Filho
Mestre em Planejamento Regional e Gestão das Cidades

Campos dos Goytacazes/ RJ
2008

DAYANA RODRIGUES COUTINHO VILAÇA

LAGOA DO VIGÁRIO:
Um tesouro formal engolido pela informalidade

Monografia apresentada ao Centro Federal de Educação Tecnológica de Campos como requisito parcial para conclusão do Curso de Licenciatura em Geografia.

Aprovada em 21 de agosto de 2008

Banca Avaliadora:

Professor Hélio Gomes Filho (*orientador*)
Mestre em Planejamento Regional e Gestão da Cidade (UCAM)
Centro Federal de Educação Tecnológica/CEFET Campos

Maurício Guimarães Vicente
Mestre em Geografia (UFF)
Centro Federal de Educação Tecnológica/CEFET Campos

Professor Luiz de Pinedo Quinto Júnior
Doutor em Arquitetura e Urbanismo (USP)
Centro Federal de Educação Tecnológica de Campos/CEFET Campos

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço à Deus, pois Dele veio a confirmação da Geografia em minha vida, assim como a força para realizar este trabalho. Foram muitos momentos difíceis, principalmente, no fim do curso quando vi meu sonho de ser mãe ir embora, mas Ele não me abandonou e novamente me abençoou.

Ao meu esposo Rodrigo por todo apoio, compreensão e incentivo, não só no que diz respeito ao curso e a este trabalho, mas em todos os momentos de minha vida.

Aos meus queridos pais Rosinete e Benedito e ao meu irmão Lucas, uma família preciosa, presente de Deus para mim, que me criou, me formou como pessoa, me ensinou a lutar pelo que almejo e valorizar sempre os meus estudos.

A minha cunhada Patrícia que é como uma irmã para mim e que esteve presente em muitos momentos de elaboração deste trabalho.

Aos meus queridos amigos: Manupiara, Dennis, Carolina, Marcel, Neiva, Lídia, Daniele, Hamilton e Gisele. Obrigada pelas palavras de carinho, pela companhia, pelo incentivo. Jamais esquecerei vocês, pois foram e são especiais. Agradeço também aos demais colegas de turma. Quanta saudade de vocês!

Ao meu orientador, o professor Hélio Gomes Filho, que aceitou me orientar e foi paciente, dando dicas, ensinando, ouvindo, mas sempre me deixando livre para descobrir, criar e crescer na pesquisa. Obrigada por tudo!

Aos meus professores pelas aulas, pelos trabalhos de campo, pelos seminários! Aprendi muito com vocês! Em especial quero agradecer ao professor Maurício Lamonica, que foi meu orientador durante a iniciação científica e me ensinou muito, além de ter se tornado um grande amigo.

A Roger Rangel Coutinho, que me recebeu tão bem na Secretaria de Meio Ambiente de Campos, além de ter fornecido materiais e dados.

Ao professor Marcelo Branco pelas imagens históricas da lagoa.

Ao pesquisador e professor Roberto Moraes pela atenção e informações cedidas.

Ao senhor Florêncio, que me recebeu no IBGE com muita simpatia e boa vontade.

Ao Hélvio, ao Leonardo e a todos do Jornal Monitor Campista que tanto me ajudaram nas pesquisas. Que o Jornal Monitor Campista e o Instituto Historiart possam continuar contribuindo com a história de nossa cidade.

A Aristides Arthur Soffiati Netto que com simplicidade me concedeu depoimentos e arquivos.

Aos moradores que foram entrevistados e me ajudaram a remontar o processo de ocupação da Lagoa do Vigário.

Cada contribuição foi muito importante para a construção deste trabalho. Agradeço com muito carinho a todos vocês.

As mudanças rápidas são frequentemente temporárias, mas o crescimento lento transforma profundamente.

Mark W. Baker

Ao meu amado esposo, aos meus pais e ao meu irmão.
Ao meu filho Samuel, que ainda não nasceu, mas me acompanhou durante boa parte da produção deste trabalho.
Ao meu amigo de curso (in memorian) Hudson Lobato, que infelizmente não poderá lê-lo, mas tenho certeza que ficaria muito feliz com sua concretização.
Ao meu orientador, afinal esse trabalho é nosso!

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo remontar o processo de ocupação do entorno da Lagoa do Vigário e analisar os conseqüentes problemas gerados pelo mesmo. Para isso foi preciso percorrer a trajetória do crescimento das cidades brasileiras, com conseqüente surgimento das cidades informais e os impactos produzidos por estas nas áreas fragilizadas e, principalmente, nas áreas de proteção permanente (APP). Reuniram-se, ainda, bibliografia, fotos, imagens, mapas, entrevistas e questionários para dar sustentação à discussão local. Os resultados revelaram que o crescimento urbano em torno da lagoa se deu de forma desordenada e ilegal, gerando problemas para a mesma devido ao lançamento de esgoto in natura e de lixo na mesma, além da construção ilegal de aterros.

Palavras chaves: Lagoa do Vigário. Cidade informal. Degradação ambiental.

ABSTRACT

This paper intends to retrace the occupation process of the surrounding edges From the Vigário's Lagoon, and to analyze the consequent problems generated by it. For that, it was necessary to cover the growth trajectory of the Brazilian cities, with consequent sprouting of the shanty towns and the impact produced By it in fragile places, mainly, in the Permanent Preservation Areas. They further gathered bibliography, photos, images, maps, interviews and questionnaires to give sustentation to the local issue. The results showed that the urban growth around the lagoon happened in a disordered and illegal fashion, generating problems in it, due to the dumping of seweage and garbage in nature, and the creation of illegal land-fills.

Keys Words: Vigário's Lagoon. Shanty towns. Environment degradation

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1.1 - Divisão dos locais escolhidos para aplicação dos questionários.....19

FIGURA 3.1 - Lagoa do Vigário: Ano 2006.....42

FIGURA 3.2 - Lagoa do Vigário: Início do século XX.....43

FIGURA 3.3 - Antiga Rua do Vigário.....44

FIGURA 3.4 - Localização área de estudo.....45

FIGURA 3.5 - Sistema Alagado Urbano: Lagoa do Vigário – Taquaruçu.....46

FIGURA 3.6 - Mapa expansão urbana de Campos dos Goytacazes.....47

FIGURA 3.7 - Lagoa do Vigário: Ano 1962: Antes do aterro.....49

FIGURA 3.8 - Início das ocupações sobre o aterro na Lagoa do Vigário.....53

FIGURA 3.9 - Venda de terrenos no aterro sobre a Lagoa do Vigário.....54

FIGURA 3.10 - Aterro sobre a lagoa com a Favela do Vigário ao fundo.....54

FIGURA 3.11 - Lagoa do Vigário: Ano 1982.....56

FIGURA 3.12 - A atual situação da Lagoa do Vigário.....60

FIGURA 3.13 - Localização dos pontos escolhidos para aplicação dos questionários.....61

FIGURA 3.14 - Favela da Fofoca e aterro sobre a lagoa.....65

FIGURA 3.15 - Faixa marginal de proteção da Lagoa do Vigário.....73

FIGURA 3.16 - Projeção da Lagoa do Vigário como ponto turístico.....74

LISTA DE TABELAS

TABELA 3.1 - Favelas em Campos.....57

TABELA 3.2 - Número de pessoas por domicílio.....62

TABELA 3.3 - Número de filhos por família.....62

TABELA 3.4 - Número de filhos que freqüentam a escola.....63

TABELA 3.5 - Número de filhos menores que 18 anos.....63

TABELA 3.6 - Escolaridade do entrevistado.....63

TABELA 3.7 - Renda por família.....63

TABELA 3.8 - Número de casas no terreno onde mora.....64

TABELA 3.9 - Tempo que reside no local.....64

TABELA 3.10 - Tipo de residência.....64

TABELA 3.11 - Sobre a rede de esgoto sanitário.....66

TABELA 3.12 - Sobre a questão do lixo.....66

TABELA 3.13 - Sobre a questão das enchentes.....67

TABELA 3.14 - Responsáveis pelos problemas ambientais que afetam a Lagoa do Vigário.....67

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 2.1 - Crescimento da Urbanização no Brasil.....28

GRÁFICO 3.1 - As 10 maiores favelas de Campos no ano de 2000.....58

GRÁFICO 3.2 - Favelas que mais cresceram entre 1996 – 2000.....59

LISTA DE SIGLAS

ANA - Agência Nacional das Águas

APP - Áreas de Proteção Permanente

BNH - Banco Nacional de Habitação

CFCN - Centro Norte Fluminense para Conservação da Natureza

CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente

DNER - Departamento Nacional de Estradas e Rodagem

DNOS - Departamento Nacional de Obras e Saneamento

DNPVN - Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis

EMHAB - Empresa Municipal de Saneamento e Habitação

FGTS - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço

FMP - Faixa Marginal de Proteção

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IBMEC - Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais

IPTU - Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana

NMA - Nível Máximo da Água

NPGA - Núcleo de Pesquisas em Gestão Ambiental

PAO - Projeto de Alinhamento de Orla

SAMDU - Serviço de Assistência Médica Domiciliar e Urgência

SBPE - Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimos

SERLA - Superintendência Regional de Rios e Lagoas

SFH - Sistema Financeiro de Habitação

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS.....10

LISTA DE TABELAS.....11

LISTA DE GRÁFICOS.....12

LISTA DE SIGLAS.....13

1 - INTRODUÇÃO.....17

1.1 - Metodologia.....17

1.2 - Estrutura do trabalho.....19

2 - O CRESCIMENTO DAS CIDADES BRASILEIRAS E OS IMPACTOS GERADOS POR ESTE PROCESSO.....22

2.1 - As cidades e suas facetas sob a perspectiva geográfica.....22

2.2 - O excludente processo de crescimento das cidades brasileiras.....25

2.3 - As Políticas de Habitação no Brasil.....28

2.4 - Cidades Informais: o lado esquecido das cidades brasileiras.....34

2.5 - Campos dos Goytacazes – Ocupação e alteração do território.....38

3 - LAGOA DO VIGÁRIO: UMA HISTÓRIA QUE AINDA PODE TER UM FINAL FELIZ.....42

3.1 - Localização da área em estudo.....44

3.2 - Ocupação e degradação: descaminhos da lagoa.....46

3.3 - Moradores da área em estudo: Perfil sócio-econômico e percepção ambiental.....61

3.4 - Projeto de Recuperação da Lagoa do Vigário: A esperança.....68

4 - CONSIDERAÇÕES FINAIS.....75

REFERÊNCIAS.....77

APÊNDICES.....80

APÊNDICE 01 - Entrevista semi-estruturada.....81

APÊNDICE 02 - Questionário: perfil sócio-econômico e percepção ambiental.....82

ANEXOS.....84

ANEXO 01 - Os “campos dos goitacás” recebeu o nome de Campos dos Goytacazes.....85

ANEXO 02 – Aristides Arthur Soffiati Netto comenta atuação do Departamento Nacional de Obras e Saneamento (DNOS) na baixada Campista.....87

ANEXO 03 - Jornal local anuncia construção de ponte sobre a Lagoa do Vigário.....88

ANEXO 04 - Apoio federal para a construção da ponte sobre a Lagoa do Vigário no ano de 1968 é adiado.....89

ANEXO 05 - Departamento Nacional de Estradas e Rodagem (DNER) vai se pronunciar sobre a construção da ponte.....90

ANEXO 06 - Prefeito anuncia construção de ponte flutuante.....91

ANEXO 07 - Construção da ponte flutuante é iniciada.....92

ANEXO 08 - A construção do aterro sobre a Lagoa do Vigário, já em andamento no mês de agosto do ano de 1969.....93

ANEXO 09 – Obra de construção da ponte flutuante sobre a lagoa continua No ano de 1970.....94

ANEXO 10 - Construção da ponte prossegue no mandato do prefeito Rockefeller de Lima.....95

ANEXO 11 - Monitor anuncia a construção do aterro sobre a lagoa.....96

ANEXO 12 - 28 de agosto de 1973: Início de obra que mudou a história da Lagoa do Vigário.....97

ANEXO 13 - Substituição da galeria que comunicava as duas partes da lagoa.....98

ANEXO 14 - 26 de janeiro de 1974, a construção do aterro chega à sua fase final.....99

ANEXO 15 - O projeto de urbanização da lagoa desenvolvido em 1974.....100

ANEXO 16 - Obras de urbanização da lagoa foram reiniciadas.....102

ANEXO 17 - Policiais destroem barracos na Lagoa do Vigário.....103

ANEXO 18 - SERLA dá prazo para favelados desocuparem casas.....105

ANEXO 19 - Prefeito Raul David Linhares anuncia que vai realocar moradores da Lagoa do Vigário.....106

ANEXO 20 - Favelados pedem apoio à Câmara Municipal.....107

ANEXO 21 - Favelados e vereadores se reúnem na Câmara Municipal.....108

ANEXO 22 - Aristides Arthur Soffiati Netto comenta situação vivida pelos invasores da Lagoa do Vigário.....109

ANEXO 23 - Lagoa do Vigário corre o risco de desaparecer.....110

ANEXO 24 - Um santuário agonizante.....111

ANEXO 25 - Poluição ambiental desordenada.....113

ANEXO 26 - ecossistema da lagoa sofre com a poluição.....116

ANEXO 27 - Primeiros passos do Projeto “De Olho na Água”.....117

1- INTRODUÇÃO

A Lagoa do Vigário está localizada na área urbana da cidade de Campos dos Goytacazes, no Estado do Rio de Janeiro. Apesar de tratar-se um corpo hídrico expressivo, a mesma não é muito conhecida pelos próprios moradores da cidade.

A lagoa apresenta um grande potencial turístico, mas vem sofrendo com o processo de ocupação de suas margens, o qual resulta em aterros e numa perda cada vez maior de seu espelho d'água, assim como na poluição de suas águas devido ao lixo e despejo de esgotos domésticos lançados *in natura*, visto que a maioria das casas não possui rede de esgoto nem, ao menos, fossas sépticas implantadas de forma correta em seus quintais.

Esse trabalho tem o objetivo remontar o processo de ocupação do entorno da Lagoa do Vigário e os conseqüentes problemas gerados por este, visando ser mais uma voz em meio à de ambientalistas, como Arsitides Arthur Soffiati Netto, de técnicos e de tantos outros, a clamar por uma solução em prol desta lagoa, missão que funcionou como um motor impulsionando cada página escrita, cada foto, mapa ou entrevista recolhida.

Diversos autores contribuíram para o embasamento teórico deste trabalho como, por exemplo, Hermínia Maricato, que analisa a questão do processo de urbanização brasileiro, tal como o crescimento desordenado das cidades e conseqüente surgimento das favelas, áreas que simbolizam a dificuldade, mas, ao mesmo tempo, a perseverança das camadas mais pobres da população. Sendo imprescindível para a escrita do segundo capítulo. Outro autor de suma importância foi Aristides Arthur Soffiati Netto, um grande conhecedor da história das lagoas campistas e que em muito contribuiu para a discussão mais específica deste trabalho.

1.1 - Metodologia:

Ao longo deste estudo realizou-se um levantamento bibliográfico buscando conhecer o objeto em estudo numa perspectiva geral e histórica para que fosse possível criar uma relação com a atual situação do mesmo, porém essa tarefa não

foi tão fácil, tanto que no início gerou certa insegurança, mas se entendeu que pesquisa é assim, tarefa difícil, mas instigadora.

Para a obtenção das imagens de satélite foram empregados os serviços do Programa Google Earth, alguns mapas foram gentilmente cedidos pelo professor Marcelo Branco e pela Secretaria de Meio Ambiente. Devido à falta de referências bibliográficas voltadas para a Lagoa do Vigário, as imagens de satélite e as fotografias aéreas constituíram-se em uma importante fonte de avaliação do uso e da ocupação do solo da área em estudo.

As idas ao campo também foram de fundamentais nesta pesquisa, pois permitiram conhecer o meio estudado, analisar a paisagem, obter fotografias para observação e atualização da mudança sofrida pelo ambiente. Foram realizados, ainda, questionários estruturados e entrevistas semi-estruturadas com os moradores do local estudado, que permitiram a obtenção de informações como dados sócio-econômicos dos moradores, reconstrução do processo de ocupação sob a forma de história contada, percepção ambiental e perspectivas de mudança desses moradores.

A amostra de entrevistados não obedeceu a critérios estatísticos devido à dificuldade de se viabilizar a cobertura de um espaço tão amplo e tão densamente ocupado. A abordagem utilizada obedece a uma lógica de cobertura espacial do local, por meio das observações feitas durante as idas ao campo e também dos mapas e imagens da lagoa. Para tanto adotou-se quatro pontos que delimitaram a coleta de informações (Figura 1.1):

Ponto 1 : 259936,88307 / 7593468,21451[1];

Ponto 2 : 259593,03245 / 7595074,33387;

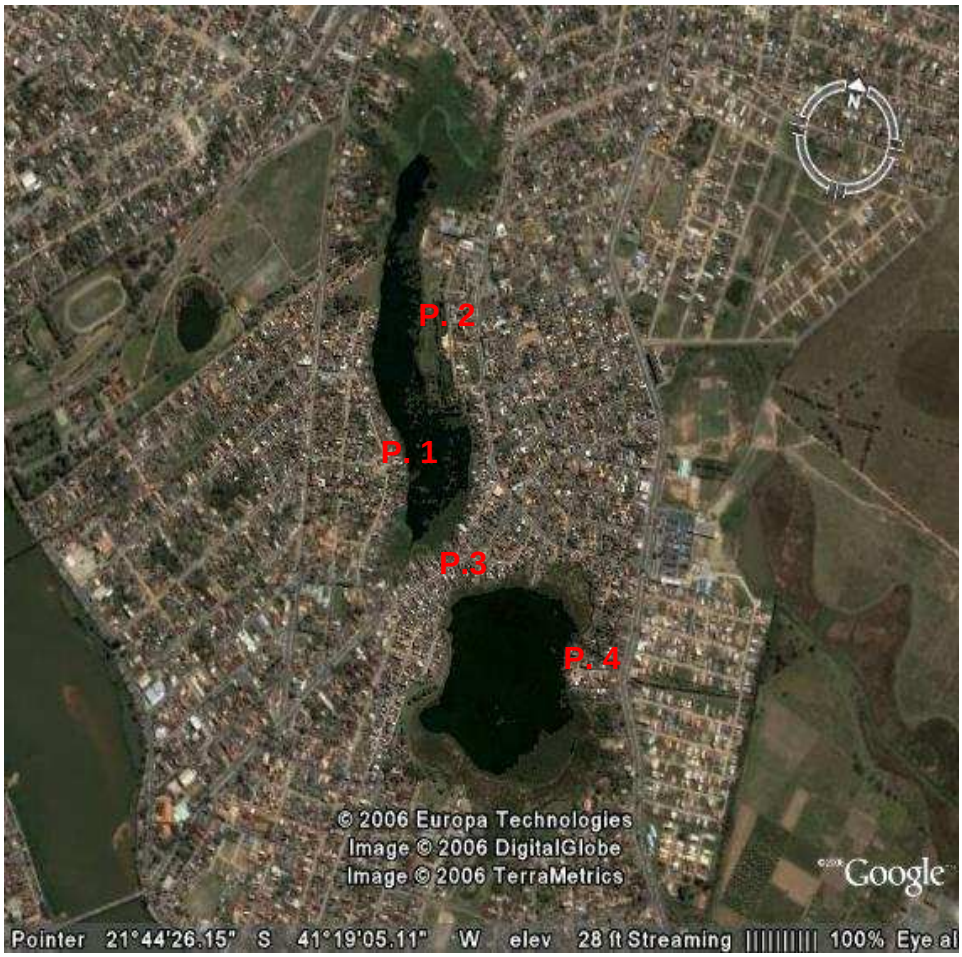
Ponto 3: 260630,57602 / 7593733,42963;

Ponto 4: 260579,92571 / 7593987,6897.

[1] Georeferenciados por técnicos da Superintendência Estadual de Rios e Lagoas (SERLA) utilizando coordenadas UTM; respectivamente longitude e latitude.

Os motivos dessa delimitação foram: a própria divisão da lagoa em duas, resultado do aterro criado pela prefeitura, concluído no ano de 1974, e os diferentes processos de ocupação que se deram sob uma perspectiva econômica. Portanto buscou-se abranger as famílias dos mais diversos níveis econômicos que ocupam a lagoa e suas respectivas opiniões a respeito do processo de ocupação e degradação, aos quais estão diretamente ligados.

Figura 1.1 - Divisão dos locais escolhidos para aplicação dos questionários



Adaptado Google Earth, acesso em 13/12/2006

1.2 - Estrutura do trabalho

Além desta introdução, o trabalho está dividido em três capítulos: O segundo intitulado como: **O crescimento das cidades brasileiras e os impactos gerados**

por este processo; traz uma discussão teórica, global e local, a respeito da problemática das ocupações irregulares no Brasil e suas respectivas conseqüências para o meio ambiente.

Este capítulo foi dividido ainda em cinco subtítulos, respectivamente: **As cidades e suas facetas sob a perspectiva Geográfica**, o qual busca encontrar a definição do conceito de cidade e suas respectivas discussões entre os geógrafos; **O excludente processo de crescimento das cidades brasileiras**, que remonta o processo de urbanização no Brasil e o crescimento das primeiras cidades; **As Políticas de Habitação no Brasil**, onde se buscou entender as políticas de habitação desde os tempos do Sistema Financeiro de Habitação - SFH até alcançar o atual momento, com o Estatuto da Cidade e seu principal instrumento de trabalho, o Plano Diretor; **Cidades Informais, o lado esquecido das cidades brasileiras**, revela a questão das favelas, suas definições, dificuldades e funcionalidades; e **Campos dos Goytacazes: Ocupação e alteração do território**, fechando o capítulo com uma discussão mais local.

O terceiro capítulo, que recebeu o título **Lagoa do Vigário: uma história que ainda pode ter um final feliz** buscou reunir o maior número de informações possíveis sobre esse corpo hídrico que, como já foi dito, embora se encontre na área urbana da cidade de Campos e bem próxima ao centro, ainda é desconhecida por muitos. Além desse desconhecimento, há também a falta de registros referentes à lagoa por parte dos próprios órgãos municipais.

Este capítulo foi dividido em quatro subtítulos: **Localização da área em estudo**, representando através de mapas os bairros abrangidos pela lagoa e sua ligação com a Lagoa do Taquaruçu; **Ocupação e degradação: descaminhos da lagoa**, onde se remonta a história de ocupação da lagoa fazendo um paralelo com a própria história de crescimento urbano do município, utilizando fotos, mapas e imagens e notícias de jornais para enriquecer a discussão; **Moradores da área em estudo: Perfil sócio-econômico e percepção ambiental**, que traz sob a forma de tabelas os dados obtidos com os questionários estruturados; **Projeto de Recuperação da Lagoa do Vigário: A esperança**, que fecha o capítulo com o projeto “De Olho na Água”, que já está pronto, aprovado, só aguardando a liberação

da verba para entrar em processo de licitação, representando uma esperança para esse corpo hídrico.

O quarto e também último capítulo traz as **considerações finais**, que nada mais é do que um resumo de tudo que foi vivido e apreendido nessa experiência idealizada desde o ano de 2005. Foi encantador poder contribuir com mais um pedacinho da história do município de Campos dos Goytacazes, história que estava esquecida e até hoje escondida pelas casas que ocupam as margens da Lagoa do Vigário.

2 - O CRESCIMENTO DAS CIDADES BRASILEIRAS E OS IMPACTOS GERADOS POR ESTE PROCESSO

As cidades brasileiras, de um modo em geral, iniciaram seu crescimento e desenvolvimento muito recentemente, se as compararmos com as cidades de países centrais como Inglaterra, por exemplo. Por esse motivo esse crescimento se deu de forma rápida e praticamente sem nenhum planejamento. Este capítulo analisa os diversos aspectos que estão envolvidos nesse crescimento, buscando entender as difíceis situações, as quais essas cidades protagonizam nos dias atuais.

2.1 - As cidades e suas facetas sob a perspectiva Geográfica

Conforme Andrade (2000, p. 21), "Admitindo-se que a geografia em linhas gerais, seja a ciência ou ramo do saber que estuda as relações entre sociedade e natureza, é natural que se admita que a mesma e o geógrafo tenham compromissos maiores com a sociedade [...]". Guerra (2006, p. 19) destaca que: "Os geógrafos, tanto físicos quanto humanos, nunca falaram tanto das relações entre sociedade e natureza quanto nos dias atuais".

Dessa forma, não é difícil encontrar geógrafos renomados discutindo a questão das cidades e as respectivas realidades enfrentadas pelas mesmas, frutos dessa interação homem versus meio, buscando por meio destas discussões, tanto sobre práticas quanto teorias, não somente entendê-las, mas apontar soluções para seus problemas.

Nesse sentido, Souza (2003, p.22) escreve que, "entender corretamente a cidade e as causas de seus problemas é uma condição prévia indispensável à tarefa de se delinearem estratégias e instrumentos adequados para a superação desses problemas".

No entanto, Souza, utilizando-se das palavras de Milton Santos faz uma assertiva interessante:

> Dispensável deixar explicitado aqui a associação conceitual entre cidade e urbano, mas é fundamental distinguí-los: a cidade é o concreto, o conjunto de redes, enfim a materialidade visível do urbano enquanto que este é o abstrato, porém o que dá sentido e natureza a cidade. (SANTOS, 1992, p. 241 apud SOUZA, *on line*, p.1).

Apesar de Souza afirmar ser dispensável sua ressalva, tanta proximidade entre esses conceitos acaba realmente gerando confusão, por isso é preciso diferenciá-los. Souza define a cidade como:

> [...] uma obra humana. Ela é um mundo de objetos, produzidos segundo procedimentos, determinados por materialidades e regidos por intencionalidades precisas. A cidade é uma intencionalidade. Isto, portanto, quer dizer que a cidade é uma negação da natureza, daquilo que é físico. (SOUZA, *on line,* p. 4).

Sendo assim, observa-se que a cidade pode ser vista, tocada e usufruída em suas variadas formas. Enquanto que o urbano revela-se como reflexo da interação existente entre o espaço propriamente construído e consolidado e as ações das pessoas que vivem, usufruem e atuam sobre o mesmo, modificando-o. Sendo, portanto, uma característica da cidade. Segundo Capel:

> [...] a definição do urbano, a partir da perspectiva geográfica, deveria utilizar os critérios de densidade e de morfologia. A densidade, no sentido de que a cidade concentra permanentemente certo número de população sobre um espaço reduzido. E a morfologia, porque reflete a densidade e um tipo de uso do solo de caráter não rural. Assim, ele considera que o tamanho e a estrutura funcional poderiam identificar os níveis diferentes de complexidade presente no espaço urbano. (CAPEL, 1975 *apud* VALE, 2005, p. 44).

Capel recorre a tais critérios, porque as cidades brasileiras tiveram um crescimento violento do seu número de habitantes atraídos por toda uma infra-estrutura de produtos e serviços, os quais, teoricamente, deveriam oferecer uma

vida melhor e de qualidade para os mesmos. As alterações sofridas pelo espaço urbano chegaram a ponto de torná-lo visivelmente diferençável do espaço rural.

Como nem todas as cidades brasileiras eram estruturadas e dotadas desses serviços e produtos, a migração interna e imigração a princípio se dirigiram para capitais estaduais como, por exemplo, Rio de Janeiro e São Paulo, tal processo ficou conhecido como fenômeno da metropolização, quem confirma esta situação é Gonçalves ao citar que:

> Em 1980, apenas catorze metrópoles com mais de 500 mil habitantes, concentravam 61,7% da população urbana total. Como o Estado investia prioritariamente na criação da infra-estrutura de transportes, comunicações e energia, secundarizando investimentos sociais em habitação e saneamento básico, por ex., as cidades vão encenar o triste espetáculo da favelização. (GONÇALVES, 2002, p. 323).

Gonçalves em sua fala evidencia a favelização como um dos problemas gerados pelo rápido crescimento populacional nas metrópoles, porém hoje, não só as metrópoles e as grandes cidades convivem com a miséria, a degradação de corpos hídricos e/ou áreas de proteção ambiental, além de tantos outros problemas como estes em seu dia-a-dia. Cidades de médio e pequeno porte também já estão enfrentando de perto os referidos problemas.

Em função disso, mais uma vez, é necessário ressaltar a importância da discussão geográfica a respeito das cidades e de suas problemáticas de modo que estas transitem do global até o local para que seja possível mudar e melhorar este quadro.

2.2- O excludente processo de crescimento das cidades brasileiras

Santos é um dos autores que mais discute a questão das cidades latinas e brasileiras, em seu livro “A Urbanização Brasileira” ele afirma que:

> No começo, a “cidade” era bem mais uma emanação do poder longínquo, uma vontade de marcar presença num país distante. Mas é temérito dizer, como o fez B. Hoselitz (1960) para toda a América Latina, que a cidade cresceu aqui “como flor exótica”, pois sua evolução vai depender da conjunção de fatores políticos e econômicos, e o próprio desenho urbano, importado da Europa, vai ser modificado (SANTOS, 1994, p. 17).

A ocupação e formação de algumas cidades brasileiras iniciaram-se desde os primeiros anos de colonização do território, porém foi somente a partir da década de 40 que o Brasil deixou de ser predominantemente rural e deu segmento ao processo de construção de suas cidades. Assim confirma Santos ao escrever que:

> Entre 1940 e 1980 dá-se verdadeira inversão quanto ao lugar de residência da população brasileira. Há meio século atrás (1940), a taxa de urbanização era de 26,35%, em 1980 alcança 68,86%. Nesses quarenta anos, triplica a população total do Brasil, ao passo que a população urbana brasileira passa dos 77%, ficando quase igual à população total de 1980. (SANTOS, 1994, p. 29).

Seguindo a mesma linha de pensamento Maricato declara que:

> Nesse período, as grandes metrópoles, especialmente São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte, eram vistas como a alternativa de melhora das péssimas condições da vida rural. Um gigantesco movimento migratório foi o principal responsável por ampliar a população urbana em 125 milhões de pessoas em apenas 60 anos. (MARICATO, 2002, *on line*).

Esse intenso movimento migratório foi motivado pelo desejo de uma vida melhor e menos sofrida que a vida no campo. Esse rápido crescimento das cidades realmente surtiu efeito, pois houve importantes avanços na esfera social do país. Segundo Maricato,

> [...] o processo de industrialização/urbanização foi determinante para a melhora dos indicadores sociais, como aumento da expectativa de vida, diminuição da mortalidade infantil, bem como a diminuição da taxa de natalidade, devido à expansão da rede de água tratada, ampliação do uso de antibióticos, aumento da escolaridade materna, aumento do atendimento à gestante, maior acesso à informação, expansão do emprego industrial e acesso, mesmo que restrito, aos direitos sociais no trabalho urbano (dentre outras causas). (MARICATO, 2002, *on line*)

Apesar de todos esses avanços trazidos pelo processo de urbanização e industrialização, vários problemas surgiram à medida que essas cidades foram sendo ocupadas. A radical transformação sofrida pelas mesmas não livrou os migrantes dos problemas que pensavam ter deixado para trás. Ao chegarem às cidades os migrantes se depararam com situações como, a concentração de riqueza e o parcelamento do solo, enfim, uma modernização excludente. Foi como se os problemas tivessem ganhado uma cara nova ao mudarem de lugar. Para Maricato:

> O desenrolar dos acontecimentos se encarregou de contrariar a utopia da emancipação social e da modernização para todos. No final do século a imagem das grandes cidades está marcada por favelas, poluição do ar e das águas, enchentes, desmoronamentos, crianças abandonadas, violência, epidemias.
>
> O crescimento urbano resultante desse intenso crescimento demográfico se fez, em grande parte, fora da lei (sem levar em conta a legislação urbanística de uso e ocupação do solo e código de obras), sem financiamento público (ou ignorado pelas políticas públicas) e sem recursos técnicos (conhecimento técnico de engenharia e arquitetura). Sem alternativas, a população se instalou como pôde, com seus parcos recursos e conhecimento. (MARICATO, 2002, *on line*).

Na verdade, esses problemas com os quais os migrantes tiveram que lidar eram problemas cumulativos, que surgiram desde o período da instalação da República, a partir da ocupação das cidades pelos escravos libertos e também pelos imigrantes que vieram das mais diversas partes do mundo em busca de um refúgio. Desde o início do século o governo brasileiro ofereceu incentivos às empresas da construção para que estas também destinassem sua produção à massa popular, porém ainda conforme Maricato,

> As empresas capitalistas imobiliárias de maior porte investiram no parcelamento do solo e comercialização de lotes (quase nunca destinados ao mercado popular), enquanto o pequeno capitalista – principalmente o comerciante imigrante – investiu na produção de núcleos pequenos de casas (avenidas, vilas, corredores de casas) para alugar. Coube ao capital estrangeiro os investimentos em infra-estrutura, como luz, telefone e transporte público. (MARICATO, 1997, p. 33 e 34).

Observa-se neste panorama dado pela autora que a situação vivida ainda no início do século não era das melhores e que desde esse período a massa pobre da população já estava entregue ao “Deus dará”. Com isso a ocupação e construção das cidades brasileiras se deram sem planejamento, consequentemente produzindo cidades segregadoras e cheias de problemas, independente de seus tamanhos. É o que também confirma Santos ao escrever que:

> Com diferença de grau e de intensidade, todas as cidades brasileiras exibem problemáticas parecidas. O seu tamanho, tipo de atividade, região em que se inserem etc. São elementos de diferenciação, mas em todas elas problemas como os do desemprego, da habitação, dos transportes, do lazer, da água, dos esgotos, da educação e saúde, são genéricos e revelam enormes carências. Quanto maior as cidades, mais visíveis se tornam essas mazelas. (SANTOS, 1994, p. 95)

Apesar de todas essas dificuldades, a vida na cidade ainda encantava as pessoas e se mostrava melhor que a vida no campo, por isso o processo de urbanização no Brasil se deu de forma progressiva conforme ilustra o gráfico 2.1.

Gráfico 2.1 - Crescimento da Urbanização no Brasil

IBGE *apud* Maricato, 1997, p. 36.

2.3 - As Políticas de Habitação no Brasil

Segundo Maricato (1997, p.36), o Estado brasileiro reconheceu oficialmente a necessidade de atuar sobre o problema de habitação somente por volta da década de 30, durante o governo de Getúlio Vargas. Tratava-se de uma resposta ao grito dos trabalhadores e à indisponibilidade do setor privado em resolver esse problema. Maricato (1997, p. 36) declara, ainda, que Infelizmente as primeiras ações do governo não obtiveram grandes avanços, pois “em 1946 criou-se a Fundação da Casa Popular, que em dezoito anos de existência financiou apenas 16.964 moradias. Mais promessas, muita ambigüidade e pouca realização”.

Se por um lado o governo agia timidamente sobre o problema, por outro lado, a população sem recursos e conhecimento técnicos buscava sua própria solução. Conforme Maricato:

> O loteamento irregular na periferia, ou a pura e simples ocupação ilegal de terras (ou mangues), e a autoconstrução da moradia tornaram-se as opções mais importantes para a provisão de moradia dos migrantes nas grandes cidades. (MARICATO, 1997, p. 37):

Portanto, a inexistência de solução para o problema resultou na ampliação do mesmo. Segundo o Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais (IBMEC), a demanda por habitações urbanas gerada pelo processo de crescimento das cidades brasileiras,

> [...] se deu num contexto fortemente inibidor do investimento na área (marcado por forte aceleração inflacionária, taxas de juros nominais fixas e leis populistas no mercado de aluguéis), acabou por gerar um déficit habitacional estimado em oito milhões de habitações.
> À época, a resposta do recém-implantado governo militar brasileiro a esse problema foi a criação do SFH, um mecanismo de captação de poupança de longo prazo para investimentos habitacionais, cuja idéia central era que a aplicação de um mecanismo de correção monetária sobre os saldos devedores e as prestações dos financiamentos habitacionais viabilizaria tais investimentos (caracteristicamente de longo prazo), mesmo em uma economia cronicamente inflacionária. (IBMEC 1974 apud SANTOS, 1999, p. 10).

O grande problema desse programa foi não ter alcançado o objetivo de atender às classes mais necessitadas. Assim declara Santos, citando Silveira e Malpezzi ao explicitar:

> [...] o reconhecimento por parte do BNH da incapacidade do sistema de solucionar as necessidades de uma significativa parcela da população de mais baixa renda do país e do conseqüente aumento

> da autoconstrução e do número de habitações informais. (SILVEIRA E MALPEZZI *apud* SANTOS, 1999, p. 15).

Dessa forma, o Sistema Financeiro de Habitação (SFH) não conseguiu dar conta de sua função abrindo, mais uma vez, brechas para o crescimento desordenado das cidades.

Santos (1999, p. 17) defende que a crise da política habitacional brasileira vivida do Período Militar até Collor não se deu só pela vulnerabilidade do SFH às flutuações macroeconômicas que afetassem sua capacidade de arrecadação do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimos (SBPE) e o grau de inadimplência dos mutuários, mas "pela ausência de um diagnóstico claro sobre a questão habitacional (que se refletiu nas freqüentes mudanças no arranjo institucional no setor) e a dificuldade de se evitarem práticas clientelistas em um contexto de instituições democráticas pouco amadurecidas".

Um dos fatos que fundamentam essa defesa de Santos ocorreu durante o governo de Sarney, quando o Banco Nacional de Habitação (BNH) foi extinto e o financiamento do programa de habitação ficou nas mãos da Caixa Econômica Federal. Isso ocorreu por causa da Constituição de 88 que entrou em cena trazendo ações democráticas que, segundo o autor, ainda não estavam amadurecidas e, portanto contribuíram para práticas clientelistas, porém segundo Maricato:

> Durante toda sua existência o SFH financiou aproximadamente um quarto da produção total das habitações construídas no período, abrangendo aí as moradias produzidas no mercado legal e ilegal. Mas seus investimentos favoreceram predominantemente as classes médias emergentes e classes altas, sustentáculos do regime ditatorial. (MARICATO, 1997, p. 49).

Constata-se então, que o SFH muito antes da Constituição de 88 já favorecia as classes médias e altas. E há também de se levar em consideração toda a

conjuntura do período vivido naquele momento, o qual segundo Cymbalista, favoreceu à precariedade habitacional devido ao período de estagnação do país.

> Essa precariedade expressa-se nas favelas, que ocupam praças, morros, mangues e beiras de córregos, e que são maiores e mais densamente populadas nas grandes cidades; no superadensamento dos cortiços em regiões centrais e intermediárias das cidades; nos loteamentos irregulares e clandestinos, sem infra-estrutura e equipamentos públicos; nas ocupações irregulares de áreas ambientalmente frágeis. (CYMBALISTA, 2005, *on line*)

Apesar de todos os problemas com os quais se deparava a realidade brasileira, a referida Constituição significou um importante avanço na gestão das políticas públicas na área de habitação. Tais avanços foram citados pelo próprio Santos:

> Os programas na área de habitação popular, agora sob o controle do Ministério do Bem-Estar Social, foram redesenhados e passaram a exigir a participação de conselhos com participação comunitária dos governos locais e uma contrapartida financeira desses últimos aos investimentos da União. Tais mudanças aumentaram significativamente o controle social e a transparência da gestão dos programas em questão, e constituíram-se em ponto de inflexão importante na condução das políticas públicas na área de habitação popular. É interessante notar que os referidos programas, notadamente o Habitar - Brasil e o Morar-Município, ou foram mantidos na gestão posterior (como no caso do Habitar - Brasil, ainda que com modificações e aperfeiçoamentos), ou serviram de base para a formulação de programas semelhantes. (SANTOS, 1999, p. 21).

Não só os avanços da constituição de 88 devem ser destacados, mas também a importância da participação popular na luta pela melhoria do sistema habitacional. Segundo Cymbalista, os segmentos populares atuaram pela primeira vez no cenário nacional, passando da posição de coadjuvantes para a de protagonistas nos processos de construção das políticas.

Graças a essa participação ativa dos moradores, a questão da Política Urbana entrou em discussão e garantiu seu espaço na Constituição:

> A primeira grande conquista popular foi a inclusão de um capítulo de Política Urbana na Constituição de 1988, por Emenda Popular – Emenda Pela Reforma Urbana – que alcançou 250 mil assinaturas e criou o capítulo da política urbana. Nesse capítulo, reconhecem-se as questões urbanas como tema de interesse nacional a partir de três parâmetros: a função social da propriedade e da cidade; a gestão democrática da cidade; e o direito à cidade e à cidadania (CF, art. 182 e 183). (CYMBALISTA, 2005, *on line*).

Essa Constituição figurou-se num marco para a história das Políticas Habitacionais brasileiras. Ela resultou na descentralização das funções exercidas pelo Estado nessa área, colocando nas mãos dos municípios o poder de atuar e intervir sobre seu próprio espaço. Assim afirma Cymbalista:

> A Constituição redefiniu também as competências das esferas federativas: à União, compete "instituir diretrizes para o desenvolvimento urbano, inclusive habitação, saneamento básico e transportes urbanos." A promoção de programas de construção de moradias, a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico são competências comuns da União, Estados e Municípios. Aos municípios, cabe a promoção do ordenamento territorial, por meio do planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo (art. 21 a 30). (CYMBALISTA, 2005, *on line*).

A partir desse passo democratizador, as cidades conseguiram avançar na questão das habitações, regulação e ocupação do solo urbano. E para avançar ainda mais, no ano de 2001 foi aprovado o Estatuto da Cidade, cujo projeto de lei foi proposto pelo senador Pompeu de Souza em 1990. Nas palavras de Cymbalista:

> O Estatuto da Cidade (Lei Federal nº 10257/01), lei brasileira que regulamenta a política urbana a ser feita pela União, Estados e municípios, responde de forma positiva a esse desafio de reconstrução da ordem urbanística, sob novos princípios, com novos métodos e concepções e novas ferramentas. (CYMBALISTA, on line, *p. 2*).

Por meio da Lei Federal nº 10257/01, as cidades conhecem a oportunidade de desenvolver em seus espaços uma política urbana que visa à reestruturação e organização dos mesmos, assim como a inclusão de seus atores sociais nesse processo, o qual teoricamente deve ser realizado de forma democrática e para que tais objetivos possam ser alcançados, a lei conta ainda com uma série de instrumentos e diretrizes.

Entre os diversos instrumentos abarcados pelo Estatuto da Cidade como, por exemplo, o Parcelamento e Edificação Compulsórios, IPTU Progressivo no Tempo e Desapropriação, está também o Plano Diretor, o qual na verdade foi reafirmado, pois já havia sido estabelecido pela Constituição de 88.

No Estatuto, em seus artigos 39 e 40, o Plano Diretor é definido como um instrumento básico onde processos como, o de reestruturação, organização e inclusão, conforme mencionados acima, podem e devem ser discutidos e executados, contando sempre com a participação da sociedade em todas as etapas de sua elaboração. Assim, conforme no Estatuto:

> Art. 39. A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor, assegurando o atendimento das necessidades dos cidadãos quanto à qualidade de vida, à justiça social e ao desenvolvimento das atividades econômicas, respeitadas as diretrizes previstas no art. 2º desta Lei.
> Art. 40. O plano diretor, aprovado por lei municipal, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana.
> § 1º O plano diretor é parte integrante do processo de planejamento municipal, devendo o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e o orçamento anual incorporar as diretrizes e as prioridades nele contidas.
> § 2º O plano diretor deverá englobar o território do Município como um todo.
> § 3º A lei que instituir o plano diretor deverá ser revista, pelo menos, a cada dez anos.
> § 4º No processo de elaboração do plano diretor e na fiscalização de sua implementação, os Poderes Legislativo e Executivo municipais garantirão:
> I – a promoção de audiências públicas e debates com a participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade;
> II – a publicidade quanto aos documentos e informações produzidos

> III – o acesso de qualquer interessado aos documentos e informações produzidos. (BRASIL, 2002, p.14).

Conhecendo-se a longa trajetória das Políticas Habitacionais no Brasil, observa-se que chegar até o Estatuto da Cidade e, mais precisamente, no Plano Diretor constitui-se num importante momento e de grande avanço para toda sociedade.

Ao longo deste subtítulo e dos subtítulos anteriores buscou-se evidenciar como a falta de planejamento e também de interesse por parte das elites e também do poder público ajudaram a construir um país de cidades formais e informais, por isso apesar de todos os avanços, muitos passos ainda precisam ser dados para que essa conquista não fique somente na utopia e no papel, mas seja sim realidade na vida de cada cidade, ainda mais no que se refere à questão da gestão democrática das mesmas e da inclusão social.

2.4 - Cidades Informais: o lado esquecido das cidades brasileiras.

A ocupação fora da lei acabou por criar uma cidade à parte dentro de cada cidade brasileira, a cidade informal. Nas palavras de Grostein (2001, p. 15) esta cidade é “[...] uma realidade de longa data nas cidades brasileiras, especialmente nas metrópoles que tiveram seu crescimento acelerado, a partir dos anos 40 e 50, associado ao processo de industrialização brasileira”.

Sirkis (2003, p. 219 e 220) define as cidades oriundas deste processo como “a cidade das favelas, loteamentos clandestinos e similares com seus variados nomes: villas miséria, poblaciones, townships, shanty towns, bidonvilles, casbah”. Enquanto que Grostein (2001, p. 14) refere-se ao mesmo espaço usando a expressão “Cidade Clandestina ou Cidade Irregular”, a qual, segundo este autor, “define a forma abusiva do crescimento urbano sem controle, próprio da cidade industrial metropolitana, compreendendo os bairros relegados pela ação pública, a

cidade dos pobres e dos excluídos, a cidade sem infra-estrutura e serviços suficientes, a *cidade ilega*l, ainda que legítima".A cidade que "associa o fenômeno da expansão urbana ilegal ao da exclusão social".

Essa realidade, segundo Sirkis (2003, p. 220), pode ser encontrada "[...] em todas as cidades brasileiras, em maior ou menor escala [...]". São cidades, nas quais raramente chegam investimentos públicos, obrigando seus moradores a conviverem com a falta de saneamento básico, coleta de lixo e, em muitos casos, com os riscos de desabamento ou inundação.

Tanto descaso e abandono acabam marcando de forma negativa esses espaços. Por isso Grostein (2001, p. 14) afirma que "[...] a precariedade e a ilegalidade são seus componentes genéticos e contribuem para a formação de espaços urbanos sem atributos de urbanidade".

Apesar de toda a nebulosidade de problemas que envolvem a cidade informal, Sirkis ressalta que:

> [...] se a miséria sempre está na cidade informal, nem toda cidade informal é completamente miserável. Há uma certa mobilidade social que dá acesso a novos bens de consumo e espaços de moradia mais amplos (em geral, crescimento vertical das habitações). Dentro da própria comunidade ocorre um desdobramento social com uma pirâmide local de "ricos", classe média e pobre. (SIRKIS, 2003, p.220).

Os atores dessas camadas sociais são atraídos pelos mais diversos benefícios como, por exemplo, a inexistência de pagamento do terreno e de seus respectivos IPTUs. Com o tempo algumas dessas pessoas conseguem melhorar seus espaços, embora para Maricato:

> [...] a habitação urbana vai além dos números e das unidades. Ela deve estar conectada às redes de infra-estrutura (água, esgoto, energia elétrica, drenagem pluvial, pavimentação) e ter o apoio dos serviços urbanos (transporte coletivo, coleta de lixo, educação,

> saúde, abastecimento, etc.). Se na zona rural algumas dessas necessidades podem ser resolvidas individualmente, na cidade sua inexistência pode inviabilizar a função da moradia ou acarretar danos sociais e ambientais, além de exigir sacrifícios por parte dos moradores. É o que acontece na periferia ilegal e sem urbanização [...] (MARICATO, 1997, p. 43).

Grostein (2001, p. 14) coloca que essas variáveis estão diretamente relacionadas com a sustentabilidade do ambiente urbano, por isso "[...] as políticas que sustentam o parcelamento, uso e ocupação do solo e as práticas urbanísticas que viabilizam estas ações têm papel efetivo na meta de conduzir as cidades no percurso do desenvolvimento sustentado".

Muitas vezes áreas que teoricamente estão protegidas por lei, na cidade informal encontram-se escondidas pelo processo de crescimento urbano ou simplesmente desapareceram para que este último pudesse ocorrer. Para Salati; Lemos e Salati:

> A pressão por moradia gera implicações para o meio ambiente na medida em que as favelas e as ocupações irregulares se espalham pela malha urbana. Utilizam-se de áreas que apresentam condições desfavoráveis a estes assentamentos, por serem de topografia desfavorável, ou inadequadas por exercerem funções relevantes para o ambiente como áreas verdes, de proteção de mananciais, de mangues e de uso publico, entre outras. (SALATI; LEMOS e SALATI (1999) *apud* SABBAG FILHO, 2006, p.22).

Outro autor que também cita a questão das habitações urbanas brasileiras que ocupam áreas irregulares, desrespeitando legislações, agredindo áreas protegidas tendo que conviver com o risco de deslizamentos, inundações e tantos outros problemas, é Santos. Conforme o mesmo:

> [...] muitas dessas habitações estão localizadas em áreas de proteção ambiental ou áreas não destinadas à ocupação residencial, além do fato de muitas não respeitarem os padrões de edificação vigentes. Esse fato acaba prejudicando o apoio do poder público a

> essas moradias, dado que a execução de melhorias nessas habitações, na maioria das vezes, sancionaria uma ilegalidade. (SANTOS, 1999, p. 26).

Em muitos casos, as áreas que sofrem essas ocupações enquadram-se na definição de Áreas de Proteção Permanente (APP) instituída pela Resolução CONAMA-Conselho Nacional do Meio Ambiente, nº 303, de 20 de março de 2002, no Art. 3º e no Código Florestal Brasileiro (Lei nº. 4.771 de 1965). Segundo essa Resolução, APPs são áreas com funções específicas de proteção aos cursos d´água, lagoas, lagos ou reservatórios, naturais ou artificiais, nascentes, topos de morro, montes, montanhas e serras, encostas com declividades superiores a 45 graus, restingas fixadoras de dunas ou estabilizadoras de mangues, bordas de tabuleiros ou chapadas, em altitudes superiores a 1.800 metros. (BRASIL, 2002, p.1 e 2).

Conforme Araújo, essa legislação, assim como tantas outras que se referem à proteção de áreas ambientais; é mais uma conquista adquirida a partir da Constituição de 1988, a qual foi a primeira na história brasileira a ter um capítulo dedicado ao tema Meio Ambiente, visando a descentralização das ações que buscam a proteção do mesmo:

> O advento da Constituição de 1988 deu um grande impulso à questão ambiental no Brasil, pois o combate a qualquer processo de degradação do ambiente tornou-se dever de todos os cidadãos e não apenas do Estado, sendo que os meios judiciais de proteção ambiental tornaram-se legítimos instrumentos para esse fim. (ARAUJO, 2007, p.107)

Quando se trata de cidade informal, na maioria das vezes, meio ambiente e questões de habitação caminham lado a lado, na verdade, interligados e para resolver o problema de um, é preciso resolver o problema do outro. Coelho (2006, p.27) ao escrever sobre impactos ambientais, ressalta que os problemas ambientais não atingem o espaço urbano de forma regular, pois, na verdade, estão mais

presentes nos espaços ocupados pelas classes menos favorecidas, ou seja, nas cidades informais.

A cidade informal precisa de um olhar especial por parte não só do poder público, mas de toda sociedade, porque conforme escreveu Veiga (2003, p.44), “A desigualdade é osso muito duro de roer. Ela só diminui aos poucos, se for submetida a uma árdua, ferrenha, incessante e paciente ofensiva social”. Portanto não basta esperar que leis, resoluções e tantos outros instrumentos formais, resolvam o problema. A sociedade já foi convocada e deve imediatamente assumir sua posição nessa luta que busca um meio ambiente saudável, um espaço urbano melhor e um Brasil mais justo.

2.5 - Campos dos Goytacazes – Ocupação e alteração do território

Quantas vezes já disseram que o Planeta Terra deveria ser chamado de Planeta Água devido à grande quantidade de água que o mesmo possui em relação à sua superfície terrestre? Da mesma forma não seria espantoso se alguém ousasse substituir o nome da cidade de Campos dos Goytacazes[2] por Lagoas dos Goytacazes, pois quando os primeiros colonizadores chegaram ao referido território encontraram mais lagoas, brejos e áreas alagadas do que os próprios campos. Porém, o trocadilho seria aceitável se essas lagoas ainda existissem para contar história.

> A cidade de Campos é o resultado da ocupação econômica de uma extensa planície de aluvião da bacia do Rio Paraíba do Sul, principalmente. Onde hoje se situa a cidade em tempos remotos era mar e, mais tarde, um complexo de lagoas, rios e manguezais no período em que começou a sua ocupação pelos portugueses, quando esta região pertencia à Capitania Hereditária de São Tomé. Portanto água aqui não era muito problema, apesar da pouca

[2] Existe uma grande discussão com relação ao nome da cidade. Segundo o escritor e jornalista Paulo Freitas quando a vila foi proclamada cidade, seu nome era apenas Campos. O índio que ocupava esses campos era o índio Goitacá, sendo que o plural correto da palavra Goitacá seria Goitacás. Mas a história deu uma grande rasteira na grafia correta. Ao nome da cidade acrescentou-se o “dos Goytacazes” conforme era escrito pelos escrivães de cartórios. Assim, em 1990, a cidade passou a se chamar Campos dos Goytacazes (anexo 01).

> pluviosidade, média de 1000 mm anuais, esse complexo lacustre garantia a disponibilidade hídrica. (GOMES FILHO, 2005, p.93).

Segundo Soffiati Netto, os primeiros habitantes das terras que hoje constituem o município de Campos dos Goytacazes viviam harmoniosamente com natureza e ainda que a explorassem, essa exploração não chegava ao ponto de alterá-la irreversívelmente. “Os primeiros povoadores da ecorregião norte-noroeste fluminense não lutaram contra as lagoas, mas desenvolveram modos de vida adaptados a elas. Em vez de problema, as lagoas tornaram-se solução para eles.” (SOFFIATI NETTO, 1998, p. 7).

Apesar da vida harmoniosa com a natureza, os povos indígenas do território campista e regiões próximas eram povos muito temidos pelos europeus. Além de Lamego, Soffiati Netto conta que eles eram velozes a ponto de capturarem na carreira animais como o veado e muito cruéis com seus inimigos praticando a antropofagia (SOFFIATI NETTO, 1998, p. 08).

O primeiro colonizador a tentar se instalar no território campista foi Pero de Góis, a quem foi doada a capitania de São Tomé. Em 1538 ele se instalou, fundou a Vila da Rainha, que atualmente situa-se no município de São Francisco do Itabapoana, e construiu vários engenhos, porém, alguns anos depois, viu sua tentativa fracassar devido, principalmente, à revolta dos índios somada, é claro, a alguns outros motivos. O segundo a tentar a dominação foi Gil de Góis, filho de Pero de Góis, o qual também fracassou por provocar a revolta dos índios.

Após tantas derrotas, a partir de 1632, foi concedida aos Sete Capitães a difícil tarefa de conquistar o território que futuramente receberia o nome de Campos dos Goytacazes, os quais obtiveram sucesso e deram início ao processo de dominação da terra e de seus moradores. Por não conseguirem atracar diretamente no solo campista, devido ao mar forte e bravio e uma costa inapropriada para tal feito, o processo de dominação envolveu também o desbravamento (dos desafios naturais) do território. Durante suas viagens os colonizadores evidenciaram as belezas naturais de uma terra com inúmeros corpos hídricos os quais compunham um imenso sistema interligado, em sua maioria navegável.

Os colonizadores chegaram a relatar com muita admiração a beleza e grandeza de uma das lagoas do território campista, a Lagoa Grande, atual Lagoa Feia. Nas palavras de Carvalho: “Era um grandíssimo lago ou lagoa de água doce, a qual estava tão agitada com o vento sudoeste, tão crespas suas águas, e tão turvas, que metiam horror, aonde lhe demos o apelido de Lagoa Feia.” (CARVALHO, p. 208 *apud* LAMEGO, 2007, p. 58).

A triste história das lagoas campistas começa a partir deste momento, pois apesar da admiração e espanto por causa das belezas naturais das terras recém conquistadas, não foi em busca disso que os colonizadores vieram. A colonização era movida por um interesse maior, o econômico, o qual continua a ser o motor da maioria das ações tomadas no mundo atual.

A primeira atividade econômica desenvolvida no território campista foi implantada por Pero de Góis, o qual trouxe muitas mudas de cana-de-açúcar e construiu engenhos. Os Sete Capitães ao se instalarem construíram currais e implantaram a criação de bovinos. Os Assecas tomaram as terras dos Sete Capitães em 1674, deram continuidade à pecuária e só mais tarde, por volta da metade do século XVIII, a cultura da cana-de-açúcar entra em cena a todo vapor.

> A atividade açucareira, após a frustrada tentativa de implementação de engenhos de açúcar por Pero Góis em São João da Barra iria ressurgir no povoado de São Salvador (Campos dos Goytacazes), na segunda metade do século XVIII, a cultura da cana-de-açúcar iria ocupar a supremacia da pecuária na planície campista. (SILVA e CARVALHO, 2004, p. 33).

Foi durante o período da cultura da cana-de-açúcar que as lagoas do território de Campos dos Goytacazes começaram a sofrer maiores impactos. Desde as primeiras ocupações foi visível o incômodo provocado pelos inúmeros corpos hídricos, os quais acabaram trazendo problemas para a população. O excesso de água se transformou no principal causador de epidemias e doenças.

Era preciso acabar com o excedente de água do território, mas esse não foi o único motivo para as alterações no território. Fazendeiros e usineiros também

estavam interessados em tais ações, já que necessitavam de territórios para plantar e de água para irrigar suas plantações. Com isso investiram maciçamente na construção de canais de drenagem, contando ainda com a ajuda do sanitarista Saturnino de Brito, o qual elaborou o Plano Urbanístico de 1902, cujo objetivo era limpar a cidade, enxugá-la e mandar para bem longe os problemas como pobreza, cortiços, doenças, marginalidade, enfim.

> Com a ocupação inadequada deste ambiente começaram a surgir os problemas devido ao desequilíbrio. Nas décadas de 1950/60 a malária motivou o DNOS a construir mais de 1000 Km de canais de macrodrenagem [...]. Entre drenagens, diques e aterros a maior parte dessas lagoas desapareceram e as remanescentes sofreram grande redução de espelho d'água. Fazer canais aqui é uma espécie de tradição. (GOMES FILHO, 2005, p.94).

Conforme Gomes Filho (2005, p. 94), as obras de drenagem das lagoas foram executadas pelo Departamento Nacional de Obras e Saneamento (DNOS), órgão responsável pela manutenção dos corpos hídricos da região. O território, que antes era rico em lagoas e brejos, viu suas águas literalmente escorrerem graças aos inúmeros canais de drenagens construídos, restando apenas 22 [3] lagoas para contar história.

Segundo Amorim e Soares (1977 apud SOFFIATI NETTO, 1998, p. 27), "em 1977, dois jornalistas estamparam num jornal carioca matéria de página inteira chamando a atenção para as profundas e irreversíveis alterações ambientais provocadas pelo DNOS no Norte Fluminense".

O DNOS se foi, mas as marcas de um órgão que trabalhou a serviço de interesses econômicos ficaram (anexo 02). As lagoas campistas nunca mais serão as mesmas, as que se secaram, não enchem mais e as que restaram, agonizam à beira de uma lenta morte.

---

[3] Conforme Boletim de Serviços nº 50 do dia 07/12/2006 elaborado pela Superintendência Estadual de Rios e Lagoas (SERLA). Fonte: <http://www.serla.rj.gov.br/bs/bs_print.asp?id=169 > acessado em 31/07/2008

3 - LAGOA DO VIGÁRIO: UMA HISTÓRIA QUE AINDA PODE TER UM FINAL FELIZ

A Lagoa do Vigário (figura 3.1) é uma das poucas lagoas sobreviventes ao tenebroso passado de drenagens, porém, apesar de ter vencido essa fase, hoje, extremamente antropizada continua sua luta pela sobrevivência, luta esta que não perdurará por muito tempo se um programa sério visando sua recuperação não for colocado em prática.

Figura 3.1 - Lagoa do Vigário: Ano 2006

<http://www.marcelobessa.com.br/guarus.htm6> acesso em 16/08/2006

Segundo Soffiati Netto (1998, p. 6), a Lagoa do Vigário é classificada como uma lagoa de tabuleiro, formada por cursos d'água barrados pelos transbordamentos periódicos dos rios coletores, neste caso, o Rio Paraíba do Sul.

Durante o século XIX, a Lagoa do Vigário (figura 3.2) foi incluída num projeto elaborado pelo Brigadeiro Antonio Elisiário de Miranda Brito, cujo objetivo era interligar, por meio de um canal, o Rio Paraíba do Sul à Lagoa do Campelo, visando

integrar os ocupantes da margem esquerda aos “centros dinâmicos da economia”. A execução desse projeto ocorreu a partir do ano de 1833, prosseguindo até o ano de 1845. Assim afirma Soffiati Netto (1998, p.16).

Figura 3.2 – Lagoa do Vigário: Início do século XX

Cedida por Roger Rangel Coutinho, Secretaria de Meio Ambiente, modificado.

O nome da lagoa provém de um vigário, que era dono de terras em Guarus. Segundo a pesquisadora Silva Paes[4], provavelmente, este seria o Vigário João Carlos que também empresta seu nome a uma rua situada no centro da cidade de Campos. É também desse vigário que vem o nome de uma das ruas situadas na região de suas terras, a Rua do Vigário, que possuía uma vala que comunicava a Lagoa do Vigário com o Rio Paraíba do Sul. Por volta de 1978, após uma grande enchente, a Prefeitura manilhou essa vala e pavimentou a Rua do Vigário[5]. A Rua do Vigário atualmente recebe o nome de Rua Capitão Júlio Nogueira (figura 3.3).

[4] Conforme depoimento concedido pela pesquisadora ao jornal Monitor Campista dos dias 09 e 10 de fevereiro de 2003 (anexo 24).
[5] Conforme depoimento concedido pelo entrevistado X.

Figura 3.3 - Antiga Rua do Vigário

Arquivo Pessoal, adquirido em 19/07/2008.

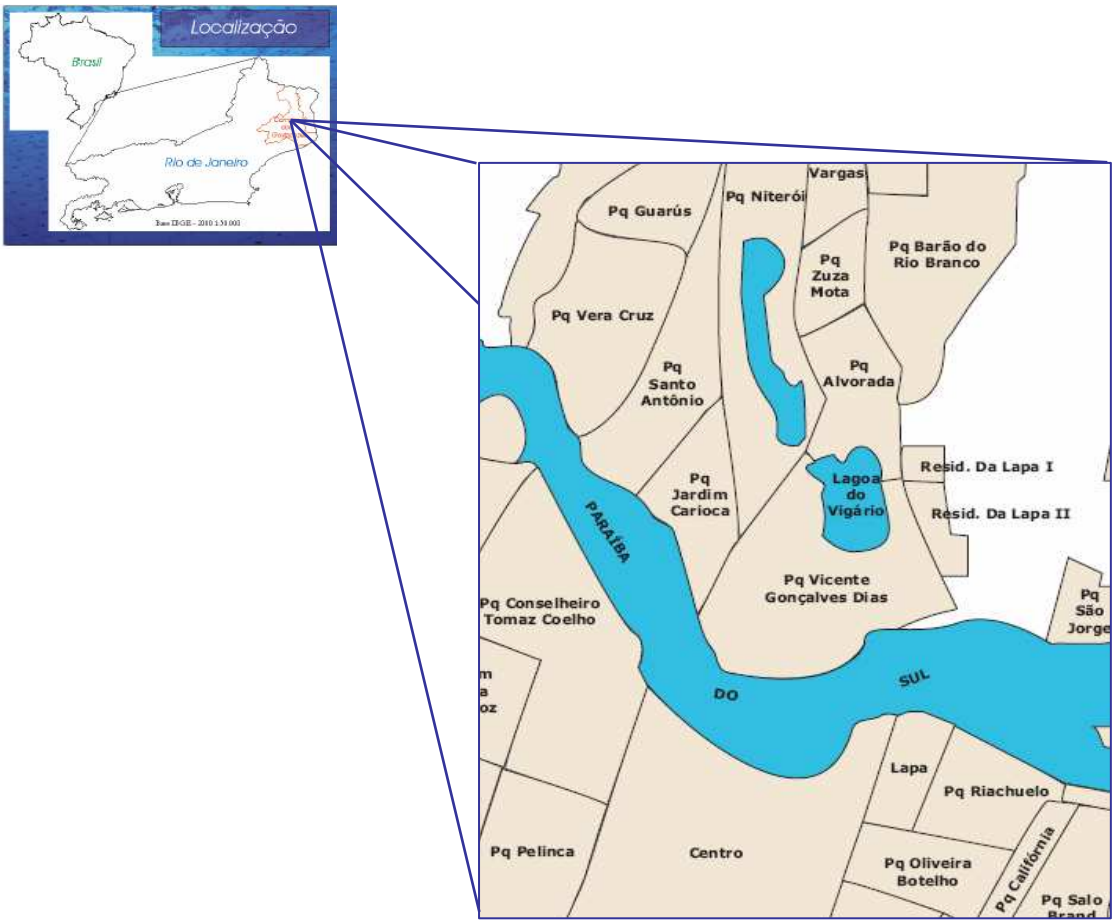
Além da antiga Rua do Vigário, várias outras ruas paralelas à mesma também possuem valas que foram manilhadas. Atualmente essas valas são utilizadas para o lançamento de esgoto na lagoa como, por exemplo, a da Rua André Luiz por onde passa o esgoto do Serviço de Assistência Médica Domiciliar e Urgência (SAMDU) de Guarus, ou fazem o escoamento das águas pluviais dessas ruas para a lagoa. Algumas destas contêm até elevatórias.

3.1 – Localização da área em estudo

A lagoa localiza-se à margem esquerda do Rio Paraíba do Sul na cidade de Campos dos Goytacazes. Atualmente encontra-se dividida em duas partes, norte e sul, graças a um aterro, cuja construção se iniciou no ano de 1973, no mandato do Prefeito José Carlos Vieira Barbosa (Zezé Barboza), para que os moradores de Guarus, mais precisamente os situados na margem leste da lagoa, pudessem acessar o centro da cidade de forma rápida.

Conforme Lannes (2002, p.9), a Lagoa do Vigário possui 0,3 Km^2 de extensão, abrangendo, segundo o IBGE, três bairros: O Parque Vicente Gonçalves Dias e Parque Alvorada, onde se encontra a parte sul e o Parque Niterói, onde se encontra a parte norte (figura 3.4).

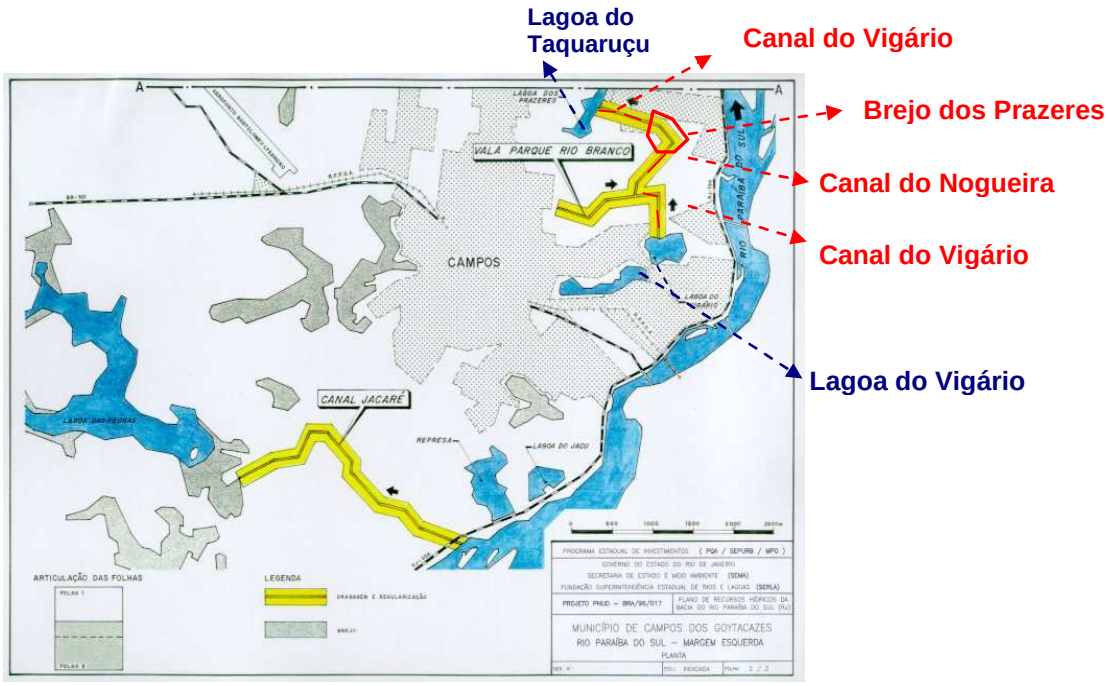
Figura 3.4 - Localização área de estudo



Adaptado. Costa, 2005, p. 3732; < http://www.campos.rj.gov.br/Perfil-2005/02%20Encarte%20Bairros.pdf > em 21/09/2006.

Apesar de este trabalho direcionar seus estudos especificamente para a Lagoa do Vigário, é importante lembrar que, segundo Lannes (2002, p.9), a mesma faz parte de um sistema alagado urbano, pois dela parte o canal do Vigário, o qual chega até um brejo no Parque Prazeres que, por sua vez, também através de um canal, se interliga à Lagoa do Taquaruçu ou Lagoa dos Prazeres (figura 3.5).

Figura 3.5 - Sistema Alagado Urbano: Lagoa do Vigário - Taquaruçu



Adaptado: arquivo TECNORTE – Parque de Alta Tecnologia

3.2 - Ocupação e degradação: descaminhos da lagoa

Após muitas visitas a diversos órgãos da Prefeitura de Campos dos Goytacazes, concluiu-se que o histórico de ocupação da Lagoa do Vigário não está oficialmente registrado, seja por meio de imagens, mapas ou bibliografia. O levantamento de dados, a princípio, se mostrou uma tarefa difícil, porém o desejo de reconstruir a história da lagoa e de certa forma contribuir para um despertamento ambiental, não só dos moradores, mas da academia e até, quem sabe, do Poder Público, serviu de incentivo para a continuação deste trabalho. Sendo assim, a história aqui apresentada foi montada com as respostas da entrevista semi-estruturada (apêndice 01) realizada com alguns moradores. Sendo respaldada com recortes de jornais locais, fotos, mapas e imagens.

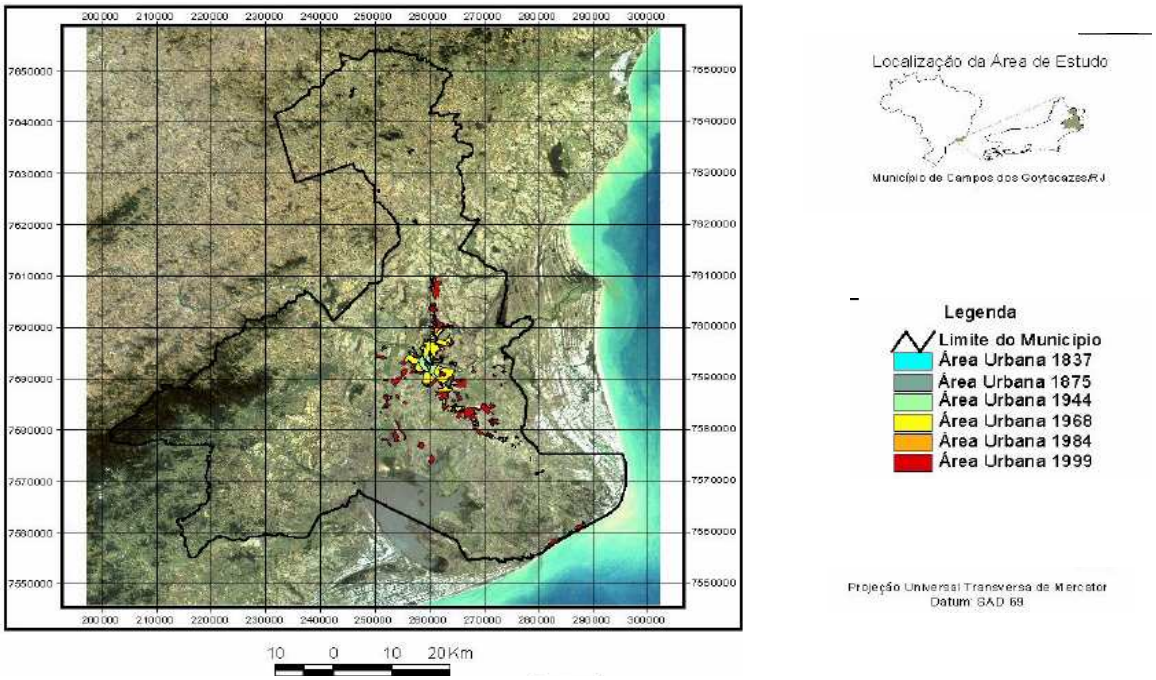
Faria (2004 *apud* COSTA E ALVES, 2005, p.3735) relata que “Guarus sempre foi uma parte da cidade mais segregada, com maiores problemas

enfrentados. Guarus só é considerado como perímetro urbano de Campos após o Plano Urbanístico de Saturnino de Brito". Mais precisamente no ano de 1946, "apesar da primeira ponte ter sido construída, em 1873", conforme Faria (2005, p. 18).

Esse Plano Urbanístico foi elaborado em 1902 e direcionou o crescimento urbano até 1944, empurrando as classes mais pobres para as periferias da cidade, áreas sem nenhum investimento e desvalorizadas, ao contrário da área central, a qual deveria ser limpa e revestida de investimentos.

Na figura 3.6, ao se comparar a área urbana de 1875, de cor verde escuro, com a área urbana de 1944, de cor verde claro, pode se observar o aparecimento da área urbana de Guarus, embora ainda bem tímida.

Figura 3.6 - Mapa expansão urbana de Campos dos Goytacazes



<http://marte.dpi.inpe.br/col/ltid.inpe.br/sbsr/2004/11.20.17.48/doc/3731.pdf> em 09/10/2007.

Além de receber as classes expulsas da área central, as áreas periféricas também passaram a atrair as pessoas que vinham das áreas rurais. Segundo Faria

(2005, p. 4788), em 1944, um novo Plano Urbanístico foi elaborado para a cidade de Campos pela empresa Coimbra Bueno a pedido do prefeito Salo Brand. Dessa vez buscou-se integrar a área central às áreas periféricas, visando o desenvolvimento destas últimas, relegadas pelo plano anterior.

> Entre as décadas de 50 e 60, intensificou-se a dualidade centro-periferia, denunciando a falta de investimentos nas áreas apontadas pelo Plano de 44. Outros fatores contribuíram, conforme indica Pinto (1987), como o fato da zona urbana ter recebido da área rural uma gama imensa de trabalhadores, deslocados e sem referência de trabalho, em virtude da cultura do café e do advento de novas leis trabalhistas. Percebemos, assim, que a lógica de desenvolvimento urbano campista não acompanhou seus desdobramentos sócio-espaciais, em razão, sobretudo, da concentração demográfica urbana em expansão e da paralela falta de estrutura da cidade. (FARIA, 2005, 4788)

Apesar do Plano Urbanístico de 1944 não ter sido totalmente implantado, significou um importante avanço, pois serviu de base para os planos posteriores por ser um estudo detalhado da história urbana campista, é o que afirma Faria (2005, p.4788). O primeiro projeto de urbanização da Lagoa do Vigário foi elaborado neste plano[6].

Na figura 3.7, é possível verificar como a área urbana de Guarus teve um crescimento rápido no ano de 1962, principalmente nas intermediações dos atuais bairros Jardim Carioca, Parque Santo Antônio e Vicente Gonçalves Dias. Fato que também pode ser visualizado na figura 3.6 ao observar o ano de 1968, representado pela cor amarela.

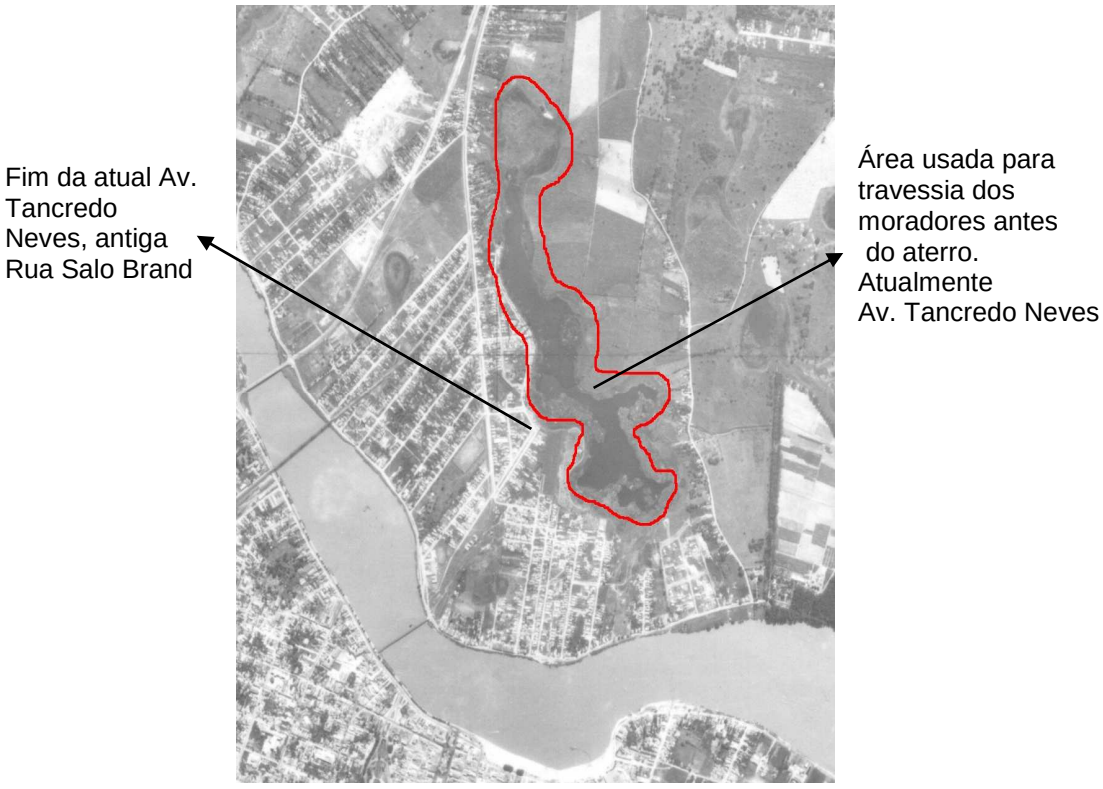
É possível ainda, ao analisar a figura 3.7, observar que a Lagoa do Vigário, cujas margens assumiam contornos bem diferentes dos atuais, até o ano de 1962, funcionava como um fator limitante para o avanço do crescimento urbano. A margem leste da lagoa era predominantemente ocupada por canaviais, já que o município ainda vivia no período da supremacia esmagadora das usinas açucareiras; pequenas

[6] Informação cedida por Aristides Arthur Soffiati Netto.

ocupações eram raras e bem distantes umas das outras, sendo possível até contá-las nos dedos.

À margem oeste só havia chácaras e fazendas, não havia ruas, essas surgiram depois. A lagoa ainda preservava vegetações em suas margens e a população podia andar ao seu redor. Era uma lagoa muito bonita, como até hoje é, porém, antes dava pra vê-la melhor, dava para pescar. Tinha dias de madrugada em que se ouviam os pescadores batendo nas bordas dos barcos para espantar os peixes para a rede. Os peixes mais pescados naquele tempo eram: Robalo, Dourado, Piabanha, Piau, Sairú, que ainda hoje podem ser encontrados, porém em menor quantidade e com uma qualidade que deixa a desejar. [7]

Figura 3.7 - Lagoa do Vigário: ano 1962, antes do aterro.



Cedida pelo professor Marcelo Branco do NPGA (Núcleo de Pesquisas em Gestão Ambiental), CEFET Campos, adaptado.

A predominância de canaviais e fazendas à margem leste da lagoa sugere que o aterro, de certa forma, não só impulsionou a ocupação irregular de suas

[7] Informação cedida pelo entrevistado Y.

margens, mas também incentivou a fragmentação, venda e ocupação dos terrenos próximos. Levando a acreditar que o prolongamento da atual Avenida Tancredo Neves não foi a única função exercida pelo aterro, pois para especuladores imobiliários, o mesmo significou uma valiosíssima solução para o problema das distâncias criadas pela lagoa.

Na época, falaram em construir outros aterros pela lagoa para levar mais ruas ao outro lado também, mas esse projeto ficou só na fala [8]. Provavelmente, se o mesmo fosse posto em prática, em pouco tempo esses retalhos de lagoa desapareceriam, provocando um impacto ambiental bem maior que o provocado por um único aterro. Outro fator que limitava a ocupação, da margem leste da lagoa e dos terrenos próximos era a inexistência, até aquele momento, da Ponte Saturnino de Brito, popularmente conhecida como Ponte da Lapa.

Em 30 de novembro do ano de 1967, antes da construção do aterro, jornais locais anunciaram a construção de uma ponte sobre a Lagoa do Vigário, a qual receberia apoio federal através do Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis (DNPVN) e do Departamento Nacional de Obras e Saneamento (DNOS), que realizaria a sondagem do terreno onde a ponte seria instalada (anexo 03).

Em 06 de setembro do ano de 1968, o Jornal Monitor Campista (anexo 04) anunciou que a construção da ponte só aconteceria no próximo ano, pois o DNPVN não teve verba suficiente para realizá-la em 1968, prometendo incluí-la no orçamento do ano de 1969.

Em 05 de janeiro de 1969 (anexo 05), o DNPVN anunciou que a questão da construção da ponte sobre a Lagoa do Vigário foi repassada para o Departamento Nacional de Estradas e Rodagem (DNER), o qual analisaria o projeto para, então, dar uma definição a respeito.

Em 30 de março de 1969 (anexo 06), o jornal Monitor Campista anunciou que o prefeito Zezé Barbosa, a fim de solucionar a questão da ponte sobre a Lagoa do Vigário, resolveu construir, provisoriamente, uma ponte flutuante, a qual teria 2,20 m

[8] Informação concedida pelo entrevistado Y.

de largura e seria constituída por tambores cobertos com tabuleiros de madeira para permitir a passagem de pedestres e veículos.

A ponte, além de ser essencial para o progresso de Guarus, segundo o prefeito Zezé Barbosa, também era muito solicitada pelos moradores dos bairros situados à margem leste da lagoa, como, por exemplo, os do Parque Alvorada, que tinham que passar pela antiga Estrada do Calabouço e voltar pela Beira Rio caso quisessem chegar à Ponte Barcelo Martins ou atravessar a lagoa de barco. Nesse período havia um senhor que ficava disponível à beira da lagoa com seu barco para atravessar as pessoas, cobrando pelo serviço[9].

O prefeito Zezé Barbosa investiu maciçamente na urbanização de diversos bairros em Guarus, tamanho empenho se deveu ao fato do mesmo ter sido criado e possuir terras no referido perímetro, inclusive às margens da Lagoa do Vigário, o que não só lhe possibilitou conhecer a realidade do lugar e suas necessidades, mas também a investir para que Guarus fosse valorizado.

Em 4 de maio de 1969 (anexo 07), o prefeito foi visitar a obra da ponte que dava seus primeiros passos. Em agosto do mesmo ano (anexo 08), Zezé Barboza volta para inspecionar a construção, como fazia na maioria de suas obras. Em 19 de julho de 1970 (anexo 09), a obra para a construção da ponte flutuante avançava, porém foi necessário aterrar as margens da lagoa no local de instalação da ponte, por isso a obra prossegue até o governo do prefeito Rockefeller de Lima (anexo 10).

Os moradores logo começaram a utilizar a ponte flutuante, porém começaram a ter dificuldades, pois a força do vento e da água da lagoa exigia uma flexibilidade que a ponte flutuante não possuía, por isso a mesma logo passou a exigir reparos. Tudo isso dificultava a travessia dos moradores, que eram obrigados a se equilibrar sobre a ponte[10]. Por fim, no ano de 1973, a ponte deu lugar à construção de um aterro (anexos 11 e 12).

Vários caminhões faziam o transporte das imensas pedras de recife que foram jogadas na lagoa[11]. As manilhas que comunicavam as duas partes da lagoa e

---

9 Informação concedida pelo entrevistado Z.
10 Informação concedida pelo entrevistado Z
11 Informação concedida pelo entrevistado Y.

que há pouco tempo foram substituídas por uma galeria, por não suportarem mais o peso dos veículos que por elas passavam e das casas construídas (anexo 13), foram colocadas ao fim da construção do aterro e foi descrita como uma ponte em forma de concreto armado que permitiria a circulação das águas da lagoa. Uma espécie de obra de arte construída pelo DNOS, segundo João Correa Lima, que era chefe de residência local do referido órgão (anexo 14).

Quando foi feito pela primeira vez, o aterro era apenas uma passagem estreita, colocada a fim de fixar a ponte flutuante, mas o material começou a ceder, então foi necessário ampliá-lo. A imensa quantidade de entulho depositada na lagoa provocou uma grande pressão, se esparramando e se assentando no fundo da mesma. Quando isso ocorreu, as casas vizinhas à lagoa tremeram. Parecia ter havido uma explosão e assim, por um bom tempo, novas camadas de aterro tiveram que ser colocadas até resultado esperado ser alcançado[12].

Em 1974, no mesmo período em que a obra do aterro chegava ao fim, a prefeitura iniciou um projeto de urbanização da lagoa, visando transformá-la num ponto de atração turística (anexo 15). Uma draga realizou a limpeza das margens da lagoa para que os pedalinhos[13] pudessem circular e também para que bares e lanchonetes, além de iluminação, fossem instalados (anexo 16).

A limpeza das margens da lagoa e a instalação dos pedalinhos realmente ocorreram, mas faltaram investimentos. Os pedalinhos ficaram entregues ao tempo e quem mais usufruiu deles foram as crianças que moravam próximas à lagoa. Sem a manutenção devida, alguns pedalinhos acabaram afundando e com eles o segundo projeto de urbanização da lagoa[14].

A construção de uma ponte, conforme o projeto inicial do prefeito José Carlos Vieira Barbosa, provocaria impactos menores e seria melhor, esteticamente falando, e quem sabe até gastaria menos recursos, não no que se refere à fase de construção, mas com relação às conseqüências que o aterro gerou, servindo como

---

[12] Informação concedida pelo entrevistado Y.
[13] Uma espécie de transporte utilizado para passear sobre as águas da lagoa, cuja movimentação se dá por meio de pedaladas do usuário, assim como nas bicicletas, por isso o nome pedalinho.
[14] Informação concedida pelo entrevistado Z.

terreno para muitas famílias que a cada dia aterram mais e mais a lagoa e a poluem, além de escondê-la.

A maioria das pessoas que ocuparam as margens da lagoa veio de áreas rurais para a cidade ou migraram de um espaço irregular para outro melhor, aos seus olhos, e por não ter poder aquisitivo para comprar um terreno e construir uma moradia beneficiada pelos diversos tipos de infra-estrutura, acabou invadindo os espaços que “sobraram”. Áreas indefesas, ambientalmente falando, e esquecidas, politicamente falando.

Os primeiros moradores do aterro apareceram por volta do ano de 1979, cercavam o terreno com toras e arames durante o dia (figura 3.8) e construíam pelo menos dois cômodos de suas casas durante a noite, para que a Polícia Militar não pudesse intervir na invasão[15]. Teve até quem se aproveitasse da situação para vender terrenos na margem da lagoa (figura 3.9). Assim surgia a Favela da Fofoca.

Figura 3.8 - Início das ocupações sobre o aterro na Lagoa do Vigário.

Cedida por Aristides Arthur Soffiati Netto. Ano de 1979.

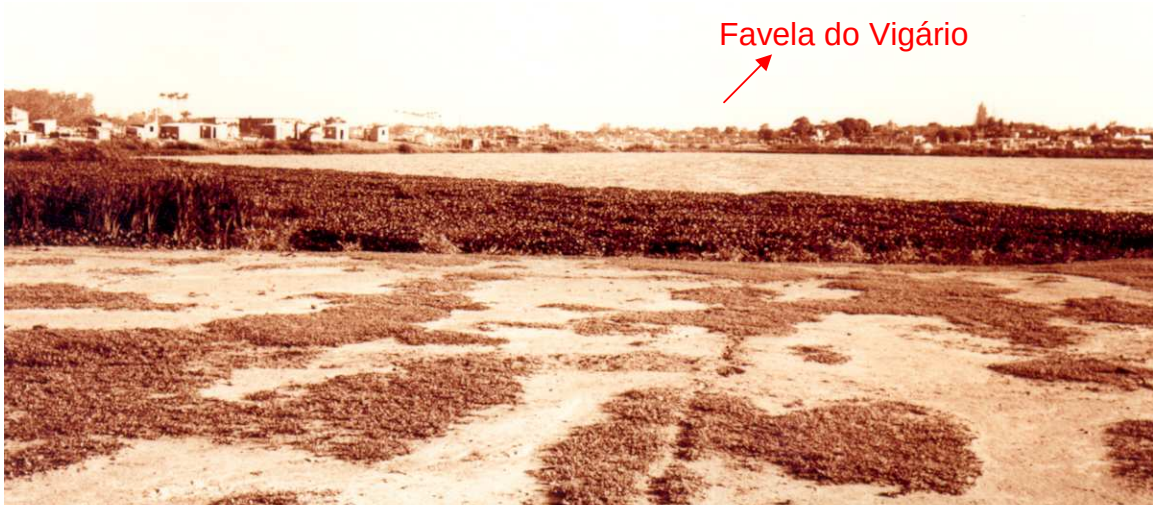
[15] Informação cedida pelo entrevistado Z.

Figura 3.9 – Venda de terrenos no aterro sobre a Lagoa do Vigário

Cedida por Aristides Arthur Soffiati Netto. Ano de 1979.

Quando os moradores da Favela da Fofoca chegaram ao aterro, a Favela do Vigário já existia (figura 3.10), porém o surgimento de mais uma favela às margens da lagoa provocou um grande impasse. Os favelados foram reprimidos pela Polícia Municipal, que chegou até a derrubar alguns barracos. (anexo 17).

Figura 3.10 – Aterro sobre a lagoa com a Favela do Vigário ao fundo



Cedida por Aristides Arthur Soffiati Netto. Ano de 1979.

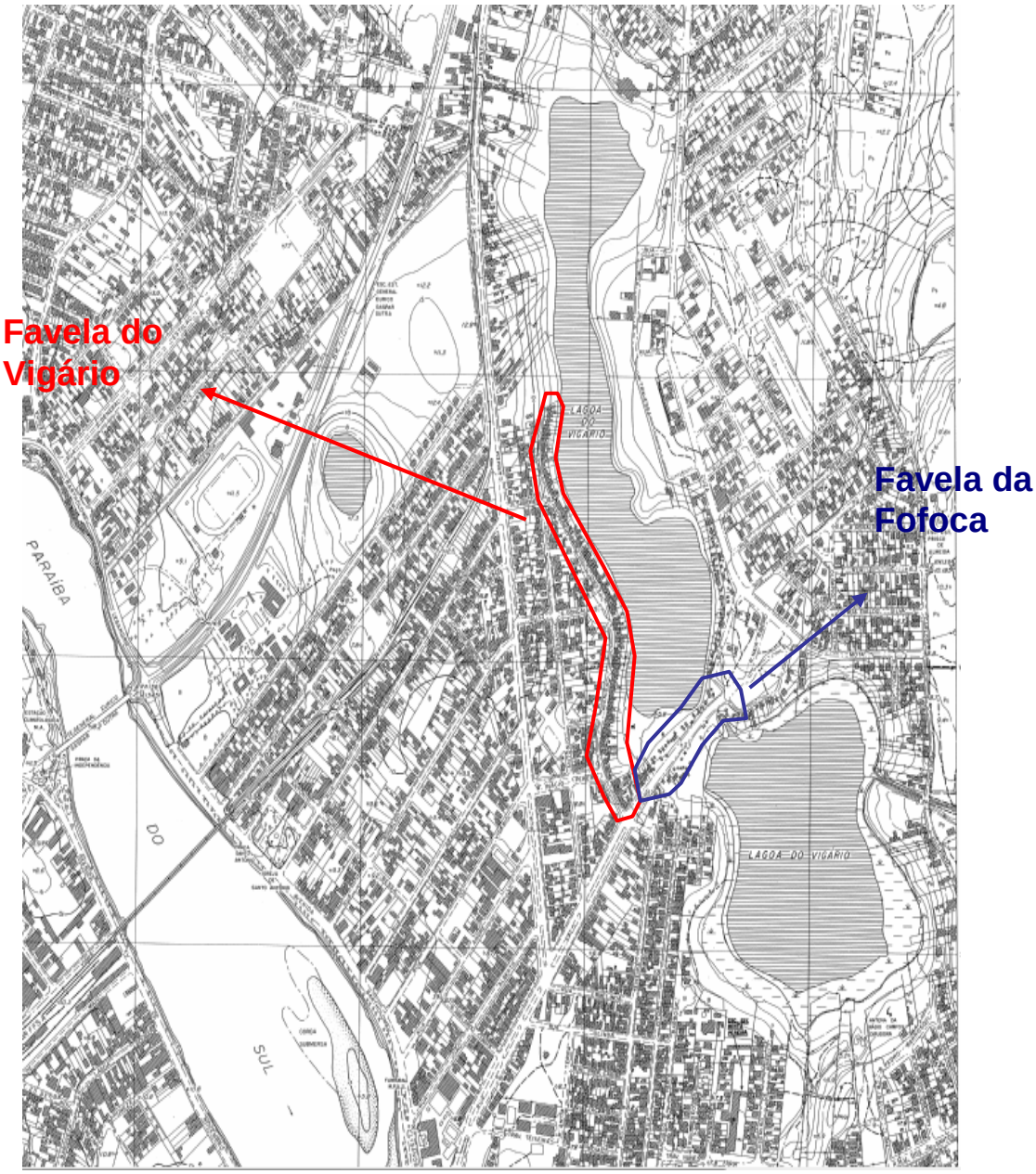
A Superintendência Estadual de Rios e Lagoas (SERLA) e o prefeito Raul David Linhares anunciaram que os invasores deveriam ser realocados, pois à beira da lagoa não poderiam ficar (anexos 18 e 19). Os moradores se reuniram e foram buscar seus direitos na justiça, além de pedirem apoio à Câmara Municipal (anexos 20 e 21). Segundo Aristides Arthur Soffiati Netto, os moradores estavam sendo tratados como marginais, quando na verdade tratavam-se de pessoas pobres inseridas num grande problema social (anexo 22).

No ano de 1979, conforme Faria (2005, p. 4789), o prefeito Raul David Linhares elaborou um novo Plano Urbanístico para a cidade de Campos dos Goytacazes. Baseado no Plano de 1944, esse Plano voltou-se principalmente para as áreas menos privilegiadas e tão cheias de irregularidades da cidade. Apesar de todas as tentativas, nenhum dos Planos que buscavam mudanças para as periferias conseguiu ser implantado com efetividade e com isso o problema só cresceu.

Cerca de oito anos após o aterro, o cenário da lagoa muda assustadoramente (figura 3.11). A lagoa, agora fragmentada, assume contornos diferentes. Apesar da grande impasse que o surgimento da Favela da Fofoca provocou, não houve realocação dos moradores. A Favela do Vigário já estava consolidada, apesar de nesse período os terrenos, em sua maioria, conterem uma única casa ou no máximo duas, e os outros espaços no entorno da lagoa também começaram a ser ocupados. Conforme Faria, esse cenário também se espalhou por outros pontos da cidade.

> A partir dos anos 1980, a cidade se vê encurralada pela problemática do processo de *favelização,* acentuado, sobremaneira, pela falência das Usinas de cana-de-açúcar em Campos e pelos inevitáveis conflitos oriundos da expansão urbana insuficiente para o volume demográfico que recebera a cidade ou qualquer iniciativa de controle urbano que se tenha efetivado. (FARIA, 2005, p. 4789).

Figura 3.11 - Lagoa do Vigário: ano 1982



Adaptado. Ministério da Indústria e do Comércio - Instituto do Açúcar e do Álcool: Projeto de Irrigação e Drenagem da cana-de-açúcar na Região Norte Fluminense. Escala 1:5000.

Ao longo dos anos as favelas do Vigário e da Fofoca, além das outras áreas ocupadas, só cresceram (tabela 3.1) e com elas os problemas enfrentados pela lagoa diariamente em sua triste história, somados à diminuição progressiva de seu espelho d'água. Essa questão, além de poder ser observada através de mapas e

imagens da área de estudo, foi confirmada durante a aplicação dos questionários (apêndice 02).

Atualmente duas ou mais gerações dividem um mesmo terreno, provocando um crescimento horizontal das ocupações, bem diferente do que acontece nas favelas de cidades como o Rio de Janeiro, por exemplo. Esse crescimento é possível graças à construção ilegal de aterros às margens da lagoa, gerando espaço para novas construções.

Tabela 3.1 - Favelas em Campos

Favelas de Campos dos Goytacazes																
BAIRROS	FAVELAS	1991					1996					2000				
		Homem	Mulher	Total	Dom. Ocup.	Pop/Dom.Ocup.	Homem	Mulher	Total	Dom. Ocup.	Pop/Dom.Ocup.	Homem	Mulher	Total	Dom. Ocup.	Pop/Dom.Ocup.
Aeroporto	Aeroporto/ Bonsucesso	650	646	1.296	299	4,33	346	366	712	180	3,96	415	419	834	226	3,69
	Escova Urubu(1°distrito)	12	12	24	6	4,00	278	268	546	124	4,40	163	162	325	102	3,19
Caju	Baleeira	466	482	948	214	4,43	320	320	640	139	4,60	206	224	430	123	3,50
	Ilha doCunha	457	462	919	230	4,00	445	497	942	231	4,08	299	310	609	182	3,35
	Oriente	443	462	905	219	4,13	297	320	617	148	4,17	262	273	535	164	3,26
	Presidente Vargas	128	161	289	63	4,59	111	163	274	68	4,03	96	113	209	59	3,54
Nova Campos	Av. Central	122	130	252	59	4,27	104	115	219	50	4,38	121	137	258	71	3,63
Donana	Santa Luzia	295	261	556	142	3,92	208	298	506	95	5,33	144	143	287	86	3,34
Fundão	Aldeia	579	547	1.126	238	4,73	1.058	991	2.049	481	4,26	964	921	1.885	533	3,54
	Fundão	165	165	330	88	3,75	149	165	314	88	3,57	57	65	122	39	3,13
Goytacazes	Estrada do Carvão	84	81	165	34	4,85	109	92	201	47	4,28	115	101	216	53	4,08
	Goytacazes/Canema	59	77	136	33	4,12	52	62	114	31	3,68	37	35	72	17	4,24
Jardim Carioca	Bariri/Madureira	61	52	113	24	4,71	173	159	332	78	4,26	173	158	331	90	3,68
	Fofoca	375	408	783	181	4,33	491	522	1.013	241	4,20	429	418	847	257	3,30
	Lagoa do Vigário	437	479	916	229	4,00	445	462	907	250	3,63	469	515	984	346	2,84
Lapa	Inferno Verde	126	100	226	62	3,65	128	105	233	51	4,57	113	97	210	61	3,44
	Matadouro	418	409	827	211	3,92	344	361	705	183	3,85	403	395	798	247	3,23
	Patronato	190	174	364	78	4,67	167	175	342	84	4,07	32	35	67	15	4,47
	Risca – Faca	204	229	433	93	4,66	140	173	313	68	4,60	224	222	446	127	3,51
	Siqueira e Silva	314	313	627	151	4,15	62	65	127	38	3,34	174	199	373	91	4,10
	Tira – Gosto	115	141	256	63	4,06	97	109	206	50	4,12	74	87	161	48	3,35
P. Bela Vista	Bela Vista	74	81	155	35	4,43	79	91	170	40	4,25	73	75	148	38	3,89
P. Prazeres	P. Prazeres	400	427	827	177	4,67	379	532	911	186	4,90	189	217	406	105	3,87
P. Pres.Vargas	Farofa	75	67	142	35	4,06	91	103	194	53	3,66	62	73	135	38	3,55
P. Rui Barbosa	Estrada do Carvão	247	246	493	100	4,93	168	162	330	71	4,65	197	209	406	111	3,66
P. Santa Helena	Palestra	237	242	479	106	4,52	175	185	360	94	3,83	100	115	215	67	3,21
P. São Mateus	São Mateus	305	312	617	148	4,17	318	337	655	165	3,97	381	396	777	213	3,65
P.Visc.Ururaí	Chatuba	281	270	551	119	4,63	320	307	627	150	4,18	291	284	575	165	3,48
Travessão	Escova Urubu	90	84	174	43	4,05	121	114	235	51	4,61	120	121	241	75	3,21
Ururaí	Ilha de Ururaí	180	167	347	85	4,08	617	620	1.237	297	4,16	400	455	855	245	3,49
	Margem da Linha	1.508	1.507	3.015	643	4,69	1.657	1.649	3.306	780	4,24	1.379	1.353	2.732	746	3,66
	Rio Ururaí	81	82	163	32	5,09	85	81	166	38	4,37	191	196	387	102	3,79
TOTAL		9.178	9.276	18.454	4.240	4,35	9.534	9.969	19.503	4.650	4,19	8.353	8.523	16.876	4.842	3,49

PESSANHA, 2004, p. 312, adaptado.

Pessanha analisa todo esse crescimento das favelas revelado pelo censo do IBGE e constata que:

> A movimentação na população favelada verificada nos últimos censos do IBGE em Campos dos Goytacazes provavelmente não tem uma única causa. No passado, a razão principal do crescimento

> no número de domicílios ocupados e da população foi explicada pela migração rural e pelo esvaziamento nas áreas agrícolas do interior. Muitos proprietários rurais, preocupados com questionamentos jurídicos dos seus trabalhadores reivindicando posse da terra pelo usucapião, acabaram por expulsá-los para as periferias das cidades. Em Campos dos Goytacazes não foi diferente do que ocorreu em todo o país. Daí ter aumentado o número de favelas de 13, em 1980, para 32, no início da década de 1990. (PESSANHA, 2004, p. 322-323).

Segundo Pessanha (2004, p. 313) “Na Beira da Lagoa, que se situa na Prazeres III, a evasão está ligada ao tráfico de drogas. A maior parte da população que daí saiu foi se instalar na Favela Lagoa do Vigário, a que mais cresceu em domicílios ocupados (+96).” A Favela do Vigário assumiu a terceira posição entre as dez maiores favelas de Campos no ano de 2000 (gráfico 3.1) e foi a favela que mais cresceu entre os anos 1996 – 2000 (gráfico 3.2).

Gráfico 3.1 - As 10 maiores favelas de Campos no ano de 2000.

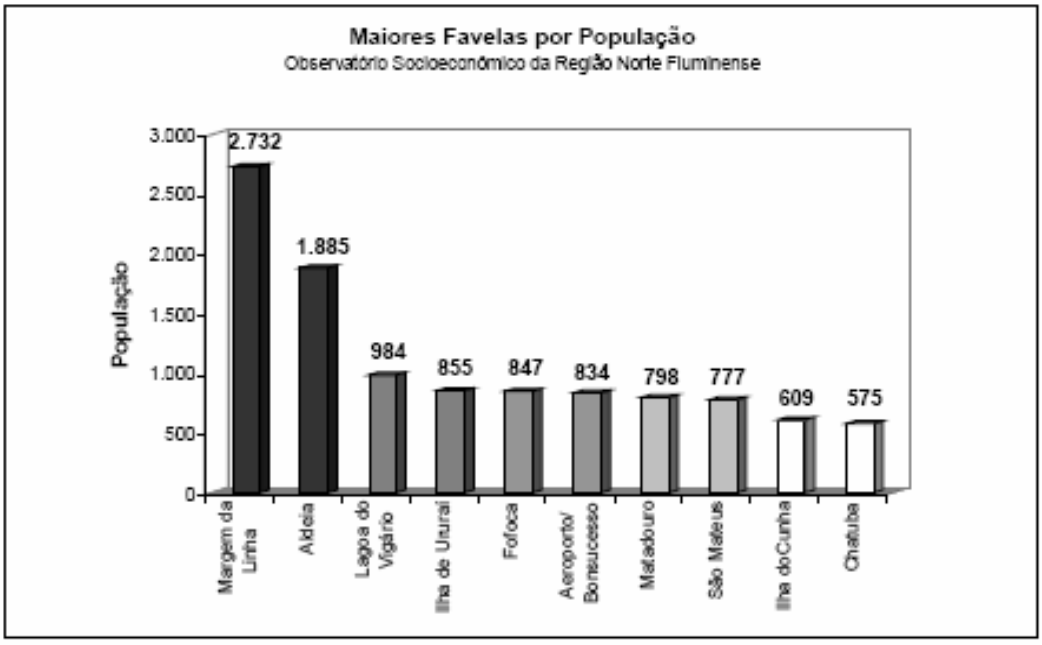


Gráfico 8: Maiores Favelas de Campos por População
Fonte: IBGE – Censo de 2000

PESSANHA, 2004, p. 32

Gráfico 3.2 - Favelas que mais cresceram entre 1996 – 2000.

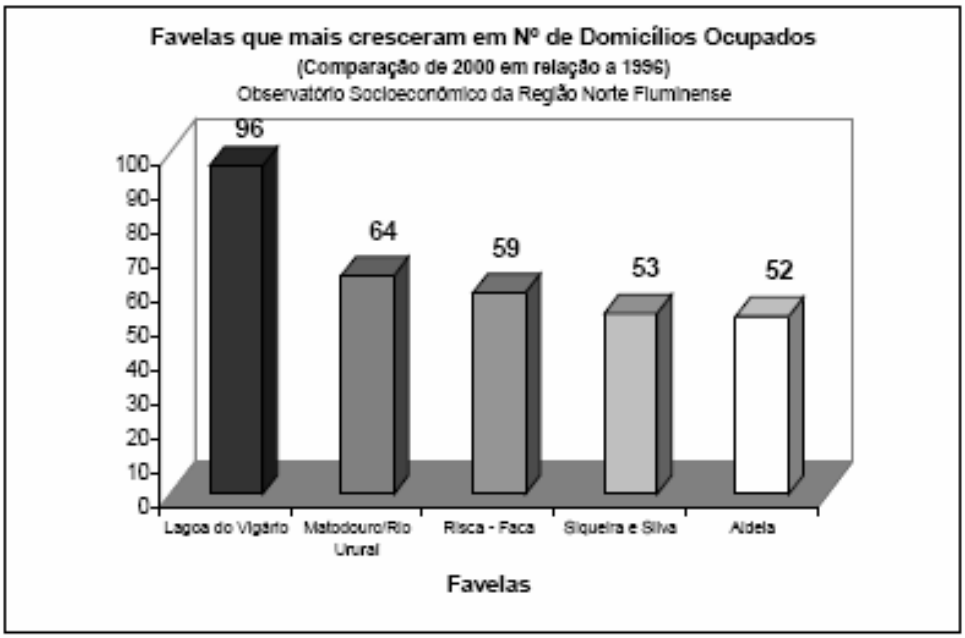


Gráfico 5: Favelas que mais cresceram em domicílios ocupados
Fonte: IBGE – Censos de 1996 e 2000

PESSANHA, 2004, p. 314

As conseqüências geradas pelo crescimento do processo de ocupação irregular nas margens da Lagoa do Vigário são desastrosas. São cerca de quarenta anos recebendo esgoto in natura, lixo doméstico, aterros, enfim. Lannes afirma que:

> Ambientes naturais inseridos em áreas urbanas caracterizam-se por apresentar grande suscetibilidade a flutuações em sua composição hidroquímica, devido às interações entre o ambiente e o produto do modo de vida da população que margeia o ecossistema em questão. (LANNES, 2002, p. 6).

As entrevistas com os moradores revelaram que não precisa ter determinado nível de escolaridade para reconhecer a triste situação na qual se encontra a lagoa e a importância da preservação da mesma. Conforme Soffiati Netto:

> Rios, lagoas e brejos, não são mais vistos, pelo novo paradigma organicista como espaço inerte, cenário, palco para seres humanos representarem seus dramas. São também atores da história. Uma lagoa, por exemplo, é um ecossistema com estrutura dinâmica próprias que responde às agressões humanas. Suprimir um ecossistema lagunar significa eliminar inúmeros nichos ecológicos, empobrecer a biodiversidade, produzir alterações no microclima e perturbar as permutas entre as águas superficiais e subterrâneas. (SOFFIATI NETTO, 1998, p. 30).

Os múltiplos usos da lagoa já se encontram comprometidos (figura 3.12), apenas alguns moradores arriscam pescar seu alimento na mesma. A lagoa que antes era fonte de peixes e de diversão para as crianças, atualmente virou um problema para os moradores de suas margens, que a vêem como fonte de doenças e inundação. São inúmeras as matérias que saem em jornais da região (anexos 23, 24, 25 e 26) chamando atenção para a agonia da lagoa, seus riscos e sofrimento.

Figura 3.12 - A atual situação da Lagoa do Vigário

Arquivo pessoal, obtido em 14/09/2007 e 10/07/2008.

3.3 – Moradores da área em estudo: Perfil sócio-econômico e percepção ambiental

Conforme já dito na introdução deste trabalho, a aplicação dos questionários foi realizada em quatro pontos da lagoa (figura 3.13), que foram escolhidos devido à própria divisão da lagoa em duas, provocada pelo aterro, e também devido às diferenças sócio-econômicas, a princípio aparentes, entre muitos pontos da margem leste em relação à margem oeste.

Os resultados obtidos serão apresentados, em alguns momentos, sob uma análise geral e, em outros, sob forma comparativa entre os quatro locais escolhidos, para evidenciar a diferença sócio-econômica existente entre os mesmos.

Figura 3.13 - Localização dos pontos escolhidos para aplicação dos questionários.

Adaptado Google Earth, acesso em 13/12/2006.

As famílias que ocupam as margens da Lagoa do Vigário, em sua maioria, são famílias que vão de uma escala pequena a média[16] (tabela 3.2). 14% possuem famílias com 1 a 2 pessoas e 59% dos entrevistados possuem uma família com 3 a 4 pessoas. Apenas 19% possuem uma família que vai de 5 a 6 pessoas e. 8%, com mais de 7 pessoas, que podem ser consideradas famílias grandes, A famílias de escala média a grande, em sua maioria, estão concentradas nos locais de aplicação dos questionários, referenciados como pontos 1 e 3, que correspondem, respectivamente, à Favela do Vigário e à Favela da Fofoca.

Tabela 3.2 - Número de pessoas por domicílio

1 a 2	3 a 4	5 a 6	7 a 8	Mais de 8
14 %	59 %	19%	3 %	5%

Quanto ao número de filhos (tabela 3.3) se obteve resultados interessantes. 70% das famílias possuem de 1 a 2 filhos, enquanto que 19% têm de 3 a 4 filhos. Os 6% dos entrevistados que responderam ter uma família com mais de 6 filhos são os mesmos que afirmaram viver a mais de 31 anos na margem da lagoa e estão situados na Favela do Vigário. Tais resultados revelam que, um grande número de famílias tem controlado o número de filhos, seja pelas dificuldades econômicas e/ou sócias, ou pela facilidade ao acesso às informações e métodos contraceptivos.

Tabela 3.3 - Número de filhos por família

Nenhum	1 a 2	3 a 4	5 a 6	Mais de 6
6 %	70 %	18 %	0 %	6 %

Com relação à freqüência desses filhos nas escolas (tabela 3.4), todas as famílias que possuem filhos com idade para freqüentar o ensino fundamental (tabela 3.5) responderam que os mesmos freqüentam a escola regularmente. Os que responderam não ter nenhum filho na escola são aqueles que possuem filhos adultos ou, filhos muito pequenos, apesar de alguns já freqüentarem creches.

[16] Considerando que uma família média é aquela possui no máximo dois filhos, número suficiente para a reposição demográfica. Sendo que, com um número de filhos inferior a dois, a família pode ser considerada pequena e com um número igual ou superior a 4 , a família pode ser considerada grande.

Tabela 3.4 - Número de filhos que freqüentam a escola

Nenhum	1 a 2	3 a 4	5 a 6	Mais de 6
32 %	48 %	14 %	3 %	3 %

Tabela 3.5 - Número de filhos menores que 18 anos

Nenhum	1 a 2	3 a 4	5 a 6	Mais de 6
19 %	65 %	14 %	0 %	3 %

Os dados obtidos a respeito da escolaridade dos entrevistados (tabela 3.6) revelam uma triste situação vivida por inúmeras famílias pobres em todo o Brasil. 53%, ou seja, mais da metade dos entrevistados não possuem o Ensino Fundamental completo. Apesar de um número animador, 27%, possuir o Ensino Médio completo. Apenas 5% dos entrevistados afirmam ter chegado ao Ensino Superior e estes estão situados no local de aplicação dos questionários, referenciado como ponto 4.

Tabela 3.6 - Escolaridade do entrevistado

Ensino Fundamental Incompleto	Ensino Fundamental Completo	Ensino Médio Incompleto	Ensino Médio Completo	Ensino Superior Incompleto	Ensino Superior Completo
53 %	8 %	6 %	27 %	3 %	3 %

Grande parte das famílias dos entrevistados, 65%, vive com uma renda que vai de 1 a 2 salários mínimos e desses 35% são moradores da Favela do Vigário e 18%, da Favela da Fofoca. Dos 13% que afirmaram receber mais de 3 salários mínimos, 8% estão situados no ponto 4 da lagoa (tabela 3.7).

Tabela 3.7 - Renda por família

1 a 2 salários mínimo	2 a 3 salários mínimo	3 a 5 salários mínimo	Mais de 5 salários mínimo
65 %	22 %	11 %	2 %

O número de casas num único terreno (tabela 3.8) às margens da lagoa denuncia a triste situação dos aterros constantes. Quando um(a) filho(a) constrói sua família, não é em cima da casa dos pais que ele constrói a sua casa, mas sim atrás, já que vê na lagoa a possibilidade de expandir seu terreno por meio do aterro. Há

terrenos que possuem mais de 4 casas, em alguns não dá nem pra contar, parece que só foram aumentando os cômodos, os corredores são estreitos e quase sempre não há muros para demarcar o fim do terreno, afinal, a qualquer momento ele pode crescer mais um pouco.

Tabela 3.8 - Número de casas no terreno onde mora

1	2	3	4	Mais de 4
35 %	35 %	11 %	11 %	8 %

Conhecer o tempo de residência das famílias em cada um dos 4 pontos escolhidos para aplicação dos questionários (tabela 3.9) proporcionou a confirmação da ordem do processo de ocupação das margens da lagoa. Os primeiros moradores, que correspondem aos 8% na tabela, situam-se no ponto 1, ou seja, na Favela do Vigário. A seguir vem os moradores do ponto 3, ou seja, da Favela da Fofoca, vivendo de 1 a 30 anos no mesmo local. Os moradores dos pontos 2 e 4, ou seja, da margem leste da lagoa, são moradores mais recentes, vivendo de 1 a 20 anos no mesmo local.

Tabela 3.9 - Tempo que reside no local

1 a 9 anos	10 a 20 anos	21 a 30 anos	Mais de 31 anos
14 %	59 %	19 %	8 %

A pergunta referente ao tipo de residência (tabela 3.10) evidenciou um fato óbvio: a invasão dos terrenos que constituíam as margens da lagoa. Todos os entrevistados, independente de classe social, afirmaram que moram em casa própria. Alguns até brincaram com a pergunta e responderam: “É própria né... Quer dizer, emprestada!” Risos.

Tabela 3.10 - Tipo de residência

Própria	Alugada
100 %	0 %

Outra triste situação confirmada foi com relação ao esgoto dessas famílias (tabela 3.11). Na favela da Fofoca (figura 3.14) 100% dos moradores entrevistados

não possuem fossa séptica em suas residências e confessam que infelizmente o esgoto é lançado diretamente na lagoa. Eles alegam que não têm como construir fossas, pois ao perfurarem seus terrenos brota água do chão. O motivo é óbvio, todos esses moradores vivem literalmente sobre a lagoa.

Figura 3.14 - Favela da Fofoca e aterro sobre a lagoa

Arquivo Pessoal

Na Favela do Vigário a situação não é muito diferente, grande parte dos moradores vivem sobre aterros e 100% dos entrevistados também responderam que lançam esgoto diretamente na lagoa.

Apenas em um local dos quatro escolhidos para a aplicação dos questionários foram encontradas casas que utilizam fossas sépticas para armazenamento de seus esgotos, esse local foi referenciado como ponto 4 (figura 3.13), porém ao perguntar a um dos entrevistados se o seu esgoto também estaria afetando a lagoa, ainda que de forma indireta, o mesmo respondeu que reconhece a existência de uma distância mínima para instalação das fossas, mas não soube dizer o valor exato dessa medida, por isso não tem certeza, mas crê que seu esgoto atinge o solo e o lençol freático, podendo assim afetar a lagoa. Neste local, referenciado como ponto 4, o nível econômico e de escolaridade dos moradores é mais elevado que os dos moradores das Favelas do Vigário e da Fofoca, o que pode ser verificado nos comentários referentes às tabelas 3.6 e 3.7.

Tabela 3.11 – Sobre a rede de esgoto sanitário

Temos rede de esgoto, eliminando-se possíveis causas de doenças;	Não temos rede de esgoto e, de forma geral, o esgoto vai direto para a lagoa.	Temos fossa séptica no quintal	Não tenho opinião formada
0 %	97 %	3%	0%

Com relação ao lixo (tabela 3.12), toda a população da lagoa possui coleta de lixo três vezes na semana, porém, 35% dos entrevistados afirmaram que alguns moradores insistem em jogar lixo na lagoa, na maioria das vezes esse lixo se resume a: entulhos, móveis, eletrodomésticos velhos, animais mortos, enfim. Lixos que o caminhão de coleta da Prefeitura não costuma recolher.

Tabela 3.12 - Sobre a questão do lixo:

Não vejo problemas com relação ao lixo, nem com a coleta de lixo na comunidade.	Há coleta de lixo na comunidade, mas os moradores preferem jogar o lixo na lagoa.	Há muito lixo espalhado pela comunidade e a coleta de lixo não é satisfatória
62 %	35 %	3 %

As respostas dos entrevistados sobre a questão das enchentes (tabela 3.13) estão muito relacionadas com a localização de suas casas em relação à lagoa. Todos reconhecem que a enchente é um problema real e comum em suas vidas, porém, os 51 % das pessoas que responderam que elas sempre afetam toda a comunidade, são aqueles que moram mais próximos às margens ou em terrenos mais baixos e sempre são afligidos pelas águas. Os 49% que responderam que elas nem sempre ocorrem, são aqueles que moram mais próximos à rua ou em terrenos mais altos e por isso não são atingidos.

Tabela 3.13 - Sobre a questão das enchentes:

Sempre ocorrem enchentes, principalmente nos períodos de fortes chuvas, afetando toda a comunidade.	As enchentes não acontecem todos os anos e só afetam às pessoas que moram mais próximas à lagoa.
51 %	49 %

Em termos de responsabilidade (tabela 3.14) a respeito dos problemas que a lagoa enfrenta atualmente, 73% dos entrevistados concordam que todos têm uma parcela de culpa. Eles argumentam que a culpa do poder público está na permissão da ocupação dos terrenos e na omissão com relação aos serviços de infra-estrutura, principalmente no que se refere à rede de esgoto. Já os moradores são culpados por lançarem esgoto e lixo na lagoa e também por aterrarem a mesma. Apenas 8% dos entrevistados jogaram total responsabilidade sobre o poder público e 16%, nos próprios moradores. A resposta que mais preocupa veio de uma minoria, 3% acreditam que ninguém tem responsabilidade sobre nada, revelando a falta e informação a respeito do assunto.

Tabela 3.14 - Responsáveis pelos problemas ambientais que afetam a Lagoa do Vigário:

Só o poder público	Alguns moradores Da comunidade	Todos têm uma parcela de responsabilidade, tanto o poder público quanto a comunidade.	Ninguém, pois são coisas que acontecem naturalmente.
8 %	16 %	73 %	3 %

As quatro últimas tabelas representam perguntas que tinham por objetivo conhecer um pouco do nível de percepção ambiental dos entrevistados e, de modo geral, constatou-se que a maioria dos moradores tem conhecimento das conseqüências de suas ações e do estado de poluição em que se encontra a lagoa. Porém é interessante frisar que o conhecimento desses moradores é limitado, tanto que muitos continuam a aterrar a lagoa, a jogar lixo em suas águas e até mesmo a pescar peixes na mesma para comer. Portanto um trabalho de educação ambiental visando a sensibilização desses moradores é de suma importância, pelo menos enquanto os mesmos ocuparem suas margens, já que existe uma proposta de remoção dessas famílias e de recuperação da lagoa.

3.4 - Projeto de Recuperação da Lagoa do Vigário: A esperança

A cidade de Campos dos Goytacazes há muito tempo tenta resolver, dentro do possível, os problemas causados por um crescimento urbano praticamente sem planejamento. Conforme visto no início deste capítulo, foram vários os Planos Urbanísticos elaborados visando encontrar uma solução para o crescimento desordenado e sem infra-estrutura, principalmente das áreas ocupadas pelas camadas mais pobres.

A partir de 1988, Campos dos Goytacazes, assim como todas as cidades brasileiras, passa a viver as conseqüências da nova Constituição e assim, vê potencializada a prerrogativa de regular o seu território.

Foi um caminho longo, de muitos ensaios e poucos resultados, trinta anos depois, o município que tem 406.989 habitantes[17], com um orçamento em torno de R$ 1,165 bilhões para o ano de 2007[18], significativamente aumentado pela parcela dos royalties recebidos devido à exploração de petróleo em sua bacia, ainda enfrenta problemas que surgiram por volta da década de 30.

Apesar de todas as desigualdades e dificuldades, o município continuou sua caminhada e graças ao importantíssimo passo dado a partir da promulgação da Lei Federal nº 10257/01, que ficou conhecida como Estatuto da Cidade, Campos passou a viver um novo momento onde academias, poder público e sociedade civil puderam juntos discutir os problemas existentes e as ações necessárias para resolvê-los. Esta lei estabelece o conceito de gestão das cidades sob uma nova perspectiva carregada de democracia.

> A criação do Ministério das Cidades é uma evolução do acúmulo de experiências de entidades da sociedade civil e de movimentos populares em prol das chamadas lutas urbanas, especialmente desenvolvidas, ao longo das duas últimas décadas. As cidades brasileiras dentre essas, a nossa Campos dos Goytacazes, não foge à regra com graves problemas a enfrentar. O investimento em infra-estrutura tem se situado em nível muito abaixo das demandas da

[17] Segundo censo do IBGE no ano de 2000.
[18] Conforme PESSANHA, Roberto M. Radiografando o orçamento de Campos, p.1. Mimeografado. Distribuído pela ONG Cidade 21.

> maioria popular excluída dos direitos e das oportunidades previstas na própria Constituição brasileira. (PESSANHA, 2005, p. 7)

No ano de 2003 a cidade realizou a primeira das conferências que dariam respaldo à elaboração do seu novo Plano Diretor, um instrumento que se consolidou através da Lei nº 7.972, de 10 de dezembro de 2007 e que a partir de tal data passou a carregar em suas páginas um pouco da voz de cada representação social, sendo o principal referencial para as decisões a serem tomadas em prol do município.

O Plano Diretor é um documento completo que aborda desde o desenvolvimento econômico do município até a questão da preservação do meio ambiente, sempre valorizando o interesse coletivo sobre o individual. É exatamente isso que revela o 4º parágrafo, no qual se encontram os objetivos gerais do Plano:

> Art. 4º. Os princípios orientadores e o processo participativo na elaboração deste Plano definiram os seguintes objetivos gerais para o desenvolvimento do Município de Campos dos Goytacazes:
> I - Aumentar a eficiência econômica do Município, de forma a ampliar os benefícios sociais e reduzir os custos operacionais para os setores público e privado, tendo como referência a qualidade ambiental;
> II - Incorporar o componente ambiental no ordenamento do território, para conservação dos mananciais e recursos hídricos, matas, solos hidromórficos e áreas com ocorrências de fósseis, bem como os manguezais e as restingas;
> III - Buscar a universalização da mobilidade e acessibilidade urbana e a integração de todo o território do Município;
> IV - Adotar o componente ambiental na definição dos critérios e parâmetros de uso e ocupação do solo, referentes à capacidade de infra-estrutura urbana;
> V - Qualificar o município de Campos dos Goytacazes, oferecendo a toda a população condições de conforto ambiental, lazer e instrumentos urbanos adequados visando o aumento contínuo da qualidade de vida dos seus munícipes;
> VI - Favorecer o acesso à terra, à habitação, aos serviços urbanos e aos equipamentos públicos para toda a população de Campos dos Goytacazes de maneira igualitária;
> VII - Fortalecer o setor público e valorizar as funções de planejamento, articulação e controle, mediante o aperfeiçoamento administrativo, a construção de uma gestão de co-responsabilidade com apoio dos segmentos da sociedade e a participação da população nos processos de decisão e planejamento do desenvolvimento territorial. (CAMPOS DOS GOYTACAZES, 2007, p.2),

É com base na Lei nº. 7.972/07 que projetos, como o que visa à recuperação da Lagoa do Vigário, são elaborados. O inciso X do artigo 8º, na sessão 1, defende a elaboração e implementação de projetos visando a recuperação e manejo do sistema hídrico, sendo esta uma das dez medidas inclusas como prioritárias: na "implementação do planejamento da dimensão econômica do desenvolvimento sustentável" (Campos dos Goytacazes, 2007, p. 5).

O projeto de recuperação da lagoa foi elaborado por técnicos da Secretaria de Meio Ambiente de Campos, recebeu o nome "De Olho na Água", e já foi aprovado pela Agência Nacional das Águas (ANA).

Os principais objetivos do projeto são: a construção de um anel coletor de tratamento de esgoto em parte da Lagoa do Vigário, o qual contará com duas coletoras para extensão de 900 metros para que todo o esgoto seja lançado na rede da empresa concessionária de águas e esgotos do Município de Campos, além da urbanização e cercamento de parte da área.

Para obter tais objetivos o projeto envolve não só o trabalho dos técnicos da Secretaria de Meio Ambiente, mas também o apoio da própria ANA, que liberou cerca de R$ 1 milhão para a execução do mesmo; conta ainda com a Secretaria Promoção Social que faz o cadastro das famílias que moram nas margens da lagoa e há, ainda, a Empresa Municipal de Saneamento e Habitação (Emhab), que ajudará no processo de realocação das famílias e no projeto de educação ambiental voltado para as mesmas.

O apoio de órgãos como, por exemplo, Petrobras e Ministério das Cidades, é esperado para a realização do diagnóstico de impacto sócio-ambiental no entorno da lagoa.

O primeiro passo do projeto já foi dado, técnicos da Secretaria de Meio Ambiente fizeram o levantamento das famílias que vivem em áreas que correm risco de inundação. Ao longo da aplicação dos questionários, comentados no subtítulo anterior, os moradores afirmaram que reconhecem estar numa área irregular e a necessidade de serem retirados para que a lagoa pare de receber o esgoto produzido por eles próprios e seja recuperada, porém, ao mesmo tempo eles

ressaltam que constituíram suas famílias nesse lugar e que estão próximos ao centro e a todo tipo de serviço. Outras opiniões a respeito do assunto podem ser encontradas no anexo 27.

> Normalmente, as soluções pensadas para intervenções do poder público, nestes casos, se baseiam em três diferentes ações: remoção com construção de conjuntos habitacionais, reurbanização, com reformas das moradias, ou a implementação conjunta destas duas alternativas. Cada comunidade é um caso que merece ser avaliado. Por conta disso, estudos de diagnósticos e planejamentos precisam ser executados em conjunto com as comunidades para identificação das melhores soluções, sem que isso signifique demora na intervenção do poder público. (PESSANHA, 2004, p. 325-326)

A Faixa Marginal de Proteção (FMP) das lagoas é uma demarcação instituída pela lei estadual nº 790 de 19 de outubro de 1984, onde o estado atribui a tarefa de demarcação à Superintendência Estadual de Rios e Lagoas (SERLA). Inclusive, FMP é um conceito que só existe no estado do Rio de Janeiro.

Para que a SERLA demarque a FMP de uma lagoa, é necessário primeiramente executar o Projeto de Alinhamento de Orla (PAO), cuja execução segue a seguinte metodologia:

> O primeiro passo para delinear o PAO corresponde à determinação do nível máximo da água (NMA) da lagoa. Uma vez completados os mapas restituídos, técnicos da SERLA localizaram no campo as marcas de água indicando os níveis de água máximos (NMA) em cada lagoa. As coordenadas dos pontos de NMA foram então determinadas por GPS e lançadas nos mapas restituídos aerofotogrametricamente. O PAO (Projeto de Alinhamento da Orla) de cada lagoa (indicado a vermelho nos mapas) foi então definido pela curva de nível correspondente às cotas dos NMA's obtidos da maneira acima indicada. (SERLA, 2004, p.8)

O perímetro do PAO demarcado pela SERLA na Lagoa do Vigário tem 6,355 Km, conforme SERLA (2004, p.5). A partir desse limite foi demarcada a FMP da

lagoa, que possui 300 metros de extensão. A metodologia utilizada pela SERLA para demarcação da FMP das lagoas foi a seguinte:

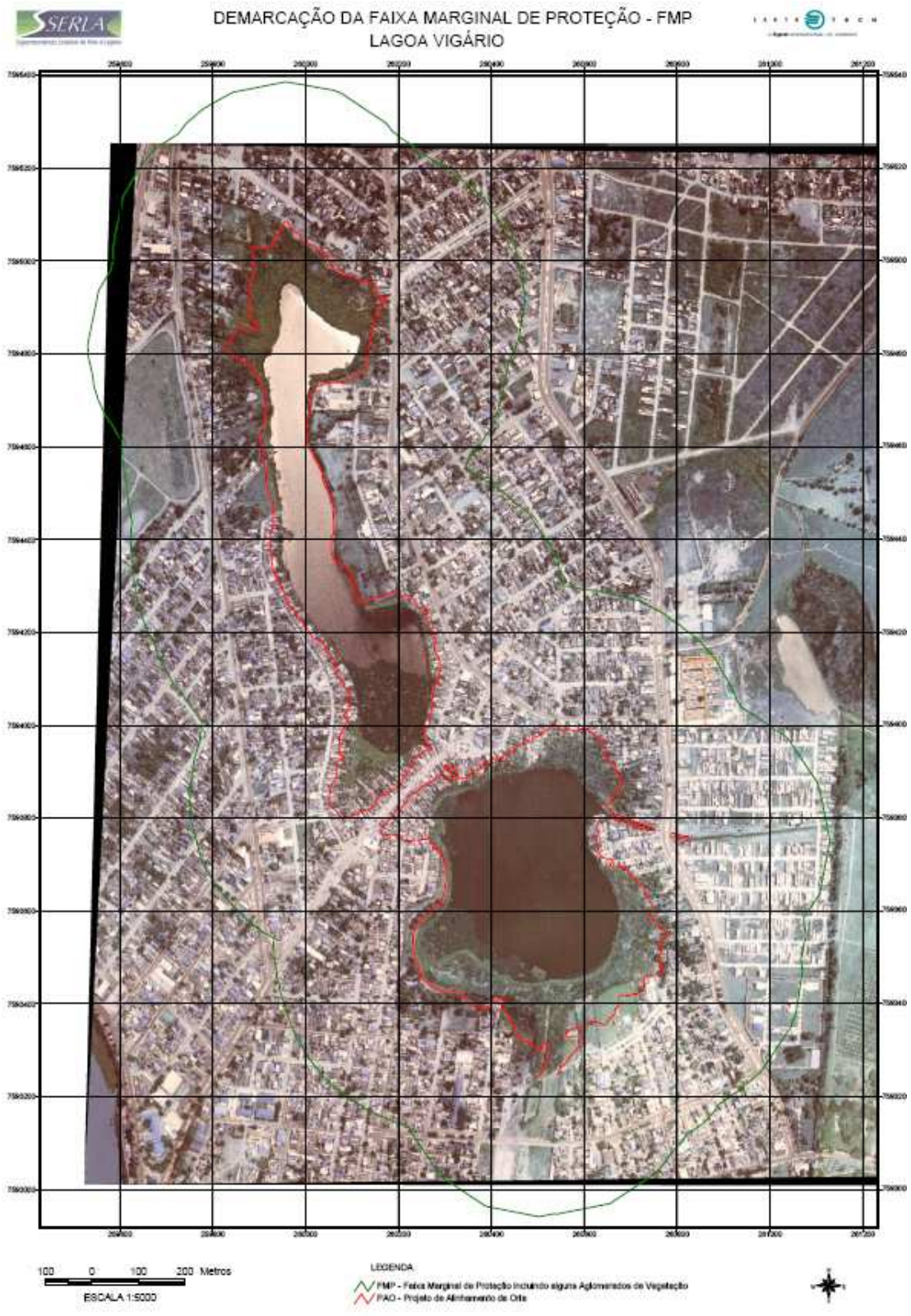
> Uma vez definido o PAO, este serviu de linha de base para o traçado da FMP, a uma distância constante de 30 ou 300 metros, conforme estipulado na lei para cada caso específico. Neste processo foi utilizada a técnica de geoprocessamento, designada por "buffer", que estabelece automaticamente faixas com a largura desejada a partir de uma linha base.
> Na maior parte das lagoas foi adotada a FMP de 30 metros, conforme regra geral da legislação para corpos hídricos desse tipo, ratificada na Portaria SERLA n° 324. No caso das lagoas de Vigário, Feia, Jacaré, de Cima, Limpa, Açu, Campelo e Salgada – que constam da lista de Áreas de Interesse Especial do Estado do Anexo 1 da Lei Estadual n° 1.130 de 12 de fevereiro de 1987 – seguiu-se a especificação de 300 metros. (SERLA, 2004, p.9)

Remover todas as formas de ocupação que se encontram dentro da FMP da Lagoa do Vigário nos dias atuais tornou-se uma tarefa difícil. Ainda que a ocupação irregular se encontre apenas nos 100 primeiros metros de FMP, já que segundo a SERLA, é permitida a ocupação nos 200 metros restantes[19], neste espaço estão incluídos vários estabelecimentos prestadores de serviços e um número muito grande da população que ocupa as intermediações da lagoa. Em função disso, o projeto de recuperação da lagoa, denominado “De Olho na Água”, atuará, inicialmente, dentro da área que é abrangida pelo PAO, onde as famílias convivem com o risco de inundação constante.

A figura 3.15 é um mapa elaborado pela SERLA, resultante do projeto de demarcação da FMP da Lagoa do Vigário. O contorno verde ilustra a FMP e o contorno em vermelho, o PAO.

[19] Informação concedida por Aristides Arthur Soffiati Netto.

Figura 3.15 - Faixa marginal de proteção da Lagoa do Vigário



SERLA. Escala 1:5.000

O projeto de recuperação da Lagoa do Vigário atualmente encontra-se parado, aguardando a liberação da verba para então dar início ao processo de licitação. É um projeto desafiador e muito esperado, afinal toda a área de proteção permanente abrangida pela lagoa encontra-se em estado avançado de ocupação irregular e degradação, como já visto, faz mais de 30 anos que todo esse processo se iniciou e para revertê-lo levará tempo, demandará recursos e muito trabalho.

Espera-se que essa semente lançada em meio a terras secas encontre recursos necessários, como o ar, a água e o vento para brotar e crescer forte, saudável e que em breve possa dar flores e frutos. Afinal a Lagoa do Vigário apesar de todos os problemas, é uma lagoa belíssima, bem localizada e tem um enorme potencial turístico a ser explorado. Apesar da imagem abaixo (figura 3.16) ser apenas uma projeção idealizada num projeto anterior ao projeto “De Olho na Água”. É uma visão inspiradora que mexe com a mente de quem luta pela preservação deste corpo hídrico, por isso esse capítulo se encerra com ela.

Figura 3.16 - Projeção da Lagoa do Vigário como ponto turístico

Arquivo da Secretaria de Meio Ambiente de Campos dos Goytacazes

4 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

O crescimento das cidades brasileiras não poderia ter um ritmo diferente de tantos outros países periféricos. Até a década de 40, o Brasil era praticamente um país rural, atrasado diante do cenário mundial e para entrar na dança dos países centrais e do novo modelo econômico seguido por eles foi preciso correr. As cidades explodiram e não tiveram tempo de se preparar para tão grande mudança. Com o tempo os problemas foram surgindo e se avolumando, impactando principalmente rios, lagoas, encostas, enfim; por se constituírem áreas procuradas pelas camadas mais pobres, que as ocupavam sem nenhum tipo de infra-estrutura e planejamento.

Com a cidade de Campos dos Goytacazes, conforme visto ao longo deste trabalho, não foi diferente. Após ver grande parte de seus corpos hídricos desaparecerem devido às obras de drenagem, passou a conviver com os problemas gerados por um crescimento urbano desordenado, que não foram resolvidos pelos vários planos urbanísticos implantados.

A Lagoa do Vigário é um exemplo de corpo hídrico que sofreu, e ainda sofre, com essa falta de planejamento. Nela as famílias mais pobres encontraram a solução para o sonho da moradia na cidade, porém a realização do sonho de muitos virou um pesadelo para a lagoa, que passou a conviver com diversos tipos de intervenções e agressões.

Uma situação confirmada ao longo deste trabalho é que, atualmente a lagoa se encontra num estado lamentável de degradação, a ponto de nem conseguir chamar a atenção de quem passa por suas margens, devido ao avançado estágio atingido pela ocupação irregular; e assim a lagoa vai levando sua luta diária pela vida.

Com os resultados obtidos nas entrevistas estruturadas constatou-se que existem áreas na região leste da lagoa que são ocupadas por famílias que possuem renda, nível de escolaridade, enfim, maiores que os das famílias das Favelas da Fofoca – localizada na parte da lagoa que foi aterrada – e do Vigário – localizada na região oeste da lagoa –, no entanto, a maioria destas não possui fossa séptica em seu quintal se somando aos que lançam esgoto diretamente na lagoa.

É sabido que a lagoa tem centralidade, devido à sua beleza e localização, para ser explorada de uma forma que vise sua preservação, por exemplo, como ponto turístico. O que falta é a liberação de recursos e a criação de condições para isso. Espera-se que o projeto “De Olho na Água” saia realmente do papel e seja aplicado de forma plena, para que a próxima bibliografia a respeito da lagoa venha contar uma história diferente, cheia de mudanças e vitórias, trazendo detalhes de sua recuperação e preservação.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Manuel Correia de. *Uma geografia para o século XXI*. 3ª ed. Campinas, SP: Papirus, 2000.

ARAÚJO. L. A – *Perícia Ambiental*. Cap.4. P. 107-150 in A Questão Ambiental. Diferentes Abordagens. Organizadores: Sandra Baptista Cunha e Antonio José Teixeira Guerra. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 3º ed. 2007.

BRASIL, Resolução CONAMA nº 303, de 20 de março de 2002. Disponível: http://www.ambiente.sp.gov.br/uploads/arquivos/legislacoesambientais/2002_Res_CONAMA_303.pdf acessado em 29/05/2008.

_____, Estatuto da Cidade .Lei Federal nº .10.257 de 10 de julho de 2001. Disponível:http://www.planalto.gov.br/ccivil/LEIS/LEIS_2001/L10257.htm, acessado em 29/05/2008.

CAMPOS DOS GOYTACAZES. *Plano Diretor*. Lei nº 7.972, de 10 de dezembro de 2007.

COELHO, Maria Célia Nunes. *Impactos Ambientais em áreas urbanas – teorias, conceitos e métodos de pesquisa*. In: GUERRA, Antonio José Teixeira; CUNHA, Sandra Baptista da (organizadores). Impactos Ambientais Urbanos no Brasil. 4ª ed.- Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

COSTA, Aline Nogueira; ALVES, Maria da Glória. *Monitoramento da expansão urbana no Município de Campos dos Goytacazes* – RJ, utilizando Geoprocessamento. Anais XII. SIMPÓSIO BRASILEIRO DE SENSORIAMENTO REMOTO, Goiânia, Brasil, 16-21 abril 2005, INPE, p. 3731-3738. Disponível:http://marte.dpi.inpe.br/col/ltid.inpe.br/sbsr/2004/11.20.17.48/doc/3731.pdf, acessado em 09/10/2007.

CYMBALISTA, Renato. *Refundar o não fundado: desafios da gestão democrática das políticas urbana e habitacional no Brasil.* Instituto Polis. Publicado em 2005. Disponível: http://habitao-social.blogspot.com/2007/01/_seminrio-estratgico-sobre-o-fehis.html. Acessado em 15/05/2008

CYMBALISTA, Renato; SANTORO, Paula e POLLINI, Paula. *Estatuto da Cidade: O desafio da capacitação de atores sociais.* Instituto Polis. Disponível: www.polis.org.br/download/267.pdf, acessado em 15/05/2008.

FARIA, Tereza P. *Configuração do Espaço Urbano da Cidade de Campos dos Goytacazes, após 1950: novas centralidades, velhas estruturas.* Anais do X ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA – 20 a 26 de março de 2005 – Universidade de São Paulo. P. 4778 - 4799. Disponível: http://www.uenf.br/Uenf/Downloads/FAVELA_BAIRRO_4202_1177360740.pdf. Acessado em 20/06/2007.

_____. *Introdução*. *In* Campos dos Goytacazes “Uma cidade para todos”. Organizador Roberto Moraes Pessanha. Campos dos Goytacazes, RJ; Cefet Campos, 2005. P. 7 – 13. 150p.: il.: 22 cm.

GOMES FILHO, Hélio Filho. *Proposta de Saneamento Ambiental para a 2ª Conferência.* P. 90 - 101 in Campos dos Goytacazes “Uma cidade para todos”. Organizador Roberto Moraes Pessanha. Campos dos Goytacazes, RJ; Cefet Campos, 2005. P. 7 – 13. 150p.: il.: 22 cm.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. *Formação Sócio-espacial e questão ambiental no Brasil. In* Geografia e Meio Ambiente no Brasil. 3ª ed. São Paulo: Hucitec, 2002.

GROSTEIN, MARTA DORA. *Metrópole e Expansão Urbana: a persistência de processos "insustentáveis"* São Paulo Perspec. vol.15 no.1 São Paulo. Jan./Mar.2001 Disponível: http://www.scielo.br/pdf/spp/v15n1/8585.pdf. Acessado em 27/04/2008.

GUERRA, Antonio José Teixeira (Org.); CUNHA, Sandra Baptista da (Org.). *Impactos ambientais urbanos no Brasil*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001. 416p, il. ISBN [Broch].

LAMEGO, Alberto Ribeiro. *O homem e o Brejo*. Rio de Janeiro: IBGE, 2007, 204 p., il. (Setores de evolução Fluiminense, 1).

LANNES, Lucíola Santos. *Hidroquímica do Sistema Alagado Urbano Vigário – Taquaruçu.* Trabalho de Conclusão de Curso - Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Orientador: Glauca Torres Aragon. Campos dos Goytacazes, RJ. 2002. 100 f.

MARICATO, Ermínia. *Habitação e Cidade*. São Paulo: Atual, 1997.

_____. *Dimensões da tragédia urbana, 2002.* Disponível: http://www.comciencia.br/reportagens/cidades/cid18.htm, acessado em 21/03/08

PESSANHA, Roberto M., *Favelas e Comunidades de Baixa Renda no Município de Campos dos Goytacazes (1991-2000)* in: PESSANHA, Roberto M.; SILVA NETO, Romeu e; (organizadores) Economia e Desenvolvimento no Norte Fluminense: da cana-de-açúcar aos royaltes do petróleo, Campos dos Goytacazes, WTC Editora: 2004. P.307-332.

_____. *Campos dos Goytacazes “Uma cidade para todos”.* Organizador Roberto Moraes Pessanha. Campos dos Goytacazes, RJ; Cefet Campos, 2005. P. 7 – 13. 150p.: il.: 22 cm.

SABBAG FILHO, Omar. *Diretrizes para Recuperação e Conservação Ambiental de Mananciais de Abastecimento de Água Comprometidos por Ocupações Irregulares.* Dissertação elaborada junto ao Programa de Pós Graduação em Construção Civil do Setor de Tecnologia da Universidade Federal do Paraná. Orientador: Prof. Dr. Aguinaldo dos Santos. 2006. 137 f.

SANTOS, Cláudio Hamilton M. *Políticas Federais de Habitação no Brasil: 1964/1998*, Brasília, julho de 1999.

SANTOS, Milton. *A urbanização Brasileira*. 2ª. Ed. São Paulo: HUCITEC, 1994. 157p. : il.

SERLA. Superintendência Estadual de Rios e Lagoas. *Relatório Final do Projeto de Demarcação das FMP – Faixas Marginais de Proteção - das principais lagoas da baixada campista.* TOMO. Volume 1. Dezembro de 2004.

SILVA, Roberto C. Rosendo S.; CARVALHO, Ailton Mota*. Formação Econômica do Norte Fluminense* in: PESSANHA, Roberto M.; SILVA NETO, Romeu e (organizadores). Economia e Desenvolvimento no Norte Fluminense : da cana-de-aaçúcar aos royaltes do petróleo, Campos dos Goytacazes, WTC Editora: 2004. P. 27-75.

SIRKIS, Alfredo. *O desafio ecológico das cidades*. *In* Meio Ambiente no Século XXI, Organizador: André Trigueiro. *Editora Sextante, 2003. P. 214 - 229*

SOFFIATI NETTO. Aristides Arthur. *Aspectos Históricos das Lagoas do Norte do Estado do Rio de Janeiro in* ESTEVES, Francisco de Assis (ed.). Ecologia das Lagoas Costeiras do Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba e do Município de Macaé (RJ). Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1998.

SOUZA, Marcelo Lopes de. *O ABC do desenvolvimento urbano*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

SOUZA, Maria Adélia Aparecida de. *Cidade: Lugar e Geografia da Existência.* Disponível:www.belem.pa.gov.br/planodiretor/pdfs/GEOGRAFIA_DA_EXISTENCIA_TEXTO_MARIA_ADELIA.pdf - acessado em 22 03 2008

VALE Ana Rute do. *Expansão Urbana e Plurifuncionalidade no Espaço Periurbano do Município de Araraquara (SP).* Tese de Doutorado elaborada junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia - Área de Concentração em Organização do Espaço, para obtenção do Título de Doutor em Geografia. Rio Claro (SP) 2005

VEIGA, José Eli da. *Cidades Imaginárias - O Brasil é menos urbano do que se calcula.* Editora: Autores Associados. 2ª ed.São Paulo, 2003.

APÊNDICES

Apêndice 01 – Entrevista semi-estruturada

História contada Lagoa do Vigário

1- Como era a paisagem do entorno da lagoa antes do processo de ocupação irregular?
2- Como as terras desse entorno eram utilizadas? Em quais tipos de atividades?
3- O que aconteceu que motivou a vinda dessas pessoas para essa região?
4- Quando e como foi construído o aterro?
5- A ocupação se deu antes ou após a construção do aterro?
6- A defesa da construção do aterro se deu por parte dos próprios moradores ou por parte da autoridade pública?
7- A ocupação se deu sem resistência da autoridade pública?
8- De onde vem o nome Lagoa do Vigário?

Apêndice 02 - Questionário: perfil sócio-econômico e percepção ambiental

Lagoa do vigário

1.Composição familiar por habitação:
( ) 1 a 2 moradores ( ) 2 a 4 moradores ( ) 4 a 6 moradores ( ) 6 a 8 moradores ( ) acima de 8 moradores

2.Renda familiar por salário mínimo:
( ) 1 a 2 salários ( ) 2 a 3 salários ( ) 3 a 5 salários ( ) acima de 5 salários

3. Grau de escolaridade do (a) entrevistado (a):
( ) Ens. Fund. incompleto - 1 º grau ( ) Ens. Fund. completo - 1 º grau
( ) Ens.Médio incompleto - 2 º grau
( ) Ens.Médio completo - 2 º grau ( ) Ens.Sup. incompleto - 3 º grau
( ) Ens.Sup. completo - 3 º grau
( ) Não estudou, mas sabe ler ( ) Não estudou e também não sabe ler

4. Quantidade de filhos por família: ( ) nenhum ( ) 1 a 2 filhos
( ) 2 a 3 filhos ( ) 3 a 5 filhos ( ) mais de 5 filhos

5. Quantidade de filhos com idade inferior a 18 anos: ( ) nenhum
( ) 1 a 2 filhos ( ) 2 a 3 filhos ( ) 3 a 5 filhos ( ) mais de 5 filhos

7. Filhos que freqüentam escola regularmente: ( ) nenhum ( ) 1 a 2 filhos
( ) 2 a 3 filhos ( ) 3 a 5 filhos ( ) Todos ( ) Nenhum

8. Quantidade de casas no terreno onde mora: ( ) 1 casa ( ) 2 casas
( ) 3 casas ( ) 4 casas ( ) acima de 4 casas

9. A quanto tempo você mora neste lugar ? ( ) 1 a 5 anos ( ) 6 a 20 anos
( ) 21 a 30 anos ( ) 31 ou mais

10. Tipo de residência? ( ) Casa própria ( ) Casa alugada

11. Como você vê a Lagoa do Vigário, com relação à poluição?
( ) Não é tão poluída assim e dá para usá-la para o lazer (pescar, nadar);
( ) Na verdade, a lagoa recebe todo o tipo de sujeira e por isso pode causar doenças;
( ) Embora eu ache que esteja poluída, acredito que não traga prejuízo à saúde;
( ) Nunca parei para observar, pois não dou muita importância.

12. Sobre a rede de esgoto sanitário:
( ) Temos rede de esgoto, eliminando-se possíveis causas de doenças;
( ) Não temos rede de esgoto e, de forma geral, o esgoto vai direto para a lagoa;
( ) Temos fossa séptica no quintal;
( ) Não tenho opinião formada.

13. De que formas os problemas ligados às enchentes afetam a sua comunidade?
( ) Nunca ocorreu enchente, por isso não há problemas com ela
( ) Sempre ocorre enchente, especialmente na época de fortes chuvas, causando danos a toda comunidade;
( ) As enchentes não ocorrem todos os anos e só causam danos para as pessoas que moram mais próximas à lagoa;
( ) As enchentes ocorreram no passado, creio que não ocorrerão novamente.

14. Como você vê a questão do lixo na sua comunidade?
( ) Não vejo problemas com relação ao lixo, nem com a coleta de lixo na comunidade;
( ) Há muito lixo espalhado pela comunidade e a coleta de lixo não é satisfatória;
( ) Não há lixo espalhado pela comunidade e a coleta de lixo é satisfatória;
( ) Há coleta de lixo na comunidade, mas os moradores preferem jogar o lixo na lagoa;

15. Em sua opinião, quem são os responsáveis pelos problemas ambientais que afetam a Lagoa do Vigário:
( ) Só o poder público;
( ) Alguns moradores da comunidade;
( ) Todos têm uma parcela de responsabilidade, tanto o poder público quanto a comunidade;
( ) Ninguém, pois são coisas que acontecem naturalmente.

ANEXOS

Anexo 1 - Os “campos dos goitacás” recebeu o nome de Campos dos Goytacazes

Na qualidade de testemunha ocular do processo que acrescentou o “dos Goytacazes” ao nome de Campos, cumpre prestar algumas informações e ressalvas acerca do debate. […]

Primeiro, é necessário rebuscar todos os fatos históricos de Campos, sabidamente carregados de paixão e invencionice. Felizmente, posso tentar ajudar a resgatar a verdade no caso do novo nome de Campos. E, bem a propósito, pois a matéria envolve os índios que habitaram os campos, aqueles mesmos que foram dizimados por Benta Pereira e sua gente. Não sobrou um para contar a história. É outra correção histórica que se impõe urgentemente e não tardará.

Tem razão o professor Hélio Gomes quando cita a divergência entre indigenistas e filólogos. Aqueles entendem de índios e estes de língua portuguesa. Quem bagunçou com a grafia ao transcrever para o português a língua ágrafa dos índios não foram os especialistas, sim os antropólogos sem maiores compromissos com a gramática. Na condição de pesquisadores, não podemos aceitar como lícita essa licenciatura linquística absurda.

Dicionários dos séculos 16 a 19, especialmente o C. de Figueiredo de uso da Família Real, que me orgulho de possuir, jamais grafaram o nome dos índios de Campos com “y” e “z”, como em goytacazes. Desde os primórdios, aquele índio é goitacá no singular e goitacás no plural, igual a tupinambá, carajá, etc.

Antes de considerar os motivos pelos quais Goytacazes entrou no nome de Campos, apenas para sua informação, devo dizer que muitas aberrações linguísticas e gramaticais tiveram origem nos cartórios da nossa cidade. Antigamente (até os primeiros anos da década de 1930), as certidões eram inteiramente manuscritas, com cabeçalho impresso República Federativa dos Estados Unidos do Brasil e o brasão da república. Depois, com a multiplicação das tipografias, além do cabeçalho e do brasão figuravam também o nome do Município, do Estado e os principais dados necessários à certidão, com os espaços em branco para serem preenchidos a mão.

Os escrivães de Campos, pródigos em erros de grafia ao registrar nascimentos (quem não conhece o exagero Elevardi, para designar ele é Valdir; Helié Prematuro ou Queceacha de José?) tascaram Campos dos Goytacazes nos impressos, ninguém cuidou de procurar no dicionário. E fizeram impressos de montão. Veio a reforma ortográfica de 12 de agosto de 1943, mandando trocar o “y” pelo “i”, o “k” pelo “qu” e o “w” por “v”, de acordo com a vogal que os sucedem. Substituiu o duplo “ss” de assúcar, Grussaí, Iguassu por ce com cedilha (açúcar, Gruçaí e Iguaçu). Igualmente, meza virou mesa, com esse. Os cartórios, abarrotados de impressos, mandaram às favas o acordo e trataram de aproveitar a papelada. Se tivessem que se ajustar além de trocar o “y” pelo “i”, teriam que trocar o “z” pelo “s”, assim como o antigo atraz virou atrás.

Campos era apenas Campos, nada mais. Mas por figurar como “Campos dos Goytacazes” num documento tão importante como as certidões cartorárias (nascimento, óbito, casamento, escritura, etc) o que estava errado acabou ganhando contornos de legalidade, apesar dos protestos de Américo Rodrigues da Fonseca Filho, Godofredo Tinoco, Antonio Sarlo (o querido Fonema) e Álvaro Barcelos, que insistiam no goitacá e goitacás, que era o certo. A vergonha só não era maior porque a cidade chamava-se apenas Campos.

Mortos os defensores do saber, o destino pregou nova peça nos campistas. Justamente um oficial de cartório, Aluisio de Castro, tabelião de Guarus, então elevado à condição de Deputado Estadual, por inspiração do jornalista e ex-deputado campista João Rodrigues de Oliveira, cassado pela ditadura militar de 1964/85, apresentou projeto de lei visando acrescentar a expressão “dos Goytacazes” (assim grafada) ao nome de Campos. A burrice cartorária elevada ao extremo, em plena na década de 1990, sob nova égide constitucional e por um oficial de cartório. Parece piada.

Na época, eu era o Consultor Parlamentar do ex- Deputado Barbosa Lemos.Vale ressaltar que Barbosa tinha por hábito confiar cegamente nas orientações que lhe prestava.

Daí, posicionou-se publicamente contrário. Na época, elaboramos um parecer provando o absurdo da proposta, juntando provas, inclusive o decreto que elevou a Vila à condição de cidade, que não tratava “dos goytacazes” e parecer da ABL. Para se ter uma idéia, a justificativa do projeto de Aluisio eram justamente as tais certidões cartorárias erradas. O próprio Aluisio de Castro acabou reconhecendo que estava equivocado e ia jogar a toalha.

Entrou então em cena a figura carismática do velho jornalista João Rodrigues de Oliveira, a quem eu devia infinita gratidão. Já cego, o ex-dono da Folha do Povo de Campos, sabedor de que eu liderava a oposição à mudança, fez um apelo irrecusável. Campos dos Goytacazes era seu sonho e não queria morrer sem vê-lo concretizado. Chorando feito criança, João Rodrigues sequer aceitou a correção da grafia. “Eu quero assim, com y e z”, decretou aquele homem que não jamais teve o poder de mandar. Era meu amigo, o pai que não tinha mais, irmão do Grupo Mônaco.

Foi difícil convencer Barbosa Lemos a voltar atrás, dar o dito pelo não dito. Barbosa votou a favor, enganado, pois ao receber a pauta com a Ordem do Dia nós suprimimos que seria votado o projeto em plenário. A votação foi na base do “deputados que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado”. Barbosa perdeu a confiança.

Assim como sucedeu aos meus saudosos mestres Américo, Fonema e Alvaro Barcelos (fui aluno de Laninho, mas ele só falava de Fluminense, perdendo ou ganhando) e o filólogo Godofredo, que em vida foram respeitados e somente após morte deles é que se iniciou a campanha pela incorporação dos Goytacazes, o destino exige que se aproveite também que os defensores dos “goytacazes” já morreram (João parece que só esperava por isso para desencarnar, o último foi Aluisio de Castro, mas Vivaldo Belido, que era seu chefe de gabinete e não se meteu nisso está vivinho da silva) para dar início a um debate amplo e democrático. Campos sempre foi Campos. A ser dos Goitacás, que se mude a lei para uma coisa ou outra.

Em tempo: não foi no Governo de Anthony Garotinho que se deu a mudança. Foi no Governo de Marcello Alencar, mas o processo começou no de Brizola/Nilo Batista. O Garotinho pode ter (e tem) mil defeitos, mas está livre dessa encrenca. Eu tive a faca e o queijo na mão para melar tudo, mas, por amor a um velho amigo me omiti.

Talvez para atenuar o erro cometido, estou empenhado em esclarecer a farsa em torno de Benta Pereira. Para tanto, conto com as queridíssimas dona Baby (a britânica mais campista do mundo) e dona Cessa (essa é campista da gema), filhas de Alberto Lamego, irmãs de Lameguinho, que vivem sós e esquecidas aqui no Rio, sem perder de vista que foi Lamego pai (delas) quem inventou a farsa do retrato de Benta Pereira que até hoje é cultuada na cidade. Mas isso é assunto para depois.

Paulo Freitas – Jornalista e escritor

Texto retirado do Blog do pesquisador Roberto Moraes, postado no dia 08 de maio de 2005. <http://robertomoraes.blogspot.com/2005/05/ainda-o-debate-campos-x-goitacs.html> acessado em 31/07/2008

Anexo 02 – Arthur Soffiati Netto comenta atuação do Departamento Nacional de Obras e Saneamento (DNOS) na baixada Campista.

CAMPOS — SABADO, 29 DE NOVEMBRO DE 1980 UM JORNAL A SERVIÇO DO NORTE FLUMINENSE

Monitor Campista

ANO 147 – Nº 278 Fundador dos Diários Associados Assis Chateaubriand

DNOS gasta bilhões para secar lagoas

O professor e presidente do Centro Norte Fluminense Para a Conservação da Natureza (CNFCN), Aristides Arthur Sofiatti Neto, recebeu ontem mapa e parecer sobre a Região de Campos, enviado pela FAAMA, através do seu presidente, Marcelo Ipanema. O parecer segundo Sofiatti, "revela que o DNOS destruiu nos 40 anos que atua na drenagem de lagoas e lagos em Campos, o balanceamento hídrico gastando para essa destruição, bilhões de cruzeiros".

O mapa foi elaborado pela Secretaria de Planejamento do Estado do Rio e pela equipe técnica do Banco de Desenvolvimento — BD-Rio, mostrando o imenso espaço de terra que restou da drenagem, que acabou com a água. "E agora, o DNOS está tentando recuperar a abundância dágua, com altos custos — disse Sofiatti, que lembra-"estão tentando recuperar aquilo que destruiram, que foram os cursos dágua naturais e as lagoas que fizeram secar para conseguir o que queriam alguns, ou seja, terras para criar gado e plantar cana".

Para ele, o próprio Governo reconhece "que houve excesso de drenagem e algumas mal feitas". Um tanto revoltado com a situação criada pelo .. DNOS, com a complacência das autoridades durante tantos e tantos anos, Aristides Sofiati disse que concorda com o presidente da Cooperplan, Oswaldo Barreto de Almeida, quando este teceu críticas ao DNOS pela falta dágua na Região. "O DNOS, comprometeu a Região e destruiu a Baixada Campista, onde está concentrada grande parte de nossa lavoura, com a construção de comportas que na prática revelaram-se criminosas".

Anexo 03 - Jornal anuncia construção de ponte sobre a Lagoa do Vigário.

Monitor Campista
ÓRGÃO DOS DIÁRIOS ASSOCIADOS
CAMPOS — ESTADO DO RIO — QUINTA-FEIRA, 30 DE NOVEMBRO DE 1967 — Fº. EM ANTIGUIDADE NO BRAS

Guarus ganhará ponte na Lagôa do Vigário

Foi obtida, pela Prefeitura, promessa de apôio federal para construção da ponte projetada na Lagôa do Vigário, a fim de estabelecer comunicação rápida entre vários bairros de Guarus e o centro da Cidade.

Esse apôio será prestado pelo Departamento Nacional de Portos e Vias Navegaveis, através de sua 6a. Diretoria Regional, cujo titular, dr. José Carlos Chermont Rodrigues, se encarregara de adotar as medidas necessárias à importante obra.

PREOCUPAÇÃO DO PREFEITO

A ponte fôra programada pela Prefeitura como empreendimento indispensavel ao progresso de Guarus, mantendo-se na preocupação do prefeito José Carlos Barbosa que vinha adotando várias providências para torna-la realidade.

REALIZADA AS SONDAGENS

Como colaboração, havia sido obtida de outro órgão federal, o Departamento Nacional de Obras de Saneamento, a realização de sondagens no terreno onde será levantada a ponte. Esse trabalho será aproveitado para a confecção do projeto.

INTEGRAÇÃO

Segundo se espera, a ponte na Lagoa do Vigário estará concluida em 1968 e promoverá a integração de uma grande area de Guarus, onde a Administração Municipal pretende estimular a construção de núcleos habitacionais populares para absorver as populações das atuais "favelas" que constituem sério problema urbanistico e social.

Anexo 04 – Apoio para a construção da ponte sobre a Lagoa do Vigário no ano de 1968 é adiado.

Monitor Campista

Fundador dos Diários Associados: Assis Chateaubriand

CAMPOS — ESTADO DO RIO — SEXTA-FEIRA, 6 DE SETEMBRO DE 1968 3º EM ANTIGUIDADE NO BI

Ministério dos Transportes construirá em 69 a ponte sôbre a Lagôa do Vigário

Vai sair em 1969 a ponte sôbre a lagôa do Vigário, em Guarús, reivindicada pela Prefeitura de Campos ao Ministério dos Transportes. O prefeito José Carlos Barbosa recebeu ofício, a respeito da 6ª. Diretoria Regional do Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis.

VERBA

A comunicação, assinada pelo diretor substituto, eng. Eli de Abreu e Lima, informa que a obra será incluida n previsão orçamentária do ór gão para o próximo ano, en virtude de não haver no pre sente verba suficiente par sua execução.

A ponte, que se destina a li berar uma zona promissora d Guarús, foi pedida ao minis tro Mário Andreazza e ao di retor-geral do DNPVN, almi rante Luiz Clovis de Oliveira inclusive com estudos iniciai de sondagem.

Anexo 05 - Departamento Nacional de Estradas e Rodagem (DNER) vai se pronunciar sobre a construção da ponte.

Monitor Campista

Fundador dos Diários Associados: Assis Chateaubriand

CAMPOS — ESTADO DO RIO DOMINGO, 5 DE JANEIRO DE 1969 1º EM ANTIGUIDADE NO

DNER vai pronunciar-se quanto à construção da ponte sôbre a Lagoa do Vigário, em Guarus

As obras para o enrocamento de proteção da margem esquerda do rio Paraíba, em Guarus, já foram contratadas pelo Departamento Nacional de Portos e Vias Navegaveis. A informação foi dada à Prefeitura pelo Gabinete do Ministro Andreazza dos Transportes, em atenção ao empenho manifestado reiteradamente pelo prefeito José Carlos Barbosa por sua ligação.

PONTE NA LAGOA DO VIGARIO

Sôbre a ponte pedida para a Lagôa do Vigário, também em Guarus, o Ministério informou ter sido a pretensão submetida ao Departamento Nacional de Estradas de Rodagem que proximamente, deverá se pronunciar a respeito, após estudo da questão.

ASFALTAMENTO S. FIDELIS-CAMPOS

A outra solicitação da Prefeitura, o Ministério dos Transportes comunicou não ca rodovia ser possível o asfaltamento da ligação de Campos a São Fidélis. A rodovia é estranha ao Plano Nacional de Viação, o que impossibilita ao D.N.E.R. consignar recursos para as obras de sua pavimentação.

O asfaltamento terá que ser feito pelo Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Rio de Janeiro, a cujo plano pertence a referi-

Tombam prédios para abrir passagem á segunda pista

Anexo 06 – Prefeito anuncia construção de ponte flutuante

Monitor Campista

Fundador dos Diários Associados: Assis Chateaubriand

CAMPOS — ESTADO DO RIO — DOMINGO, 30 DE MARÇO DE 1969 1º EM ANTIGUIDADE NO

Lagôa do Vigário vai dar passagem através de ponte flutuante

Interessado em dar solução rápida, ainda que não definitiva, ao problema da ligação de vários nucleos urbanos de Guarus com o principal ponto de acesso ao centro da Cidade (Ponte Barcelos Martins) o prefeito José Carlos Barbosa decidiu construir uma ponte na lagôa do Vigário.

A obra trará imediato beneficio aos moradores de Custodopolis, Parque Nôvo Mundo, Jardim Santa Rosa, Parque Getulio Vargas e Calabouço que poderão alcançar a Ponte Barcelos Martins, sem a necessidade, como agora, de se deslocarem bastante, à direita e à esquerda, para atingir as Pontes General Dutra, na Coróa, e Satunino de Brito, na Lapa.

FLUTUANTE

A ponte será do tipo flutuante, com taboleiro de madeira assentado sôbre uma série de tambores colocados na lagoa. Terá 220 metros de extensão, cruzando a lagôa no eixo da avenida Salo Brand.

A custo relativamente modesto constituirá solução provisória até a construção de ponte definitiva, de concreto, cujo projeto se encontra em estudo no Departamento Nacional de Estradas de Rodagem ao qual foi solicitada sua execução.

PEDESTRES E BICICLETAS

Com 2,20 metros de largura a ponte flutuante dará passagem a pedestres e pequenos veículos (bicicletas).

Anexo 07 – Construção da ponte flutuante é iniciada

Monitor Campista

Fundador dos Diários Associados: Assis Chateaubriand

CAMPOS — ESTADO DO RIO — DOMINGO, 4 DE MAIO DE 1969 — 4ª EM ANTIGUIDADE NO

Prefeito visitou ontem as obras de atêrro para a construção da ponte sôbre a Lagoa do Vigário

O prefeito José Carlos Barbosa visitou ontem, com Secretario de Obras, eng. Getulio Terra, as margens da Lagôa do Vigário, em Guarus, onde se realizam obras de atêrro preliminares a construção da ponte que ligará a avenida Salo Brand, de um lado, ao Parque Getulio Vargas, Custodópolis, Calabouço, etc.

A obra, de há muito reclamada pelo desenvolvimento de Guarus, reduzirá a distancia de acesso ao Centro da Cidade e ao setor comercial do Sub-Distrito, onde ficam SESI, Coletoria, INPS, Cartório, etc.

A ponte será do tipo flutuante, com piso assentado sôbre tambores.

REFORMA DO MERCADO

O setor de planejamento da Coordenação Geral está acelerando os estudos da reforma do Mercado Municipal e urbanização do Porque Alberto Sampaio, tendo ontem o assunto sido tratado em despacho do arquiteto Raul David Corrêa com o chefe do Executivo.

Ainda ontem, o sr. José Carlos Barbosa esteve inspecionando a urbanização da av. Carmem Carneiro, em Guarus, com um longo trecho já concluido em pista dupla, pavimentada, divididas por refúgio ajardinado. A nova avenida será de grande importância no sistema viário do antigo 4º Distrito.

Banco dos Lavradores examina se possível manter Escritório do Desenvolvimento Rural

Anexo 08 – A construção do aterro sobre a Lagoa do Vigário, já em andamento no mês de agosto de 1969.

Monitor Campista

Fundador dos Diários Associados: Assis Chateaubriand

CAMPOS — ESTADO DO RIO — SABADO 16 DE AGOSTO DE 1969 — 3º EM ANTIGUIDADE NO BRASIL

PREFEITO VÊ AS OBRAS EM ANDAMENTO

O Prefeito José Carlos Barbosa, como habitualmente faz, esteve ontem inspecionando várias obras em execução na Cidade, zelando por seu bom andamento. Entre elas destacam-se a passagem entre a Av Salo Brand e o Parque Presidente Vargas, através da Lagoa do Vigário, a Av. do Contorno, com sua segunda pista em fase de compactação da sub-base para asfaltamento e a pavimentação, a paralelepipedos, da rua Humberto de Campos, em Guarus. Na foto, o chefe do Executivo inspeciona esta última obra.

Anexo 09 – Obra de construção da ponte flutuante sobre a lagoa continua no ano de 1970.

Monitor Campista

Fundador dos Diários Associados: Assis Chateaubriand

ANO 137 CAMPOS — DOMINGO, 19 DE JULHO DE 1970 NÚMERO: 163

Ponte faz integração social

Os trabalhos que a Secretaria de Obras da Municipalidade está realizando para ligar as duas margens da Lagôa do Vigário, em Guarus, vão bem adiantados. Deverá estabelecer um eixo entre a avenida Salgado Brand e o Parque Getúlio Vargas, facilitando aos milhares de campistas que ali vivem, em diversos bairros, o acesso ao centro da Cidade, através da Ponte Barcelos Martins. Atualmente têm que se utilizar das Pontes General Dutra, na Coróa, ou Saturnino de Brito, na Lapa, numa alternativa em que perdem no mínimo, um quilometro. No local, deverá ser construída uma ponte, cujas cabeceiras estão quase prontas, mediante aterro, permitindo, também, o intercâmbio daqueles bairros e sua aproximação ao nucleo principal de serviços de Guarus representado pelo SESI, Registro Civil, COBAL, Posto do INPS, Ginasio da CENEC, etc. O Prefeito José Carlos Barbosa, que ontem visitou as obras em companhia de assessores, vai realizar um velho sonho do povo do sub-distrito cuja integração social é devida à atual administração do Município.

Anexo 10 – Construção da ponte prossegue no mandato do prefeito Rockefeller de Lima.

Monitor Campista

Fundador dos Diários Associados : Assis Chateaubriand

ANO 139 CAMPOS — SABADO, 8 DE JULHO DE 1972 NUMERO 154

Ponte na Lagoa vem com aterro

A Prefeitura já realizou cêrca de 50 dos 100m de aterro que serão necessários para a construção da ponte sôbre a Lagoa do Vigário tarefa a consumir cêrca de .... 5.000 m3 de terra, com a mobilização de grande número de caminhões.

Em seguida, será iniciada a construção da ponte, com um prazo de 60 dias para a sua conclusão, estando as obras orçadas em Cr$ 100 mil.

OBJETIVOS

Com a realização das obras o govêrno do Prefeito Rockefeller de Lima busca atingir dois objetivos: encurtar as distâncias para os moradores de vários bairros de Guarus, na área entre Custodópolis e o Parque Novo Mundo, e desafogar o tráfego de coletivos urbanos pela rodovia BR-040, medida capaz de evitar os desastres que ali ocorrem frequentemente

A PONTE

Terá um vão livre de 10m x 6m e capacidade para veículos até 12 toneladas, segundo projeto do setor técnico da Prefeitura, para ser executado por firma particular.

Anexo 11 – Monitor anuncia a construção do aterro sobre a lagoa

Monitor Campista

Fundador dos Diários Associados Assis Chateaubriand

ANO 140 CAMPOS — SABADO, 21 DE JULHO DE 1973 NUMERO: 164

Obras da Lagoa do Vigário serão iniciadas em agosto

As obras da Lagoa do Vigário, em Guarus, reivindicadas pela Prefeitura ao DNOS, deverão ser iniciadas já no próximo mês de agosto, segundo adiantou ontem o dr. João Corrêa Lima, chefe do Distrito de Goitacazes, ao receber em seu gabinete os engenheiros Tostes e José Carlos Fonseca, do Departamento de Engenharia daquele orgão, que vieram a Campos realizar as sondagens do local, com vistas à espécie de obra que será realizada ali.

O dr. Neif Camis, que acompanhou os engenheiros nos estudos, adiantou que a Lagoa do Vigário receberá um aterro que permitirá a ligação da Av. Salo Brand com a outra margem da Lagoa,

— Será uma obra de arte — revelou o dr. Neif Camis — cuja espécie dependerá dos estudos que estão sendo feitos. Podemos apenas adiantar que se constituirá de um aterro, mas em condições de permitir o escoamento das águas da Lagôa do Vigário.

Anexo 12 – 28 de agosto de 1973: Início de obra que mudou a história da Lagoa do Vigário.

Monitor Campista

Fundador dos Diários Associados Assis Chateaubriand

ANO 140 CAMPOS — TERÇA-FEIRA, 28 DE AGOSTO DE 1973 NUMERO: 196

Começou aterro que dará ponte à lagoa do Vigário

Iniciados, ontem, com a presença do Prefeito José Carlos Barbosa e de engenheiros do DNOS, os serviços de atêrro da Lagoa do Vigário, para permitir a construção de uma ponte, serão executados em 180 dias, prevendo-se que neles serão empregados 48 mil metros cúbicos de terra (o equivalente a 12 mil caminhões). A firma José Francisco Pinto & Cia. Ltda., vencedora de concorrência pública, tem a responsabilidade de execução da obra, cabendo a Prefeitura realizar as escavações.

LIGAÇÃO MELHOR

A próxima etapa da obra, que é a construção de uma ponte, vai encurtar a ligação de vários parques residenciais de Guarus, como o Novo Mundo e o Bandeirantes, à Av. Salo Brand, tornando, consequentemente, mais fácil o acesso dos seus moradores ao centro da Cidade.

Ao início do atêrro da Lagoa do Vigário, ontem, pela manhã, estiveram presentes, além do Prefeito e assessores, os engenheiros Corrêa Lima e Neif Camis, do DNOS, o presidente da Câmara Municipal, Vereador Francisco Paes Filho e diversas figuras influentes do antigo 6º distrito.

URBANIZAÇÃO

O atêrro, além de permitir a construção da ponte, constituirá base de um plano da Prefeitura para a urbanização de toda a orla da Lagoa do Vigário, onde já existem vários loteamentos.

Anexo 13 - Substituição da galeria que comunicava as duas partes da lagoa.

Prefeitura constrói galeria na Lagoa do Vigário

Por Liliane Barreto

Foto: Antônio Leudo

Com o objetivo de acabar com o alagamento nas proximidades da Lagoa do Vigário, em Guarus, e melhorar o fluxo da água da lagoa, a Prefeitura de Campos está construindo uma galeria de concreto celular no local, o que vai quadruplicar a vazão d'água, segundo o gerente de Infra-Estrutura, Sérgio Uébe Mansur. Ele afirma que a obra de engenharia da Lagoa do Vigário é grande e de fundamental importância para melhorar o sistema de drenagem do local, conhecido como Aterro da Lagoa do Vigário, em Guarus, podendo ser concluída em 40 dias.

De acordo com Mansur, o problema da Lagoa do Vigário é antigo, porque há cerca de 30 anos foi feito um aterro na Avenida Tancredo Neves, na época chamada de Avenida Salo Brand, dividindo a lagoa. Ele explica que, embaixo, foi colocado um tubo de aço de 1,20m de diâmetro que, com o passar dos anos, foi danificado com a ação do tempo passando por um processo natural de corrosão e acabou comprometendo as residências construídas, irregularmente.

Mansur informa que, além da obstrução, também houve ocupação irregular no local, agravando ainda mais a situação. "Durante as chuvas, o nível da lagoa não dava vazão e as casas eram inundadas", disse o gerente de Infra-Estrutura, ressaltando que a proposta é resolver o problema de toda área.

Ele lembra que, este ano, quatro famílias tiveram que ser removidas do local e as casas foram demolidas. "Estávamos tentando resolver de uma forma mais simples, mas não foi possível. Precisávamos restabelecer o fluxo da água", ressaltou o gerente de Infra-Estrutura, acrescentando que a nova galeria vai quadruplicar a vazão da água e acabar com os alagamentos na parte de montante das lagoas, ou seja, de onde a água vem.

Atualmente, está sendo feita a escavação e remoção da galeria antiga e substituição da nova. "Já estamos com, praticamente, 40% da obra pronta. Esperamos que, com este trabalho, possamos melhorar o fluxo da água. A obra também terá reflexos ambientais", destaca o gerente de Infra-Estrutura, acrescentando que a obra terá um custo de, aproximadamente, R$ 900 mil e está sendo executada pela MAC Engenharia.

Atualizado por Luciano Arruda em 26/06/2006
<http://www.campos.rj.gov.br/noticia.php?id=7187> , acessado em 07/02/2008

Anexo 14 – 26 de janeiro de 1974, a construção do aterro chega à sua fase final.

CAMPOS — SABADO, 26 DE JANEIRO DE 1974

Monitor Campista

ANO: 141 – Nº: 19 – Fundador dos Diários Associados: Assis Chateaubriand

Atêrro da Lagoa está em fase final de obras

Até meados da próxima semana o DNOS concluirá os trabalhos de aterro da Lagoa do Vigário em Guarus, permitindo a interligação definitiva da Av. Salo Brand com o Parque Getúlio Vargas.

URBANIZAÇÃO

Ao ser complementado o aterro, a Prefeitura iniciará as obras de urbanização de toda a área, cujo projeto já foi elaborado pela Secretaria de Obras, por determinação do Prefeito José Carlos Barbosa.

PONTE

Ao mesmo tempo em que serão executadas as obras de urbanização, o DNOS construirá no local uma obra de arte, em forma de uma ponte de concreto armado, que vai permitir o escoamento das águas da lagôa, segundo informações do dr. João Correa Lima, chefe da Residência local do DNOS.

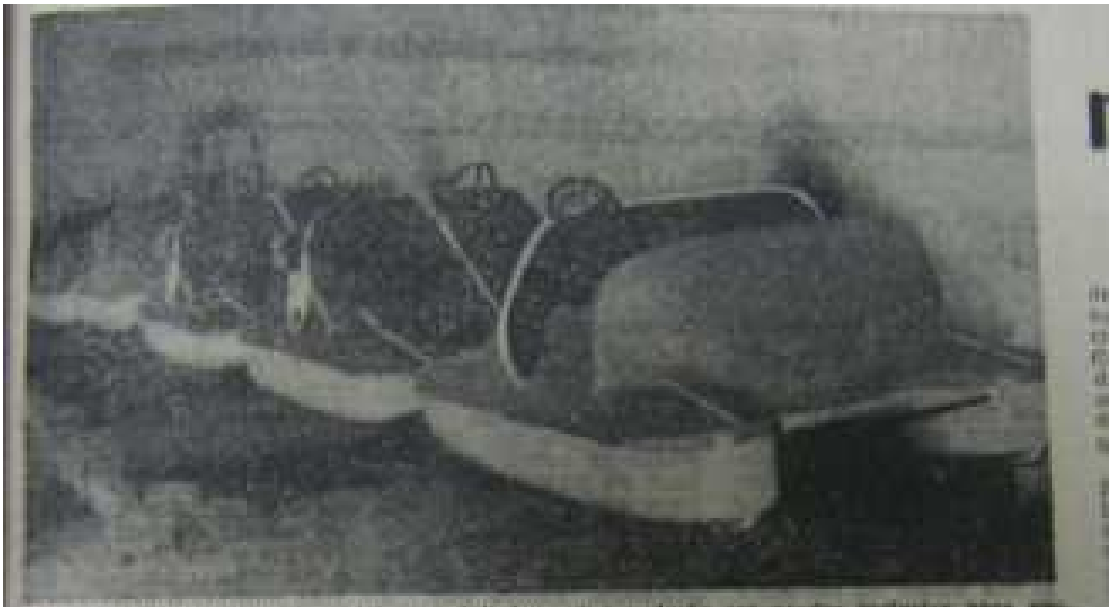
Anexo 15 – O projeto de urbanização da lagoa desenvolvido em 1974.

CAMPOS — DOMINGO, 28 DE ABRIL DE 1974 CR$ 0,50

Monitor Campista

ANO: 141 — Nº 94 — Fundador dos Diários Associados: Assis Chateaubriand

A LAGOA DO VIGÁRIO, em Guarus, será transformada até o final do ano, pela Prefeitura, no principal ponto de atração turística da Cidade. A urbanização de suas margens será realizada logo após a limpeza, que já está sendo feita. Bares, lanchonetes e iluminação para estimular passeios noturnos, inclusive de pedalinhos, serão montados no local. (PAG. 7).



Já estão nas Oficinas da PMC os pedalinhos que poderão ser usados turisticamente pela primeira vez na Lagoa

Prefeitura quer transformar Lagoa do Vigário em ponto de atração turística da Cidade

Até o final do ano, segundo desejo manifestado pelo Prefeito José Carlos Barbosa, a Lagoa do Vigário, em Guarus, se constituirá no principal ponto de atração turística da Cidade, com as obras de urbanização que ali serão realizadas.

Uma das providencias iniciais foi o aterro que o DNOS realizou em conjunto com a Prefeitura, que permitiu a interligação da Av. Salo Brand com o Parque Presidente Vargas. No momento, máquinas da PMC, através de garatéias estão retirando a vegetação aquática da Lagoa, principalmente tabuas e parte da lama acumulada no fundo. Enquanto isso, nas Oficinas da Prefeitura, já se encontram 5 pedalinhos que serão somados a outros já encomendados pela Municipalidade para utilização em passeios turísticos pela Lagoa.

la Lagoa.

PRAIA ARTIFICIAL

Com a finalidade apenas de deleite — suas águas não seriam propícias para o banho — a Prefeitura já providencia uma ligação através de tubos do Paraiba até a Lagoa, por onde seria conduzida areia, para a formação de uma praia artificial.

URBANIZAÇÃO

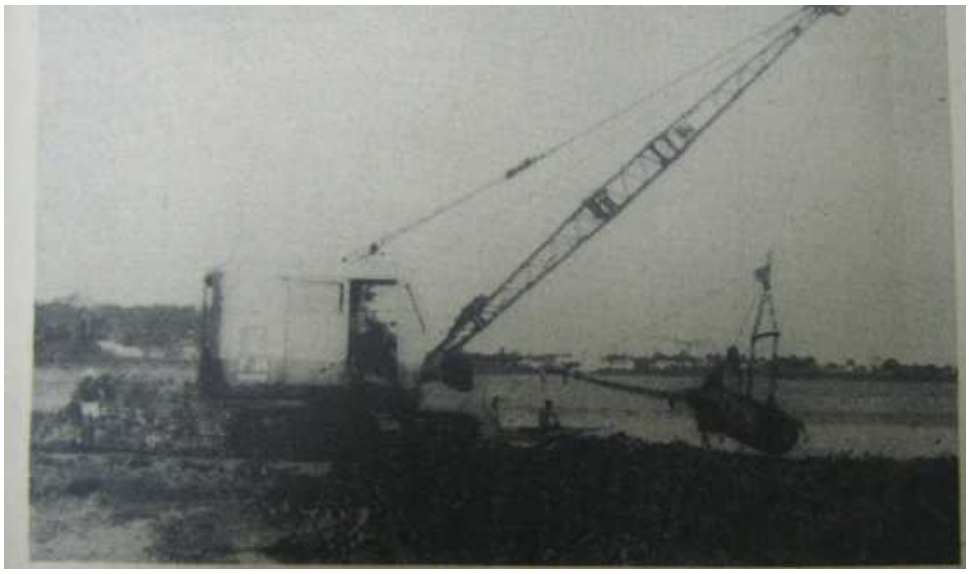
O projeto para a urbanização da Lagoa do Vigário está entregue ao arquiteto Raul David Linhares Correa. Embora não tenha sido ainda definido em todos os detalhes, sabe-se que no local serão instalados bares e lanchonetes, além de iluminação, o que permitirá também, uma opção noturna para passeios.

Anexo 16 – Obras de urbanização da lagoa foram reiniciadas.

CAMPOS — QUARTA-FEIRA, 18 DE SETEMBRO DE 1974 Cr$ 0,50

Monitor Campista

ANO: 141 – Nº: 211 – Fundador dos Diários Associados: Assis Chateaubriand



AS OBRAS de urbanização da Lagoa do Vigário foram reiniciadas ontem com uma draga do DNOS retirando lodo e vegetação aquática, a fim de facilitar à movimentação de pedalinhos que a Prefeitura colocará no local para passeios turísticos. O Governo Municipal pretende transformar aquela lagoa em um grande centro de atração turística de Campos, dotando-a de vários divertimentos para a população. As máquinas do DNOS já abriram uma vala que facilitará a movimentação dos pedalinhos e funcionários da Prefeitura estão realizando serviços de terraplenagem em sua margem direita.

Anexo 17 – Policiais destroem barracos na Lagoa do Vigário.

CAMPOS — TERÇA-FEIRA, 15 DE ABRIL DE 1980 • UM JORNAL A SERVIÇO DO NORTE FLUMINENS

Monitor Campista

ANO 147 – Nº 87 Fundador dos Diários Associados: Assis Chateaubriand

Policiais da PM invadem barracos em favelas

O presidente da Associação dos Moradores da Lagoa do Vigário, recem fundada e em fase de homologação, Celso Gonçalves de Alvarenga, envia hoje um ofício ao Comando do 8º Batalhão da Polícia Militar, sediado em Campos, protestando contra arbitrariedades de seis elementos daquela corporação, que, de quarta-feira até à noite do último sábado, destruíram quatro barracos situados na margem da Lagoa do Vigário.

A agressão se verificou durante quatro dias, tendo os PMs derrubado os barracos sendo que dois destes de tijolos. O líder dos favelados da Lagoa do Vigário afirma que os barracos estavam prontos desde o embargo das construções naquela área, pela SERLA, em novembro do ano passado sob o argumento de irregularidades no loteamento, com invasão de terrenos.

— Os quatro barracos foram construídos anteriormente e isto a Associação pode provar. Por isso os PMs não poderiam derrubá-los, estes já estavam prontos antes do embargo que proibiu a construção de novas moradias até que seja julgada a questão — disse Celso Gonçalves de Alvarenga.

Na ação dos PMs, que com enxadas e uso de cordas amarradas no para-choque da viatura militar, derrubaram os barracos, não se registrou agressão física, muito embora quatro famílias, somando 29 pessoas, estão desabrigados. Por outro lado, o presidente da Associação acusa um dos policiais, de fazer vistoria em uma menina de 10 anos, alegando que a mesma estava armada. Ao serem reprendidos pela mãe da menor, dirigiram à esta palavras de baixo calão.

PUNIÇÃO

O presidente da Associação ainda não sabe dos nomes dos seis PMs envolvidos, sendo conhecido apenas o apelido de um deles, o "Birinha". Celso Gonçalves de Alvarenga declarou que os moradores exigem punição para os responsaveis por tal arbitrariedade, e que os mesmos estão aptos a reconhecerem estes PMs, mediante uma acareação.

— A Associação não apoiará em nenhuma hipótese o combate da agressão com agressão. Mas temos que admitir que o clima é tenso e nenhum dos dois mil favelados do Vigario estão dormindo com tranquilidade. Ninguem consegue ver sua casa sendo demolida sem fazer nada. A Associação teme que a situação se agrave — disse Celso Gonçalves.

PREJUIZOS

São superiores a 200 mil cruzeiros os danos das quatro famílias que tiveram seus barracos depredados pelos PMs. A Associação admite pedido judicial de indenização.

REQUERIMENTO

Este é o teor do ofício a ser enviado hoje ao Coronel José Alves Dias, Comandante do 8° BPM.

"A Associação dos Moradores da Lagoa do Vigário, em formação, vem comunicar a V.Sa. o abuso de poder praticado por integrantes do 8° BPM, que dão p'antão, com sua guarnição, diariamente nas proximidades da Lagoa do Vigário, onde está construida uma favela.

Nos dias 9, 10 11 e 12 de abril últimos, os referidos policiais, abusivamente, derrubaram quatro dos barracos pertencentes à favela, sendo dois de tijolos e dois de tábuas, usando palavras de baixo calão e praticando outros atos, espalhando o pavor entre os favelados.

Conhecendo o espirito humanitário de que é portador, solicitamos de V.Sa. providências, no sentido de que os moradores da Lagoa do Vigário possam viver garantidos, nos seus barracos livres da chuva e do sol.

Apresentamos nossos protestos de elevada estima e consideração.

Celso Gonçalves de Alvarenga".

Anexo 18 - SERLA dá prazo para favelados desocuparem casas.

CAMPOS — TERÇA-FEIRA, 13 DE NOVEMBRO DE 1979 * UM JORNAL A SERVIÇO DO NORTE FLUMINENSE

Monitor Campista

ANO: 146 – Nº 264 Fundador dos Diários Associados: Assis Chateaubriand

Serla dá uma semana para favelados deixarem casas

Os invasores das terras ribeirinhas da Lagoa do Vigário estão revoltados porque receberam a visita do engenheiro da SERLA Antônio Fernando Ramos, diretor do 4º Distrito Regional, que entregou uma cópia de um auto de intimação pedindo a retirada dos favelados dentro de sete dias.

Muitos assinaram a intimação porque havia um aparato policial dando respaldo ao engenheiro mas alguns não assinaram mesmo sentindo medo. Dinete Gonçalves Cardoso, por exemplo, assinou porque ficou intimidada e seu marido, Francisco Cardoso, afirmou que o papel não tem validade judicial "e o próprio engenheiro me disse isso".

Muitos dos favelados ficam em seus barracos o dia inteiro vigiando e temerosos porque a toda hora tem uma patrulha que percorre o local para não deixar ninguém terminar de construir os barracos. O vereador José Renato Lima da Silva, líder da bancada do MDB na Câmara, disse que está sempre em contato com os favelados para eles ficarem tranquilos porque não há ordem para eles sairem e "faremos o possível para que isso não aconteça porque é um abuso a Justiça tirar os favelados e deixar os outros invasores".

José Renato frisou, ainda, que não sabe como é que o engenheiro da SERLA conseguiu o aparato policial. "Com certeza, apenas para amedrontar os apavorados invasores que nada têm e apenas querem um lugar para morar. A polícia, pelo que eu soube, foi muito gentil, mas os moradores, mesmo assim, ficaram temerosos e me procuraram".

Jarbas Pereira de Souza, um dos invasores, disse que a maioria das famílias têm mais de seis filhos e o engenheiro declarou que para cada criança que houver, ele enviará um policial para fazer a retirada. Depois, destruirá os barracos. "Estamos firmes, ninguém até agora desistiu, mas temos medo por nossas crianças".

O vereador Célio Brito Pinto (MDB) reafirmou sua posição dizendo que os favelados não devem sair até que a SERLA faça uma demarcação e se for o caso de expulsar, terá que fazer com todos que estão à margem da lagoa e não só os favelados.

Às margens da Lagoa do Vigário estão construídas mais de 40 casas. Todas têm de 4 a 40 anos e nunca foram incomodadas como agora. Ninguém também tem os registros da terra e todas as casas ficam a uns 100 metros da lagoa. O SERLA exige que a 15 metros da lagoa não se pode construir. "Mas como estamos a mais de 100 metros, acho que eles estão errados e não podem nos tirar", disse um morador.

Anexo 19 - Prefeito Raul David Linhares anuncia que vai realocar moradores da Lagoa do Vigário.

CAMPOS — QUINTA-FEIRA, 22 DE NOVEMBRO DE 1979 * UM JORNAL A SERVIÇO DO NORTE FLUMINENSE

Monitor Campista

ANO: 146 – Nº 271 Fundador dos Diários Associados: Assis Chateaubriand

PMC quer favela em outro local

O prefeito Raul Linhares entrará em contato com o Governador Chagas Freitas para arranjar uma área de terra a fim de que todos os favelados que estão para ser expulsos da Lagoa do Vigário possam ser transferidos. A informação é do vereador Aldemir Gonçalves, que esteve visitando o prefeito com o líder do Governo, vereador Admardo Gama. Raul declarou aos vereadores ser totalmente favorável à manutenção dos favelados nos locais onde estão, até que seja providenciada uma outra área para que eles possam construir seus barracos. O prefeito também garantiu a Aldemir Gonçalves que a partir do próximo ano a Usina Queimado não mais jogará vinhoto e nem água de lavagem de cana no Canal Campos-Macaé evitando, desse modo, a morte de aproximadamente cinco toneladas de peixes anualmente..

Anexo 20 – Favelados pedem apoio à Câmara Municipal.

CAMPOS — QUARTA-FEIRA, 7 DE NOVEMBRO DE 1979

Monitor Campista

ANO: 146 – Nº 259 Fundador dos Diários Associados: Assis Chatea

Favelados da Lagoa pedem apoio a Câmara

Cerca de 500 favelados que ocuparam terars da Lagoa do Vigário e estão sendo pressionados para deixar o local estiveram ontem na Câmara para pedir a solidariedade dos vereadores. Manifestaram-se a favor dos favelados os srs. Hélio Coelho, Aldemir Gonçalves e Célio Brito, este último defendendo a aplicação de recursos do BNH que serão colocados à disposição da Prefeitura para o programa de lotes urbanizados. (Página 6).

Anexo 21 - Favelados e vereadores se reúnem na Câmara Municipal.

CAMPOS — QUARTA-FEIRA, 21 DE NOVEMBRO DE 1979 * UM JORNAL A SERVIÇO DO NORTE FLUMINENSE

Monitor Campista

ANO: 146 — Nº 270 Fundador dos Diários Associados: Assis Chateaubriand

Problema de favelados tumultua Legislativo

A reunião de ontem da Câmara Municipal já iniciou com problemas. Ao ocupar a presidência, Edmundo Vaz de Araújo ouviu uma explicação do projeto de Carlos Cardoso Tinoco (Arena) dando o nome de seu pai, Reinaldo Ferreira Tinoco, a uma rua da Cidade, e não se sentindo bem, devido à emoção, se retirou.

Assumiu a presidência o vereador Saturnino Monteiro Neto (MDB). Logo após o vereador José Renato Lima da Silva pediu a palavra e fez um pronunciamento contra a SERLA, no tocante a Lagoa do Vigário. Mostrou-se revoltado porque os favelados estão doentes, com crianças de dois dias debaixo de chuva e dezenas de sacos de cimento perdidos devido a falta de cobertura nos barracos iniciados.

Terminada a Ordem do Dia, o vereador Admardo Gama pediu que lessem o Orçamento Municipal para 1980. Mas antes da leitura o vereador Célio Brito Pinto (MDB) perguntou se havia na ata anterior, constado que o projeto entraria ontem. Não constava e o presidente não pode continuar a leitura do projeto. Admardo Gama pediu a suspensão da reunião de hoje, pois sabia que os vereadores não compareceriam. Edmundo Vaz, que já havia reassumido a presidência dos trabalhos, concordou e os demais vereadores também em que ficasse para quinta-feira.

Aldemir Gonçalves pediu que fosse lido um requerimento seu, solicitando uma Comissão Especial para ir ao Rio conversar com o Secretário de Segurança do Estado no que tange aos problemas da Lagoa do Vigário. O vereador Ederval Venâncio, que estava na la secretaria, pediu que ele esperasse. Aldemir não concordou e quase saíram no tapa.

Aldemir Gonçalves fez um pronunciamento em favor dos favelados da Lagoa do Vigário, que nesse momento ocupavam todas as cadeiras, lotando o Plenário. Pediu justiça e que a Câmara poderia levar o problema às autoridades. Hélio de Freitas Coelho (MDB) pediu a palavra e também mostrou sua revolta em relação ao prefeito e demais autoridades. Disse que Campos é o espelho do Brasil, quer dizer, espelho da miséria e da fome. Enquanto a SERLA expulsa os pobres da Lagoa do Vigário, tratando-os como bandidos, os invasores ricos da Lagoa Feia são tratados por ela com pão-de-ló.

Ederval pediu um aparte para justificar, mas Aldemir Gonçalves acusou-o de demagogo e que queria entrar na Comisão apenas para tumultuar a mente do povo. Edmundo pediu calma e ameaçou o vereador por ferir o decoro parlamentar. Mas Aldemir revidava: "podem cassar meu mandato. E tanto faz se o projeto for aprovado ou não. Sem Comissão ou com Comissão eu irei ao Rio procurar o deputado Claudio Moacyr para falar com o secretário de Segurança do Estado. Ele tem que atender ao nosso apelo".

No final, depois de muito custo, conseguiu-se calma e o presidente deu por encerrados os trabalhos.

Anexo 22 - Aristides Arthur Soffiati Netto comenta situação vivida pelos invasores da Lagoa do Vigário.

CAMPOS — TERÇA-FEIRA, 30 DE OUTUBRO DE 1979

Monitor Campista

ANO: 146 – Nº 253 Fundador dos Diários Associados: Assis Chat

CNFCN não se pronuncia sobre Lagoa do Vigário

O Centro Norte Fluminense para Conservação da Natureza (CNFCN) ainda não tomou nenhuma posição oficial diante da invasão de terras que ocorre às margens da Lagoa do Vigário, "por não conhecer bem o problema", disse seu presidente Aristides Arthur Soffiati Netto, acrescentando que cabe à SERLA zelar pelo cumprimento da demarcação das orlas da lagoa e aplicar as multas necessárias.

"Não é do meu feitio falar sobre o que não conheço. Ao que me parece, está havendo muita confusão em torno da lagoa do Vigário. Pelo Decreto Estadual nº 2.330, de 8 de janeiro deste ano, que instituiu o Sistema de Proteção de Lagos e Cursos D'Água — — SIPROL — Cabe ao Governo Estadual demarcar as orlas das lagoas estaduais e suas faixas marginais de proteção", declarou.

PROBIÇÃO

— Pela deliberação — CECA — nº 49, de 17 de maio deste ano, cabe à SERLA, zelar pelo cumprimento do SIPROL, aplicando as multas necessárias. Assim, tanto as lagoas e suas faixas marginais de proteção correspondente pertencem ao Patrimônio Público e são bens fora do comércio, não podendo, portanto, ser privatizados por loteamentos, construtoras, lavouras ou pastos", explicou Aristides.

Segundo ele, a VEPLAN tentou privatizar a lagoa de Itaipu e está agora respondendo a uma ação popular. "Todavia é preciso que o Governo Estadual decrete primeiro a demarcação da Lagoa. Quanto à invasão das margens da Lagoa do Vigário e de outras terras por pessoas pobres, trata-se de um problema social e não um caso de polícia".

Para ele, não resta dúvida de que ocupação da orla de lagoas por favelas acarreta degradação ambiental. "Cumpre examinar, porém, o problema com instrumentos de análises mais apuradas que a Lei de Segurança Nacional. As pessoas que ocupam estas terras foram expulsas do meio urbano pelos salários aviltantes, pelo custo de vida e pelos aluguéis exorbitantes".

Concluindo sua análise, frisa o presidente do Centro, que "estas pessoas quando encontram um lugar para descarregar seus trapos, já estão a esperar por elas, espertalhões que desejam explorá-las mais ainda. É claro que estas favelas instaladas à margem da lagoa do Vigário causarão um impacto ambiental, mas não é recorrendo à repressão que o problema será resolvido".

Anexo 23 - Lagoa do Vigário corre o risco de desaparecer

Folha da Manhã Campos dos Goytacazes, RJ Domingo, 11 de junho de 2000.

Lagoa do Vigário corre o risco de desaparecer

Enquanto em áreas mais periféricas a prefeitura está urbanizando e recuperando lagoas, a Lagoa do Vigário, que fica numa área urbana, Encontra-se abandonada. Apenas 1% de sua margem, ainda não foi ocupada por famílias, está sendo aterrada, sem que nenhuma providência até hoje tenha sido tomada. No local, ninguém sabe informar quem é o responsável pelo aterro. O secretário Municipal de Meio Ambiente, Zacarias Albuquerque, garantiu que dentro de 15 dias a prefeitura dará início a um projeto de recuperação da lagoa para, entre outros motivos, barrar as construções de aterros.

O conselheiro do Centro Norte Fluminense para Conservação da Natureza, Aristides Soffiati, explica que o aterro da lagoa configura clime ambiental, acarretando a detenção ou reclusão de quem o faz. Segundo Aristides, a lagoa, situada atrás da igreja Santo Antônio, em Guarus, não pode ser mais vista, pois foi cercada por casas e muros.

- A invasão teve início nos anos 80. Em 1994 foi pensado um plano de desenvolvimento para Campos, onde a lagoa seria transformada numa área de lazer, o que não aconteceu – acrescenta o ambientalista que cita como um dos problemas mais graves hoje na lagoa a poluição provocada pelo despejo de matérias orgânicas no local.

O presidente da Associação de Moradores do Parque Alvorada, Carlos Alberto Marques Nogueira, disse que não é contra a construção de casas às margens da lagoa, apesar de saber que configura crime ambiental. Segundo ele, as famílias que ocuparam a área mão têm onde morar. A notícia de que a prefeitura vai recuperar a lagoa agradou Carlos Alberto. “É a melhor coisa que eles podem fazer. Mas, antes disso, deveriam pensar em um local para colocar as famílias”.

O secretário de Meio Ambiente, Zacarias Albuquerque, explica que, num primeiro momento, a prefeitura não está pensando na remoção dos moradores. Ele disse que a forma encontrada para barrar as invasões foi a construção de diques e dragagens parcial da margem, que encontra-se assoreada pelo esgoto. “Foram construídas galerias no Jardim Carioca para que a água da chuva seja lançada para dentro da lagoa, mas por causa do assoreamento ela não terá como receber esse fluxo”, explica.

Etapa – Numa segunda etapa, segundo o secretário, será feita a urbanização e paisagismo, com sistema de coleta de tratamento de esgoto, para depois a dragagem de todo o espelho d’água. “É um projeto para ser desenvolvido nos próximos anos”, disse Zacarias.

Responsável pelo aterro da Lagoa do Vigário não foi identificado

Anexo 24 - Um santuário agonizante.

Monitor Campista
Campos dos Goytacazes, domingo, 09 e segunda-feira, 10 de fevereiro de 2003.

Um santuário agonizante

Lagoa do Vigário tornou-se refúgio para famílias e sofre com agressões

Flávia Ribeiro

Invadida por construções irregulares, poluída por esgoto sanitário e lixo doméstico, a Lagoa do Vigário ainda tem peixes, mas muitos, problemas, com a diminuição do espelho d'água. Quem passa pela Avenida Tancredo Neves quase não percebe que num determinado ponto ela corta a lagoa, tamanho o número de construções irregulares. Depois que foi dividida ao meio para que a avenida pudesse ser construída, as margens foram favelizadas. Mais de 300 casas foram construídas em local proibido. O processo começou no final da década de 70 e aumentou na proporção em que os filhos dos invasores foram se casando e construindo novas moradias. Atualmente, os netos estão se casando e outras moradias sendo erguidas.

Uma das primeiras a ocupar a lagoa, a ex-empregada doméstica Maria Neuza Cunha Avelino, 62 anos, conta que está a 25 anos no local. Junto com o marido e seis filhos ela encontrou na invasão a única alternativa para fugir do aluguel. "Meu marido era torrador de café e eu trabalhava em casa de família. O nosso dinheiro não dava", conta a mulher que por três vezes teve o barraco derrubado pela guarda municipal que tentava impedir a ocupação.

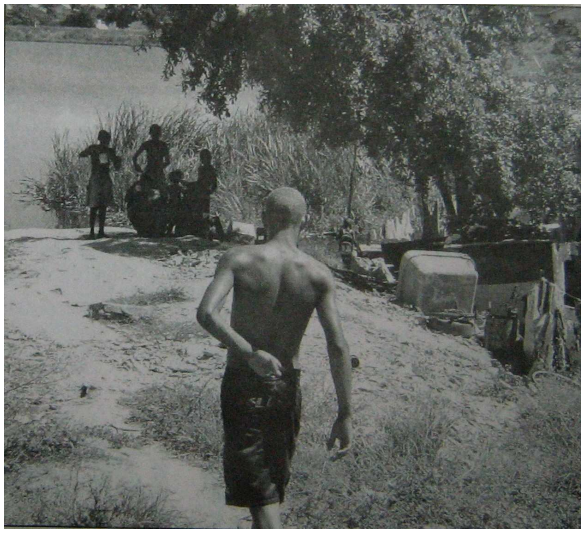
Com o passar dos anos as famílias foram cada vez mais invadindo a água. "O nosso terreno tinha apenas um terço do que tem hoje, nós fomos aterrando. Os filhos foram casando e precisando construir", justifica a moradora que reconhece que a lagoa sofre com a ocupação. Mesmo poluída, ela ainda é fonte de alimento para as famílias que vivem a sua margem. "Eu pesco quase todos os dias. Tem muita tilápia, depois de temperada e frita fica muito boa", relata. No quintal de dona Neuza existe quatro casas, onde vivem mais três filhos, oito netos e um bisneto. As casas foram crescendo e invadindo a lagoa, além de terem ganho um segundo andar.

Na casa de dona Neuza ainda tem lugar para um chiqueiro, onde engorda o porco para a ceia de Natal. Os vizinhos dela também convivem com as mesmas dificuldades dos filhos e netos da ex-empregada doméstica. Nos últimos meses, manilhas que ligam um lado ao outro da lagoa cederam. A dona de casa Jarice das Neves, 60 anos, mora em cima de uma das manilhas, mas ela não teme um acidente. "Aqui não tem perigo. A minha casa não está ameaçada. As que ruíram foi na rua", disse.

Nome – Provavelmente o nome teve origem no vigário João Carlos, que no século XIX era proprietário de terras em Guarus. A pesquisadora Silvia Paes conta que a lagoa deve ter sido batizada com o nome do proprietário de terras que também empresta o nome a uma rua do Centro da cidade.

Dona Maria Neuza, uma das primeiras moradoas, resume a história de dificuldades e pêra de poder aquisitivo da maioria da comunidadedos margem.

O BOM HUMOR É característica do lugar, apesar de tudo.



APESAR DAS CONDIÇÕES precárias do ecossistema, a lagoa também é usada para lazer.

Anexo 25 - Poluição ambiental desordenada

O DIÁRIO Segunda-feira, 25 de outubro de 2004.

Moradores da Lagoa do Vigário, em Guarus, Campos, reclamam que falta infra-estrutura para eles e o manancial, considerado tão belo, precisa ser preservado para que volte a ser uma área de lazer na área urbana.

Poluição ambiental desordenada

REGINA DE OLIVEIRA

Esquecida pelo governo municipal, a Lagoa do Vigário, localizada no Jardim Carioca, em Campos, chama a atenção da população enquanto espera para ser novamente uma opção de lazerdentro da área urbana.

Sem prazo para voltar a ser o lago usado nos passeios de pedalinhos das famílias, suas margens vão sendo ocupadas desordenadamente por pessoas carentes que, sem amparada secretaria de Promoção Social, habitam o local por não ter alternativa de moradia. “Estamos isolados. Ninguém procura a gente. Não temos como sair daqui. Ir pra onde? Vamos morar na rua?, questiona Mariade Fátima Lima, 31 anos.

Para o ambientalista, a sobrevivência a sobrevivência da reserva natural hídrica depende de projetos de revitalização e urbanização. Já para a Secretaria do Meio Ambiente, a recuperação do local aguarda o fim de estudos feitos nas ares para começar a ser realizado um projeto de resgate da lagoa. “A situação da lagoa é antiga e vem se arrastando ao longo de vinte anos. O pior é que a orla está sendo toda tomada irregularmente. A própria Secretaria de Meio Ambiente está inserida em uma área de preservação permanente, que deveria estar aberta ao público”, acusou o presidente do Centro Norte Fluminense para Conservação da Natureza (CNFCN), Luiz Felipe Nunez de Souza.

De acorde com Luiz, apesar da ação da poluição e do lançamento de dejetos urbanos nas águas da lagoa ela ainda sobrevive, sendo possível a atividade da pesca por moradores ribeirinhos. Isso, segundo ele, significa afirmar que o lago ainda pode ser revitalizado se houver, conforme ele frisou a realização de um grande projeto pré-concebido e boa vontade do poder público. Existia “um projeto de revitalização. Chegaram a colocar draga próxima à Secretaria de Meio Ambiente, mas nada mais foi feito. Por causa do esgoto, cada vez mais, aumentando o assoreamento da lagoa e a necessitade de recupera-la”, lembrou.

Para o presidente da CNFCN, a demora para a revitalização da Lagoa do Vigário pode estar ligado ao fato de o projeto da prefeitura incluir a identificação dos moradores, a construção de casas para quem mora em áreas a serem desapropriadas e a retirada das

famílias para liberação das margens do lago.” Além da necessidade de revitalização, é preciso a reurbanização da lagoa, transformando-a em área de lazer e parque natural”, acrescentou.

O Conselho Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo é o único órgão, segundo Luiz, a intervir para que a Lagoa do Vigário sobreviva. De acordo com ele, possui um fórum privilegiado, o conselho tem a obrigação de discutir o futuro e o desenvolvimento sócio-ambiental de forma sustentável dos recursos naturais, como o lago. “Não há como a Marinha intervir, por exemplo, porque é uma lagoa municipal”.

Comunidade sofre com tantos problemas

Na Lagoa do Vigário ou na rua, o esgoto aliado ao mato abundante e iluminação precária retrata a total falta de infra-estrutura no local para os moradores, principalmente, àqueles que residem na Rua Pedro Barroso à margem direita do lago.

Lá, a vala negra que escorre em frente às portas das casas, provoca mau cheiro e muitas doenças. “Vou levar minha filha ao hospital, porque desde que ela teve contato com o esgoto, está com febre e caída. Está doente por causa disso aqui”, suspeitou a dona de casa Neila Paula da Silva Zeferino, 31.

. Segundo sua vizinha manicure Maria de Fátima Lima, parte das casas, das quais o esgoto não é lançado à lagoa, tem os dejetos acumulados na via pública. Segundo ela, no local não há infra-estrutura suficiente para que seja construída rede de esgoto.

Então, como alternativa, alguns moradores improvisaram fossas clandestinas, que também causam problemas. “Para se ter idéia, a nossa rua estava para ser asfaltada, mas não foi. Apesar de a prefeitura já ter pagado a obra”, denunciou Neila.

Melhorias ainda não saíram do papel

Áreas desapropriadas e a formação de um cinturão em torno da Lagoa do Vigário são algumas das medidas previstas no projeto do governo municipal para revitalização do lago. Segundo o subsecretário de Meio Ambiente e Defesa Civil de Campos, Henrique Oliveira, o plano está em andamento a partir da realização de estudos da área.

No entanto, ele afirmou que não há previsão para a conclusão das análises. “Estão sendo feitos estudos e, somente depois deles, poderemos dar início ao processo de revitalização”, explicou.

Segundo Henrique, o projeto da secretaria inclui a criação de um cinturão em torno da lagoa para a coleta do esgoto lançado no lago.

Além disso, a retirada de famílias de áreas a serem desapropriadas pelo poder público municipal está prevista no projeto. “Não teve ninguém aqui nos informando de nada, de nenhuma retirada de famílias. Teve sim, umas pessoas, há uns três anos, que vieram aqui,

filmaram e disseram que iriam limpar a lagoa”, contou a dona de casa Alceni Fernandes, 47. Para ela, muito mais deveria estar sendo feito para preservar a lagoa tão bela.

De acordo com a moradora Maria de Fátima Lima, 31, a única informação passada aos moradores foi a abertura de uma estrada de acesso para o hospital Geral de Guarus (HGG), em 2000, na área ocupada pelo amontoado de casas instaladas à beira da Lagoa do Vigário. “Como não foi dito mais nada, alguns moradores continuaram a construir casas boas aqui e investir na dúvida se vão ou não permanecer”.

Anexo 26 - O ecossistema da lagoa sofre com a poluição

Jornal Folha da Manhã - 19/10/2007

Peixes morrem na Lagoa do Vigário em Guarus

Valmir Oliveira

MORTANDADE - Esgoto pode ser a causa do problema na lagoa

A mortandade de peixes na Lagoa do Vigário assustou ontem os moradores do Jardim Carioca e Parque Alvorada, em Guarus. A lagoa é uma das 22 espalhadas pelo município, mas sofre com o despejo de esgoto desde a construção das primeiras moradias na orla do local. Ainda não notificadas sobre o fenômeno, a Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente (Feema) e a secretaria municipal de Meio Ambiente afirmaram que vão enviar hoje equipes de fiscalização para averiguar a causa da morte dos peixes.

A habitação irregular nas margens da lagoa seria a responsável pelas mortes e, segundo o presidente do Centro Norte Fluminense para Conservação da Natureza (CNFCN), Augusto Soffiati, a situação pode se repetir na Lagoa Feia, ponto turístico da cidade onde o número de casas na orla cresce a cada ano.

O chefe da agência regional Norte da Feema, Renée Justen, concorda que a quantidade de esgoto despejado in natura nas águas da lagoa pode ser a causa do fenômeno.

— São muitas famílias que moram próximas ao local e isso sempre traz problemas à qualidade das águas do Vigário. Por causa do calor registrado no último final de semana, pode ter ocorrido ainda a proliferação desordenada de algas, que mudam o pH da água, podendo chegar até ao nível 9, sendo que o normal é girar em torno de 6 ou 7 — explicou Renée.

Segundo o subsecretário de Meio Ambiente, Jorge Assunção, outras causas podem explicar a morte dos peixes.

— Sabemos que a própria virada do vento pode causar esse tipo de fenômeno, porque acaba por mexer na disposição dos sedimentos no fundo e, assim, liberando os gases que tiram o oxigênio da lagoa. De qualquer forma, o departamento de fiscalização deve analisar a lagoa amanhã (hoje) — afirmou.

<http://www.fmanha.com.br/index.html?cod=57&id=174392&cm=1&lk=1&buscaEdicao=&arquivo=&pag=geral > acessado em 19/10/2007.

Anexo 27 - Primeiros passos do Projeto de Olho na água

Prefeitura cadastra moradores da Lagoa do Vigário

Por Jualmir Delfino
Foto: César Ferreira

A Prefeitura de Campos vai desenvolver um projeto de recuperação e urbanização do entorno da Lagoa do Vigário. As intervenções vão ser feitas a partir do momento que todas as obras edificadas irregularmente nas margens forem removidas. Para isso, equipes da secretaria de Meio Ambiente iniciaram na manhã desta quarta-feira, dia 28, um cadastramento dos moradores que moram no perímetro da lagoa.

Os trabalhos foram iniciados na margem da Lagoa, no Jardim Carioca, seguiu pelo aterro que atravessa a lâmina d'água e segue pelo Parque Alvorada. Na seqüência, vão ser visitados moradores dos Parques Alvorada, Vicente Dias e Presidente Vargas. Ao final do cadastramento, espera-se que cerca de 500 residências sejam cadastradas.

O objetivo do cadastro é para conhecer quantas famílias vão precisar de remoção, quantas moradias vão ser necessárias construir, e ainda definir as providências a serem tomadas pelas secretarias operacionais, no caso Limpeza Pública, Obras, Defesa Civil e a Empresa Municipal de Saneamento e Habitação (Emhab).

A partir desta quinta-feira, dia 30, uma equipe de assistentes sociais da secretaria de Promoção Social participa dos trabalhos a fim de agilizar a formação do cadastro.

O trabalho de campo está sendo coordenado pelo diretor do Departamento de Fiscalização e Controle Ambiental, Luiz Carlos Costa. Ele destaca que neste primeiro dia de cadastramento os moradores estão receptivos às equipes; apenas pedem que no caso de ter que deixar as moradias às margens da lagoa, que sejam contemplados com uma nova casa nas proximidades onde estão instalados atualmente por causa do vínculo de amizade com moradores próximos e atividades do dia-a-dia, como trabalho, crédito em mercearias, padarias, açougues, etc.

Depoimentos – Para Valdicea Chaves Nascimento, 43 anos, moradora no prolongamento da avenida Tancredo Neves, 281, fundos, a iniciativa é bem-vinda. “Concordo com a execução deste projeto, mas muita gente fica preocupada com as condições da moradia que vai receber a para onde vai ser removido. Mas se for para mudar para casas do padrão daquelas que estão sendo feitas perto do Hospital Geral de Guarus, todo mundo vai gostar. Eu moro aqui nos fundos da casa da minha irmã há 16 anos. Tenho uma filha de 18 anos que chegou aqui com dois anos de idade, formou suas amizades aqui no Jardim Carioca e Alvorada. Nossa preocupação é ter que sair e ir morar num lugar distante, onde tenhamos que pagar passagem para ir ao Centro, porque daqui para o Centro a gente vai a pé porque é pertinho”, argumento.

“Acho que a idéia de levar todo mundo para um lugar melhor, fora da beira da lagoa é uma coisa muito boa. As casas aqui são pequenas e frias. Quando chove as paredes ficam muito molhadas. Se for para sair daqui e acabar com esse esgoto na lagoa vai ser muito bom. Eu morava aqui com minha mãe e como tenho outra irmã, casada, com dois filhos, tive que arrumar outro lugar para morar com minha família. Essa idéia é boa prá todo mundo”, disse o pedreiro e morador, Leandro Mateus, 21.

“Acho essa decisão uma maravilha porque moro em apenas dois cômodos com quatro pessoas. Se eu receber uma casa para sair daqui vai ser uma maravilha. Eu meu marido e meus dois filhos (um de oito e uma de quatro meses) vamos poder ter uma vida melhor. Só espero que não seja muito longe daqui”, disse a dona de casa, Josiane Barcelos, 27.

Atualizado por Paulo Thomaz em 29/08/2007 - 14:11

<http://www.campos.rj.gov.br/noticia.php?id=12039> acessado em 07/02/2008